

## RESUMO

Este relatório apresenta os resultados de pesquisa sobre a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas e programas governamentais desenvolvidos por governos municipais e estaduais no período recente no Brasil. O trabalho dá continuidade a pesquisa anterior sobre este mesmo tema (FARAH, 1998a), considerando um novo conjunto de programas e políticas. Analisam-se tanto iniciativas que têm como foco a mulher, como iniciativas de diversas áreas e setores, em que a questão de gênero é integrada a políticas e programas governamentais.

Utilizou-se como base empírica banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania, programa de premiação e disseminação de inovações em governos subnacionais, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo e pela Fundação Ford, com apoio do BNDES, considerando iniciativas governamentais inscritas no Ciclo de 1997. O trabalho analisa 41 programas, dos quais sete têm foco na mulher e 34 consistem em programas de diversos setores que incorporam a questão de gênero.

A principal referência para a análise consiste em agenda formulada por movimentos e entidades ligadas à questão de gênero, agenda esta reconstituída no âmbito da presente pesquisa e da que a antecedeu.

A análise sugere que, tanto nos programas com foco na mulher, como nas demais iniciativas governamentais, ao lado de uma abordagem que tende a reforçar os papéis tradicionais da mulher ou que apenas a considera como um grupo de risco – sobretudo nos programas de saúde materno-infantil – emerge uma nova perspectiva que incorpora reivindicações de movimentos e entidades ligadas à questão de gênero, as quais destacam a existência na sociedade brasileira de desigualdades de gênero. Neste segundo caso, os programas governamentais desenvolvem mecanismos e estratégias orientados para a redução das desigualdades de gênero, nos campos específicos de sua atuação.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Gênero; Políticas públicas; Políticas sociais; Governo local; Mulher; Políticas de gênero.

## **ABSTRACT**

The study presents the results of a research about the incorporation of the gender perspective on public policies and governmental programs at the sub-national level of government in Brazil. The study complements a previous report on the same subject, focusing on a new set of governmental programs. The analysis includes policies and programs which focus is women, as well as initiatives on different areas of public policies, which integrate the gender issue.

The research was based upon a data bank from the Public Management and Citizenship Program, a program which purpose is to disseminate and give awards to innovations at the subnational level of government, a program developed by Fundação Getulio Vargas and Ford Foundation, with the support of BNDES. The analysis considered the governmental initiatives from the 1997 Cycle, and presents 41 policies or programs. Seven of these programs have women as its focus and the other 34 are initiatives from different sectors, which integrate the gender issue.

The analysis uses as a reference the agenda built by gender movements and entities. This agenda was reconstructed during this research and in the previous one, developed on the same subject.

The analysis suggests that, in the programs that have as its focus women, as well in those that integrate the gender issue, it occurs two different approaches: a) in some cases, the approach that prevails tends to reinforce the traditional role of woman, or to consider women only as a risk group – as in some of the health programs b) a

second group of programs seems to answer to demands from gender movements. In this case, policies and programs reflect the recognition of the specificity of women situation, which means the recognition of gender inequalities. These programs include mechanisms and strategies, which help to reduce gender inequalities and to promote equality between women and men, in its specific fields.

## **KEY WORDS**

Gender; Public policies; Social policies; Local government; Women; Gender policies.

## SUMÁRIO

I.	Introdução .....	6
II.	Justificativas.....	8
III.	Objetivos .....	9
IV.	Metodologia .....	10
V.	Análise .....	15
	1. Introdução .....	15
	2. Agenda de reforma das políticas públicas e a questão de gênero.....	17
	2.1. Agenda democratizante.....	17
	2.2. Reformulação da agenda.....	23
	2.3. A agenda de gênero na passagem para o século XXI.....	36
	3. Os programas analisados.....	40
	4. Programas de governo com foco na mulher .....	43
	5. Programas que incorporam a questão de gênero.....	56
VI.	Conclusão .....	101
VII.	Bibliografia citada .....	107
VIII.	Anexos .....	114
	Anexo 1 – Ficha de inscrição.....	115
	Anexo 2 – Formulário de informações complementares.....	119
	Anexo 3 – Fichas analíticas .....	122

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programas analisados .....	11
Tabela 2 – Gênero e políticas e programas governamentais nos ciclos de 1996 e 1997 .....	42
Tabela 3 – Os 100 semifinalistas dos ciclos de 1996 e 1997 e a questão de gênero .	42
Tabela 4 – Incorporação de gênero por áreas de atuação governamental .....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização geral dos programas com foco na mulher .....	44
Quadro 2 – Caracterização das ações desenvolvidas pelo programa.....	48
Quadro 3 – Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero ..	60
Quadro 4 – Caracterização das ações desenvolvidas pelo programa.....	77

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INICIATIVAS DE GOVERNOS SUBNACIONAIS NO BRASIL\*

*Marta Ferreira Santos Farah<sup>1</sup>*

## I. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em relatório final da pesquisa “Gênero e políticas públicas: iniciativas de governos subnacionais no Brasil”<sup>2</sup>, desenvolvida a partir de análise de programas de governos estaduais e municipais inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo e pela Fundação Ford, com apoio do BNDES<sup>3</sup>. Este programa tem como objetivo premiar e disseminar iniciativas inovadoras de governos subnacionais no Brasil. Como parte deste esforço de disseminação, o *Gestão Pública e Cidadania* montou um banco de dados que inclui todos os programas inscritos em seus diversos ciclos anuais (<http://inovando.fgvsp.br>).

A pesquisa procurou aprofundar estudo anterior sobre o mesmo tema (FARAH,1998), ampliando a revisão da literatura sobre gênero e políticas públicas

---

\* O NPP agradece ao aluno que participou da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliar de pesquisas, Luis Mario Fujiwara.

<sup>1</sup> Doutora em sociologia, professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da EAESP/FGV e vice-coordenadora do programa Gestão Pública e Cidadania.

<sup>2</sup> A pesquisa foi desenvolvida pela autora, com o apoio de Luis Mario Fujiwara, aluno do curso de Mestrado em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV e membro da equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania.

<sup>3</sup> Programa que tem por objetivo identificar, premiar e disseminar iniciativas inovadoras de governos subnacionais no Brasil. O programa é desenvolvido pela seguinte equipe: Peter Spink, diretor; Marta Ferreira Santos Farah, vice-diretora; Vivianne Nouvel Alessio, coordenadora executiva; Fabiana Paschoal Sanches, Marlei de Oliveira, Juliana Spink Mills, Helio Batista Barbosa, Luis Mario Fujiwara, Patrícia Laczinski, Fernanda Martinez de Oliveira, Francine Arouca, Ricardo Bresler, Pedro Jacobi, Marco Antônio Carvalho Teixeira e Ilka Camarotti, coordenadora do subprograma Práticas Públicas e Pobreza. Fizeram parte da equipe em anos anteriores: Nelson Luís Nouvel Alessio, Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Roberta Clemente, Sabrina Baracchini, Ana Paula Macedo Soares, Carlos Eduardo Evangelisti Mauro, Maria Beatriz de Araújo Asperti, Odélio Arouca Filho e Paulo Jábali.

e incluindo novas políticas e programas na análise. Foram considerados 41 programas governamentais, de diferentes setores, a partir de levantamento das 297 experiências inscritas no Programa Gestão Pública e Cidadania em 1997.

A pesquisa se propôs a considerar na análise tanto as iniciativas governamentais voltadas exclusivamente às mulheres – o que nem sempre significa a incorporação da perspectiva de gênero, como o trabalho procurará demonstrar – como políticas públicas e programas de diversos setores em que a questão da diferenciação de gênero está presente, o que, mais uma vez, não significa necessariamente a incorporação da perspectiva de gênero, entendida como a perspectiva que se orienta para a superação das desigualdades fundadas na diferença de gênero.

Dentre os programas analisados, sete constituem iniciativas que têm como foco específico a mulher. 34 programas, por sua vez, consistem em iniciativas de diversos setores de atuação governamental que integram a questão de gênero em sua implementação, sem ter como foco exclusivo a mulher.

A análise de políticas públicas de governos locais e estaduais do ponto de vista da questão de gênero, desenvolvida neste trabalho, insere-se em um esforço mais abrangente desenvolvido no âmbito do Programa Gestão Pública e Cidadania, voltado à análise das inflexões (e continuidades) que vêm ocorrendo na gestão pública subnacional e nas políticas públicas promovidas por governos subnacionais nos últimos anos, sob o impacto da democratização, da crise fiscal e da globalização<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Professores e pesquisadores da EAESP/FGV e de outras universidades e entidades que participam de Comitê Técnico do Programa têm desenvolvido estudos a partir do banco de dados organizado pelo programa, parte dos quais publicados pelo próprio programa e parte em revistas especializadas. As publicações do próprio Gestão Pública e Cidadania constam do *site* do programa; alguns dos artigos serão indicados na bibliografia ao final deste trabalho.

## II. JUSTIFICATIVAS

A identificação e a análise de mudanças no âmbito da gestão pública subnacional e das políticas públicas desenvolvidas por governos locais e estaduais constitui ainda um desafio no Brasil, tanto do ponto de vista da produção acadêmica na área de administração pública e governo e de políticas públicas, como do ponto de vista da prática governamental orientada à busca de alternativas de resposta aos graves problemas com que se deparam governo e sociedade civil no nível subnacional hoje no país. As mudanças desencadeadas na área pública a partir dos anos 80 ainda não se concluíram, requerendo um esforço analítico no sentido da apreensão de sua dinâmica e das novas tendências de estruturação do campo público no país. Ao mesmo tempo, para aqueles engajados na ação – seja na administração pública e no governo, seja na sociedade civil – há uma enorme sede por informações sobre os caminhos trilhados, sobre os erros e acertos, sobre as perspectivas abertas pela mudança, sobre as continuidades a serem valorizadas.

O banco de dados organizado a partir das informações fornecidas pelos programas inscritos no Gestão Pública e Cidadania constitui uma fonte privilegiada de dados sobre iniciativas governamentais recentes no nível subnacional de governo. Diversos trabalhos têm sido desenvolvidos com base nesta fonte de dados, versando tanto sobre programas específicos – sob a forma de estudos de caso – como sobre políticas setoriais e sobre dimensões “horizontais” destas políticas, isto é, sobre questões que recortam o conjunto de políticas e programas<sup>5</sup>.

A análise sobre a incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas constitui ainda um campo pouco explorado no país, em parte pela “novidade” da própria problemática. Aumentou no final dos anos 90 a presença, na agenda de gênero no país, de demandas pela incorporação da perspectiva de gênero por

---

<sup>5</sup> Constituem exemplos: FARAH, 2001; SPINK, 2001; SPINK, 2000; FARAH e BARBOSA, 2000; LEVY, 2001; CRUZ, 2001; AGENDE, 2001; COSTA, CARNEIRO e VEIGA, 1997; JACOBI, e TEIXEIRA, 1997; PINHO, SANTANA e CERQUEIRA, 1997; SPINK e CLEMENTE, (org.), 1997; TENÓRIO e STORINO, 2000; TENÓRIO e ROZEMBERG, 1997.

políticas governamentais nos três níveis de governo. Cresceu também o interesse por experiências neste sentido, ainda limitadas e embrionárias e, sobretudo, pouco conhecidas.

Trabalho anterior sobre este tema (ver nota 6) consistiu em uma primeira incursão no campo de análise relativo à incorporação da questão de gênero por políticas públicas no nível subnacional de governo, o qual permitiu o desenvolvimento de uma metodologia que, assim nos pareceu, deveria ser aplicada à análise de outras políticas e programas governamentais. Cabia, além disso, um aperfeiçoamento da própria metodologia e uma revisão do referencial teórico e interpretativo. Na pesquisa a que se refere este relatório, procurou-se ampliar, portanto, a base empírica da reflexão, ao incluir novos casos à análise, e, ao mesmo tempo, rever o referencial teórico.

### **III. OBJETIVOS**

A pesquisa apresentada neste relatório procurou contribuir para o estudo do processo de redefinição da intervenção do Estado no Brasil, através da identificação e análise da incorporação da questão de gênero por políticas públicas nas esferas local e estadual de governo, a partir dos anos 80. Foram analisados, como ilustração do processo de incorporação da questão de gênero pela esfera subnacional de governo no país, programas inscritos no Ciclo de 1997 do Programa Gestão Pública e Cidadania - programa de premiação e disseminação de iniciativas inovadoras de governos subnacionais - os quais correspondem a iniciativas de diversos municípios e estados do país.

A pesquisa buscou:

- a) Identificar os programas dirigidos especificamente a mulheres;

- b) Verificar a incorporação da perspectiva de gênero em programas sociais não dirigidos especificamente à mulher;
- c) Caracterizar os programas com foco na mulher e os programas que incorporam a questão de gênero, considerando aspectos como: temática priorizada, forma proposta para enfrentar os problemas em cada setor; tipo de abordagem; grau de articulação intergovernamental e intersetorial; envolvimento da sociedade civil;
- d) Verificar em que medida os programas resultam de movimentos sociais em torno da temática de gênero existentes na própria localidade e em que medida refletem demandas postas localmente ao longo do desenvolvimento do programa;
- e) Analisar os programas identificados, tendo como referência a agenda formulada por movimentos e organizações ligados à questão de gênero.

#### **IV. METODOLOGIA**

A pesquisa baseou-se em análise de literatura sobre reforma da gestão pública e de políticas públicas e da literatura sobre gênero, com ênfase a trabalhos sobre gênero e políticas públicas no Brasil. Procurou-se reconstituir – à luz desta literatura - a agenda relativa a políticas públicas elaborada por movimentos e organizações de gênero, como parte do processo de redemocratização do país e sob a influência de questões postas por movimentos sociais nos países centrais desde os anos 60.

O estudo teve como base empírica programas inscritos no Gestão Pública e Cidadania em 1997, analisando, de um lado, programas dirigidos à mulher e, de outro, programas dos mais diversos campos de atuação governamental, que incorporaram a questão de gênero em sua implementação.

Para a identificação dos programas que se dirigem especificamente à mulher, foi feito um levantamento exaustivo de todos os programas inscritos em 1997, num total de 297 iniciativas governamentais. Como já mencionado, sete programas – destes 297 – eram dirigidos exclusivamente à mulher<sup>6</sup>. Para a análise da incorporação da questão de gênero por programas de diversas áreas, foram considerados os 100 programas semifinalistas (dentre os quais se incluem os 20 selecionados posteriormente como finalistas), para os quais se dispõe de informações mais aprofundadas. Destes, 34 programas incorporaram de alguma forma a problemática de gênero. Estes 41 programas foram analisados, segundo as questões centrais norteadoras do trabalho – expostas no item III - Objetivos.

Assim, a pesquisa resultou da análise de 41 programas identificados entre as iniciativas de governo constantes do banco de dados consultado, distribuídos da maneira indicada a seguir:

**Tabela 1**

**Programas Analisados**

Programas	Analisados		Total
	v.a.	%	v.a
Finalistas	10*	50,0	20
Semifinalistas (exceto os finalistas)	28**	35,0	80
Inscritos não classificados	3***	1,06	197
Total	41	13,1	297

\* Incorporam gênero

\*\* Com foco – 4; Incorporam – 24

\*\*\* Com foco

As fontes dos dados sobre os programas consistem em:

<sup>6</sup> Destes, quatro foram selecionados como semifinalistas.

1. Documento elaborado pela coordenação de cada programa de governo, por ocasião da inscrição no Gestão Pública e Cidadania.

Este documento consiste no preenchimento de ficha de inscrição e na resposta a questões que acompanham tal ficha, permitindo a identificação do programa e da área de intervenção governamental em que se insere, incluindo ainda informações sobre: nível de governo responsável pela iniciativa, instituição executora, objetivos da iniciativa, público-beneficiário, modo de funcionamento, alianças e parcerias com a sociedade civil e com outras entidades governamentais, aspectos inovadores e principais resultados obtidos (anexo 1). Esta constitui a única fonte de informação sobre todos os programas inscritos e permitiu identificar aqueles que têm como foco a mulher;

2. Resposta fornecida pelos semifinalistas (100 iniciativas) a formulário enviado pelo Gestão Pública e Cidadania apenas a estes programas. Este formulário, apresentado no anexo 2 deste relatório, tinha por objetivo aprofundar as informações sobre cada iniciativa, retomando alguns aspectos já levantados e acrescentando dados sobre novas questões, como origem, características de implementação e fontes de recursos. O formulário incluiu, também, questões específicas sobre a problemática de gênero, tendo em vista o desenvolvimento do presente trabalho<sup>7</sup>.

Cabem aqui algumas considerações sobre a fonte empírica das informações trabalhadas no presente trabalho, assim como sobre a análise desenvolvida com base no material coletado.

---

<sup>7</sup> Diferentemente de pesquisa anterior, em que a identificação da incorporação da questão de gênero resultou de uma análise do material fornecido pelos responsáveis pela iniciativa governamental, sem que a dimensão gênero tivesse sido levantada de forma explícita.

O banco de dados, que inclui os 297 programas inscritos em 1997, base da presente pesquisa, foi composto da seguinte forma: foi enviada correspondência a todos os municípios e estados do país, incluindo poder legislativo, executivo e judiciário, sendo que, nos municípios de mais de 50.000 habitantes e nos Estados, foi dirigida correspondência a todas as secretarias de governo<sup>8</sup>. Em 1997, foram contatadas cerca de 13 500 entidades governamentais. Estas entidades foram convidadas a indicar programas de governo sob sua responsabilidade que estivessem introduzindo mudanças na forma de promover políticas públicas e na administração pública subnacional. A indicação destes programas serviria a dois propósitos: a inscrição no programa de premiação e a participação em banco de dados que reúne iniciativas inovadoras de governos subnacionais no país. As respostas recebidas podem ser consideradas uma amostra intencional - não representativa e sem validade estatística - de programas que são vistos por seus promotores (governos) como inovadores, como introdutores de mudanças em relação à forma de se desenvolver políticas e fazer administração pública no Brasil.

Procurou-se verificar em que medida os programas que se vêem como inovadores (e apenas estes) incorporam a perspectiva de gênero. Espera-se que a reflexão sobre estes casos contribua para o avanço de conhecimento sobre iniciativas de governo que contemplam a questão de gênero.

A decisão de analisar programas inscritos no Gestão Pública e Cidadania decorreu do entendimento de que estes podem ser considerados como exemplo daquilo que está mudando na administração pública municipal e estadual no Brasil. Como exemplo, portanto, não podendo ser vistos como representativos dos programas subnacionais hoje no país. Na verdade, muito provavelmente, estes programas representam, ainda hoje, antes a exceção do que a regra. Mas, ainda que constituam a exceção, aquilo que foge ao padrão, tais programas podem ser analisados como indicadores de um processo incremental de mudança iniciado nos anos 80.

---

<sup>8</sup> Diferentemente de pesquisa anterior, em que a identificação da incorporação da questão de gênero resultou de análise do material fornecido pelos responsáveis pela iniciativa governamental, sem que a dimensão gênero tivesse sido levantada de forma explícita.

A análise desenvolvida não tem, portanto, nenhuma pretensão de validade estatística, consistindo antes em uma abordagem qualitativa. Nesta perspectiva, poder-se-ia ter optado por alguns estudos de caso, que analisassem em profundidade algumas iniciativas governamentais que integrem a questão de gênero, o que envolveria a ida a campo, com o objetivo específico de levantamento de aspectos ligados a gênero. Considerou-se, no entanto, mais interessante neste momento, diante do vazio de trabalhos sobre políticas públicas e gênero em nosso país, desenvolver um trabalho sobre um conjunto de programas, tomando por base as informações já coletadas<sup>9</sup>. A idéia de se trabalhar com um número maior de programas decorreu da opção metodológica de verificar a incorporação de gênero em diversas áreas e não apenas na de saúde ou de educação, por exemplo. Além de uma opção por uma aproximação ao tema de caráter mais abrangente, de forma a poder contribuir para estudos setoriais e a estudos de caso subsequentes, procurou-se também, por meio deste desenho metodológico, verificar se uma das recomendações mais recentes do movimento de gênero no Brasil e no exterior vem sendo integrada por iniciativas recentes de gestão pública no Brasil: trata-se da recomendação de incorporação da perspectiva de gênero a toda e qualquer ação pública (de forma horizontal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas (PINTO, 1991).

Os programas que integram a questão de gênero foram analisados tomando por referência quadro analítico construído a partir de levantamento bibliográfico sobre reforma do Estado e das políticas públicas, sobretudo de políticas sociais e sobre a questão de gênero. Este quadro incluiu os seguintes aspectos: a) setor de intervenção; b) foco específico do programa; c) tipo de abordagem adotada (unisetorial ou multisetorial); d) envolvimento da sociedade civil; e) promoção da cidadania e “tipo” de enfoque em relação à cidadania; f)

---

<sup>9</sup> A oportunidade oferecida por este banco de dados foi reconhecida recentemente por entidade ligada ao movimento feminista – a AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. Esta entidade, que tem uma representante no Comitê Técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania, realizou em 2000 e 2001, um estudo sobre a incorporação da perspectiva de gênero por governos subnacionais, com base na análise de programas semifinalistas dos ciclos de 1999 e 2000 (AGENDE, 2001). Esta análise tomou como um de seus pontos de partida a metodologia desenvolvida nesta pesquisa e na que a precedeu (FARAH, 1998).

integração intergovernamental; g) resposta a movimentos locais; h) “aderência” em relação à agenda relativa a gênero; i) inserção dos programas analisados no movimento mais geral de Reforma do Estado e das políticas públicas.

Cada programa foi analisado a partir de uma ficha que inclui dados de identificação do programa e os aspectos acima indicados. As fichas analíticas relativas aos programas são apresentadas no anexo 3 do relatório. Para propiciar uma visão do conjunto dos programas analisados, por sua vez, foram elaborados dois quadros. O primeiro consiste numa caracterização geral dos programas (ver quadros 1 e 3, páginas 44 e 60) e o segundo apresenta uma análise das ações desenvolvidas por cada programa (ver quadros 2 e 4, páginas 48 e 77). Tendo em vista o desenvolvimento de pesquisa anterior sobre o mesmo tema, optou-se por manter a mesma estrutura analítica e de exposição dos dados, de forma a permitir a comparação entre os dois trabalhos.

## V. ANÁLISE

### 1. INTRODUÇÃO

A democratização do país nos anos 80 e a crise fiscal desencadearam um processo de redefinição da intervenção do Estado, acompanhado por uma crescente importância de políticas públicas promovidas por governos subnacionais, especialmente por governos locais<sup>10</sup>. Seja como resultado de um esforço deliberado pela descentralização de competências e atribuições, seja pela descentralização de recursos a partir de Constituição de 1988, seja como fruto da dinâmica democrática e da maior proximidade dos governos subnacionais em relação às necessidades da

---

<sup>10</sup> Entende-se por política pública um conjunto articulado de ações promovidas pelo Estado para enfrentar uma questão ou problema de caráter coletivo. As políticas públicas constituem uma das dimensões do que O'DONNEL chama de “Estado em ação” (O'DONNEL, 1989).

população, os governos estaduais e sobretudo os municipais têm participado cada vez mais da tarefa de promoção de políticas públicas, redesenhando, neste processo de ampliação de suas funções, a própria ação do Estado no país.

O processo de democratização, por sua vez, foi acompanhado pela inclusão de novos temas na agenda política, dentre os quais se inclui a problemática de gênero. O conceito de gênero remete à distinção entre homens e mulheres na vida social, envolvendo diferenças entre comportamentos e papéis assumidos socialmente (HEILBORN, 1998; HITTA, 1998), remetendo a *desigualdades* entre homens e mulheres.

A inclusão da questão de gênero na agenda política decorreu, de um lado, da ação de movimentos sociais com forte participação de mulheres, constituídos ainda no final dos anos 70, em torno da luta pela democratização do regime e de questões relativas ao acesso a serviços públicos por parte da população das periferias urbanas. De outro lado, a temática de gênero ganhou visibilidade pela ação do movimento feminista que, desde o início dos anos 80, passou a denunciar a dominação de gênero presente na esfera pública e na esfera privada. As questões levantadas pelos movimentos acabaram se traduzindo em demandas por políticas públicas que contemplem a diferenciação de gênero. Integrar a *perspectiva de gênero ou o enfoque de gênero*, portanto, não significa ter como foco da ação mulheres. Significa, sim:

*“consideração das diferenças entre homens e mulheres, das desigualdades marcadas por essa diferença e das relações de poder entre eles”* (AGENDE, 2001, p. 8).

O desenvolvimento de um campo de análise centrado na questão de gênero vem se consolidando no Brasil desde o final dos anos 70, concomitantemente às mudanças em curso na própria sociedade, e ao fortalecimento de movimentos e entidades ligados à questão de gênero. Em relação às políticas públicas, a constituição de

programas específicos para mulheres e a incorporação da temática de gênero por diferentes programas e políticas são processos bastante recentes no país e ainda pouco estudados. Esta lacuna pode ser constatada tanto na literatura que se volta à análise das esferas subnacionais de governo, como na literatura - cada vez mais expressiva no país – que se desenvolveu tendo como foco a questão de gênero.

Este trabalho procura contribuir para a superação desta lacuna analisando a incorporação da questão de gênero por governos estaduais e municipais, tendo como referência: a) a redefinição da ação do Estado e a evolução da agenda de reforma nos anos 80 e 90; b) a importância crescente dos governos subnacionais na provisão de serviços públicos; c) a agenda formulada por movimentos e entidades ligadas a gênero desde o final da década de 70.

## 2. AGENDA DE REFORMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO DE GÊNERO<sup>11</sup>

### 2.1. Agenda democratizante

Na evolução da agenda de Reforma da ação do Estado no Brasil, podem ser identificados dois momentos principais. O primeiro marcou os anos 80, durante o processo de democratização do país. A agenda de reforma que então se definiu teve com eixos a democratização dos processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas, sendo a democratização vista como condição da equidade dos resultados.

Procurava-se implementar mudanças não apenas no regime político, mas também no nível das políticas públicas, do Estado em ação (O'DONNEL, 1989). As propostas

---

<sup>11</sup> Incorporo aqui trabalhos anteriores, como por exemplo FARAH, 2000 e FARAH, 1999. Este último foi desenvolvido no âmbito da presente pesquisa.

ênfatisadas, neste momento, foram a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas. Como mostra Draibe <sup>(1992)</sup>, do ponto de vista da orientação substantiva das políticas sociais, procurava-se caminhar, sob o impulso das forças democratizantes, para um Estado do Bem-Estar do tipo institucional-redistributivista, caracterizado pela concepção universalista de direitos sociais, uma vez que o sistema de proteção social implantado no país caracterizava-se pela segmentação e pela exclusão de amplos contingentes da população do acesso à cidadania social. A descentralização e a participação eram vistas como ingredientes fundamentais desta reorientação substantiva das políticas sociais, voltada para a garantia da equidade e para a inclusão de novos segmentos da população na esfera do atendimento estatal (FARAH,2000).

Participaram da constituição desta agenda movimentos sociais, constituídos desde os anos 70, em torno tanto de questões gerais relativas à democratização do regime, como de uma pauta específica de reivindicações por serviços públicos, de cujo acesso parte significativa da população estava excluída. Foram também atores importantes, na constituição da agenda de reforma, categorias profissionais envolvidas na prestação de serviços públicos (médicos sanitaristas, educadores, assistentes sociais e profissionais da área de habitação e saneamento, dentre outros), cuja atuação os colocava em contato direto com a população atendida pelo Estado e sobretudo com a realidade dos excluídos do atendimento estatal. Os movimentos sociais urbanos foram muito importantes neste processo, organizados em torno de demandas relativas a equipamentos e serviços urbanos ausentes nas periferias das grandes cidades.

Neste primeiro momento de constituição da agenda de reforma das políticas públicas, já se faz sentir a questão de gênero. Em primeiro lugar, por meio da presença expressiva de mulheres nos movimentos sociais urbanos. Como afirma Souza-Lobo (1991, p.247), *“freqüentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”*. A história destes movimentos é também a da constituição das mulheres como novo sujeito

coletivo, em que estas deixam a esfera privada a que estavam confinadas e passam a atuar no espaço público, levando para a esfera pública temas que recortam o espaço privado (SOUZA-LOBO, 1991).

A constituição das mulheres como sujeito político se dá através de sua mobilização em torno de questões ligadas à esfera da reprodução, que atingem os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto. É seu papel “tradicional” na esfera doméstica que legitima sua participação no espaço público (SARTI, 1988 e GIFFIN, 1989), sua mobilização se dando em torno da denúncia de desigualdades sociais, expressas na ausência ou na precariedade de equipamentos e serviços nas periferias urbanas. Através de sua participação nos movimentos sociais urbanos, as mulheres denunciam a omissão do poder público e o caráter perverso das políticas públicas em áreas como habitação, saneamento, saúde, educação, transporte etc.

Mas, ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres - ou as *mulheres nos movimentos*, como sugere Souza-Lobo (1991) - passavam também a levantar temas específicos à condição da mulher, tais como: desigualdade salarial, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher (SARTI, 1988 e SOUZA-LOBO, 1991). Nesta discriminação de temas ligados à questão de gênero, há convergências com o movimento feminista, composto sobretudo por mulheres de classe média, que, na volta do exílio a que haviam sido conduzidas pelo regime militar, trouxeram consigo influências do movimento feminista internacional.

No início da década de 80, a unidade do movimento de mulheres se desfaz. No contexto de abertura política, o ser oposição já não constitui fator de unidade. De um lado, parte dos grupos compostos por mulheres continua a se articular em torno de questões que transcendem a problemática de gênero.

De outro, os grupos feministas que enfatizam a desigualdade de gênero também se atomizam, organizando-se em torno de temas específicos, como saúde, sexualidade

e reprodução, violência contra a mulher etc. O *locus* da ação também se diversifica. Ao lado dos movimentos sociais, que sofrem um enfraquecimento, surgem novos espaços de atuação das mulheres: partidos, organizações não-governamentais e a administração pública.

No que se refere às políticas públicas, as questões postas pelo movimentos de mulheres, na passagem dos anos 70 para os 80, coincidem com as demandas postas pelos movimentos sociais em seu conjunto e dizem respeito à extensão da cidadania social e política: reivindica-se participação e acesso a bens e serviços públicos. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolve, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado (ou à sua omissão), como – à medida que a democratização avança – a formulação de propostas de novas políticas públicas que contemplem a questão de gênero. Ao denunciarem formas de exclusão e de dominação que atingem exclusivamente as mulheres, os movimentos reivindicam políticas de gênero.

Sob o impacto destes movimentos, os governos estaduais de oposição eleitos em 1982 foram pioneiros na implantação no país de políticas públicas dirigidas à mulher. Tal é o caso da criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Estas instituições se disseminaram a seguir por todo o país, os Conselhos da Condição Feminina sendo implantados nos três níveis de governo e as Delegacias da Mulher sendo estabelecidas em mais de 150 municípios até 1993 (SAFFIOTI, 1994). Estas medidas foram adotadas como resposta a reivindicações de movimentos feministas e de movimentos de mulheres (que não se definiam como feministas), os quais denunciavam a violência contra as mulheres como um problema grave e de grande magnitude na sociedade brasileira, o qual exigia a formulação de políticas específicas (SOUZA-LOBO, 1991 e SAFFIOTI, 1994).

A mobilização de mulheres em torno da problemática de gênero foi responsável também pela instituição do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, em 1983. Tal programa se constituiu como resposta a duas demandas básicas formuladas por estes movimentos. Em primeiro lugar, a de instituição de um programa de saúde integral que atendesse não apenas a gestantes e mulheres no pós-parto (programas de saúde materno-infantil), mas à mulher em todos os períodos de sua vida (adolescentes, idosas etc.) e que fosse integral também pela abordagem, compreendendo tanto a perspectiva educativa e preventiva, como a curativa. Em segundo lugar, os movimentos reivindicavam a separação entre sexualidade e reprodução, como base para programas de orientação sexual e de planejamento familiar (CARRANZA, 1994).

Também a Constituição de 88 reflete a mobilização de mulheres, como aponta Barsted (1994, p. 245-246):

*“Durante o processo Constituinte, o movimento de mulheres, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por todo o Brasil, se mobilizou para definir uma pauta de demandas a serem incluídas como direitos na nova Constituição, abrangendo diversas áreas temáticas e tendo como objetivo a plena cidadania formal das mulheres”.*

Em função desta mobilização, algumas reivindicações foram incorporadas à Constituição. Na área dos direitos trabalhistas, a nova Constituição incorporou a extensão da licença maternidade, a extensão de direitos trabalhistas a trabalhadores e trabalhadoras rurais, a ampliação de direitos das empregadas domésticas, dentre outras demandas. Na área do direito da família, passou-se a reconhecer como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. A Constituição inovou, ainda, ao admitir a existência de uma violência específica no âmbito doméstico, propondo a criação de mecanismos para coibi-la, e ao introduzir, como matéria constitucional, a proteção a direitos reprodutivos, declarando que o

planejamento familiar é livre decisão do casal e vedando qualquer forma coercitiva de ação, neste campo, por parte de instituições estatais ou privadas.

As demandas relativas à problemática da mulher foram canalizadas para diferentes níveis de governo, dependendo da distribuição de competências em cada campo de política pública. Assim, por exemplo, as reivindicações na área de combate e prevenção da violência contra a mulher se dirigiram aos níveis estadual e municipal. As questões relativas à saúde, por sua vez, foram dirigidas, num primeiro momento, ao governo federal. Como veremos adiante, à medida que a descentralização se inicia, na área da saúde e em outras áreas em que a política social era centralizada no governo federal, não apenas as demandas, mas também as políticas se deslocam para o nível local de governo, passando a dizer respeito sobretudo à administração municipal e mais diretamente à administração das cidades.

De outro lado, as políticas urbanas municipais promovidas ao longo da década de 80, incorporando a demanda dos movimentos sociais por participação popular, foram marcadas pela forte presença de mulheres em seu desenvolvimento. Tal é o caso, por exemplo, de programa por ajuda-mútua da área de habitação, desenvolvido pelo Município de São Paulo, no início dos anos 80 (REINACH, 1985) e de programa de saneamento realizado pela prefeitura de Recife entre 1985 e 1988 (CORRÊA, 1991). Nestes casos, no entanto, nem sempre a presença da mulher como sujeito coletivo tinha visibilidade, constituindo o foco da política, de um lado, a resposta a demandas por serviços e equipamentos e, de outro, a incorporação da participação popular no processo de implementação da política. Tal participação, no entanto, tende a ser vista de forma indiferenciada, não se reconhecendo a centralidade que as mulheres assumem na “vivência” das carências urbanas e como agentes de transformação (CORRÊA, 1991).

## 2.2. Reformulação da agenda

A agenda de Reforma da ação do Estado na área social sofre uma inflexão a partir do final dos anos 80, já sob o impacto da crise do Estado e de sua capacidade de investimento, num cenário marcado pela globalização e pela reestruturação produtiva. Neste novo contexto, a escassez de recursos passa a ser uma questão central, ao limitar a capacidade de resposta do Estado às demandas crescentes na área social. Assim, ao lado da preocupação com a democratização dos processos e com a equidade dos resultados, são introduzidas na agenda preocupações com a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação estatal, assim como com a qualidade dos serviços públicos (FARAH, 2000).

Neste processo de redefinição da agenda de Reforma, disputou espaço internamente o ideário neoliberal, que ganhara força nos países centrais e nas agências multilaterais de financiamento. Segundo esta perspectiva, o Estado é essencialmente ineficiente, ineficaz e provedor de serviços de baixa qualidade. A crise econômica – e a crise do Estado – resultam do próprio Estado e de sua intervenção excessiva, do que resulta a proposta de “desmantelamento” da intervenção estatal e do Estado Mínimo. Para a América Latina, propõem-se políticas de ajuste que acarretam recessão e desemprego e, ao mesmo tempo, implicam retração da intervenção estatal, inclusive das políticas públicas de caráter social (PORTELLA FILHO, 1994).

Com relação especificamente à área social, a agenda neoliberal propõe: a) a privatização, através da transferência da produção de serviços públicos para o setor privado lucrativo; b) a descentralização das políticas sociais para as esferas locais de governo, como forma de aumentar a eficiência e a eficácia do gasto público; c) a focalização, orientada para a concentração da ação estatal em determinados serviços (considerados essenciais e não passíveis de oferta pelo mercado) e em segmentos específicos da população, mais vulneráveis e expostos a situações de pobreza extrema (DRAIBE, 1993, FARAH, 2000) e d) mudanças na gestão dos programas

estatais, de forma a dotá-la da eficiência e da eficácia atribuídas à gestão privada (FARAH, 2000).

As propostas de corte neoliberal se contrapõem à agenda formulada anteriormente, orientada para a democratização e para construção no país de um Estado do Bem-Estar universalista. No entanto, a crise que atingiu o país desde o início da década de 80 e alterações na economia capitalista mundial, em que se destacam a reestruturação produtiva e a globalização, redefinindo os termos da inserção do Brasil no cenário internacional, vieram colocar novos desafios aos atores que haviam participado internamente da formulação da agenda democrática e estavam engajados com a efetivação da reforma. Assim, ao mesmo tempo que a Constituição de 1988 assinalava a transposição para o plano legal de grande parte da agenda que se fora construindo desde a década anterior, iniciava-se uma reformulação desta agenda, através da incorporação de novos desafios.

Diferentemente da abordagem neoliberal, esta agenda não pretende, no entanto, o desmantelamento do Estado, mas sim uma reforma da ação estatal, que venha adequá-la aos novos desafios que se apresentam a uma nação em desenvolvimento neste final de século. Na década de 90, procura-se, portanto, integrar à agenda “democrática” dos anos 80 novos ingredientes, voltados à busca da eficiência, da eficácia e da efetividade na ação estatal. Segundo DRAIBE (1993), alguns dos componentes da proposta neoliberal para a reforma das políticas sociais estão presentes também nesta ampliação da agenda democrática:

*“... focalizar, tornar seletiva, envolver setores privados lucrativos ou não-lucrativos e descentralizar não constituem e nem podem ser considerados monopólio da estratégia neoliberal ou conservadora e, por isso, não podem ser descartados sem maior reflexão. Em outras palavras, tem havido propostas socialmente progressistas de conceber uma efetiva política voltada para populações pobres que, no seu desenho, envolvem de modo peculiar aqueles ingredientes tidos como exclusivos do neoliberalismo”.*

Do mesmo modo, pode-se dizer que a reformulação da gestão estatal tampouco é monopólio do neoliberalismo, sendo incorporada à agenda de reforma, neste segundo momento, por atores que defendem a democratização das políticas públicas e a equidade das políticas sociais. Nesta perspectiva, no entanto, a preocupação com a eficiência e com a eficácia se articula à orientação para a equidade e para a democratização dos processos decisórios, envolvendo tanto alterações institucionais – com ênfase à descentralização – como novos padrões de relação entre Estado e Sociedade.

Assim, cada um dos elementos presentes na proposta neoliberal de Reforma da atuação do Estado na área social reaparece com um novo significado, na perspectiva progressista. Não se trata, aqui, de privatização como alternativa prioritária ou exclusiva (potencialmente segmentadora e excludente), mas de *novas formas de articulação com a sociedade civil e com o setor privado*, visando à garantia da provisão de serviços públicos (FARAH, 2000) e à construção de novas modalidades de solidariedade social (LIPIETZ, 1991).

Da mesma forma, a descentralização não significa apenas transferir atribuições, de forma a garantir eficiência, mas é vista, sobretudo, como *redistribuição de poder*, favorecendo a democratização das relações entre Estado e Sociedade e a democratização do acesso aos serviços.

A focalização, por sua vez, é incorporada pelo reconhecimento da necessidade de se estabelecerem *prioridades de ação* em contexto de limites de recursos e por se entender que é preciso atender, de forma dirigida, alguns segmentos da população, que vivem situações de carência social extrema, num quadro agravado pelas políticas de ajuste. No entanto, as políticas seletivas devem ser entendidas como complementares a políticas universais de caráter redistributivo e a políticas de desenvolvimento orientadas para a superação de desigualdades estruturais.

Com relação à gestão, há também nesta perspectiva uma crítica das organizações estatais, procurando-se superar a falta de flexibilidade associada à burocratização de procedimentos e à hierarquização dos processos decisórios, assim como a sua condução segundo mecanismos clientelísticos e corporativistas. Procura-se, ao mesmo tempo, superar o caráter antidemocrático associado ao insulamento de certas agências (NUNES, 1997), assim como a setorização e a fragmentação características da ação estatal.

Vimos anteriormente como a agenda formulada pelo movimento ligado a gênero no Brasil, nos anos 70, constituiu-se inicialmente integrada a uma agenda mais abrangente, que tinha como eixo a democratização e a noção de direitos. No final dos anos 80, a agenda de gênero já se discriminara, sendo formulada por um movimento não mais unitário, o que significou também que, com relação à própria agenda, deixara de haver uma visão de consenso.

Assim, quando, ao final da década de 80, a agenda de reforma da ação do Estado se redefine e se torna mais complexa, também são mais complexos os vínculos com a agenda relativa à questão de gênero.

Com relação à descentralização, os movimentos e entidades ligadas a gênero continuam a apoiar esta proposta para o conjunto das políticas sociais, enfatizando a dimensão democrática da descentralização, que aproxima administração e cidadãos. Mas incorpora-se também a perspectiva da eficiência na alocação de recursos, entendendo-se que a substituição dos grandes aparatos centralizados do período anterior por agências locais favorecerá o controle desta alocação (GIFFIN, 1989).

Com relação às políticas de gênero, por sua vez, não há, a exemplo de diversas políticas públicas, um sistema e um aparato centralizado consolidado, cuja descentralização se reivindique. Das políticas com foco na mulher, como visto, algumas se constituem no nível federal, outras no nível estadual e municipal. Aos poucos, à medida que o processo de descentralização começa a ocorrer, o *locus* das

pressões se redireciona crescentemente para o nível local. No caso da área de saúde, uma das políticas sociais em que a descentralização mais avançou (ALMEIDA, 1996), esta reorientação é clara, embora não se abandone a esfera federal enquanto formuladora de diretrizes e de macropolíticas. Um exemplo desta reorientação é dado por BARROSO (1991, p. 135), em sua análise das demandas e políticas relativas ao planejamento familiar:

*“No panorama político atual, a questão do planejamento familiar tem se feito presente cada vez com mais força, em função das reivindicações e das demandas articuladas por diversos setores da sociedade. A expressão dessas demandas, que até então havia sido canalizada prioritariamente para o nível federal, onde a formulação do PAISM abria espaço para a sua introdução, com o SUDS e a municipalização dos serviços de saúde, passa a se voltar, agora, principalmente para o nível local”.*

No que se refere à emergência de novas formas de articulação com a sociedade civil e com o setor privado, o movimento ligado à questão de gênero no país é, desde suas origens, fortemente ligado à organização da sociedade civil, buscando a preservação de sua autonomia com relação ao setor estatal.

Nos anos 80, um dos pontos em torno do qual se estabeleceram divergências importantes dentro do movimento de mulheres e do movimento feminista dizia respeito exatamente à interlocução com o Estado e à participação na administração pública. Enquanto determinados grupos entendiam que era preciso ocupar espaços governamentais, num cenário de redefinição das políticas públicas, outros grupos entendiam que a autonomia do movimento devia ser preservada (SOUZA-LOBO, 1991). Com a fragmentação do movimento em torno de distintos temas, a posição refratária à participação no espaço governamental evoluiu para a constituição de organizações não-governamentais, as quais desenvolvem programas de gênero em áreas como saúde, educação, combate à violência, geração de renda e organização

de mulheres. Progressivamente, tais organizações passam também a dialogar com o Estado, propondo diretrizes de ação para políticas públicas (SARTI, 1988).

Mais recentemente, delineou-se claramente a tendência de formulação de propostas de políticas públicas, passando este a se constituir em espaço privilegiado na luta pela superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira. Nota-se a centralidade que este campo assumiu para as entidades e movimentos ligados à questão de gênero pela ocorrência, no período recente, de diversos encontros e projetos que tratam da incorporação de gênero pelas políticas públicas. Constituem exemplo deste movimento, o ENCONTRO SOBRE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, de 27/11/2000 a 28/11/2000, promovido pelo Instituto Polis, em São Paulo; duas oficinas de TREINAMENTO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, organizadas pelo programa Gestão Pública e Cidadania, na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo, em julho de 1999 e de 2000, que incluíram a questão de gênero e políticas públicas como um de seus eixos temáticos; o ENCONTRO NACIONAL MULHER E PODER LOCAL, organizado pelo IBAM, de 13 a 14 abril de 2000, no Rio de Janeiro; o ENCONTRO SOBRE INDICADORES DE GÊNERO, promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2001 e o projeto Gênero nas Administrações – desafios para prefeituras e governos estaduais, organizado pela Fundação Friedrich Ebert em 1998/99 (GÊNERO..., 2000)<sup>12</sup>.

As propostas no campo das políticas públicas envolvem, desde o início, como um de seus componentes fundamentais, a idéia da articulação de ações governamentais e não-governamentais para a própria formulação das políticas. Isto pela própria história das entidades e organizações ligadas a gênero, nascidas de movimentos sociais. Por outro lado, os movimentos de mulheres, mobilizados em torno de

---

<sup>12</sup> A incorporação deste item pelos movimentos e entidades não é evidentemente um processo que se dá apenas no Brasil, articulando-se a uma tendência do movimento feminista mundial. Na América Latina, esta tendência é ilustrada por encontro realizado em 2000: Reunião de “Grupo de Expertos sobre Indicadores Urbanos de Gênero”, da Red Mujer y Habitat de América Latina, 17-18 agosto de 2000, Córdoba, Argentina.

questões relativas à carência de equipamentos e serviços urbanos nos bairros populares, desde o início do processo de democratização, tiveram o Estado como interlocutor, dirigindo a estas reivindicações por políticas públicas participativas e não-excludentes. Em parte como resultado desta interlocução, desde os anos 80 foram se desenhando alternativas de políticas públicas em setores como habitação, saneamento e educação, em que a participação de organizações da comunidade e de ONG assume um lugar central. Também aí, portanto, há hoje um espaço para o estabelecimento de parcerias, que se beneficia de experiências acumuladas ao longo da década passada.

Há ainda uma outra dimensão da articulação entre Estado e sociedade civil que merece ser destacada e que retoma o eixo da democratização destacado desde o início dos anos 80. Ao se enfatizar no final dos anos 90 as políticas públicas como um espaço privilegiado do combate à desigualdade de gênero, um dos aspectos centrais presentes nesta frente de ação é a reivindicação de maior espaço de participação para as mulheres, na formulação das políticas públicas. Documento elaborado por entidade feminista para subsidiar a ação de prefeitos e prefeitas que assumiram o governo em 2001, destaca, ao lado da busca da eficiência – tema típico do segundo momento da agenda de reforma do Estado – a importância da participação das mulheres nas decisões:

*“A busca da eficiência na administração pública é um dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira no bojo do processo de democratização e Reforma do Estado. Nesse contexto, a co-gestão entre poder público e sociedade civil coloca-se como uma das principais possibilidades para alcançar esta meta. Além de permitir a incorporação de novos atores no processo decisório, significa concomitantemente a adoção de mecanismos eficazes de controle social sobre a aplicação dos recursos públicos...”*

*...o objetivo da igualdade nas tomadas de decisões em políticas governamentais requer uma efetiva participação e incorporação do ponto de vista das mulheres em tais processos”. (AGENDE, 2001, p. 9 e 11).*

Como veremos adiante neste trabalho, diversas das iniciativas de governos estaduais e municipais que incorporam a questão de gênero contam com a participação da sociedade civil em seu desenvolvimento, refletindo a experiência acumulada nos anos 80 pelos movimentos, por entidades ligadas a gênero e pelo próprio Estado.

A temática da focalização, por sua vez, incide diretamente sobre a questão de gênero, uma vez que as mulheres, mais especificamente as mulheres pobres – das cidades e da zona rural – têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população, justificando a promoção de políticas “focalizadas”. Diversos estudos recentes sobre a pobreza na América Latina, intensificada na última década pelas políticas de ajuste, têm chamado a atenção para o fenômeno da feminização da pobreza. Documento da CEPAL de 1994 afirma a este respeito:

*“As mulheres constituem a maioria dos setores pobres e devem suportar a pior carga nas famílias submetidas à pobreza, sobretudo as mulheres em situações urbanas, aquelas que cumprem as funções de chefe de família” (FALÚ e RAINERO, 1998, nota, 7, p.5).*

Sobre o Brasil, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, também destaca a feminização da pobreza no país, chamando a atenção para a disparidade salarial (as trabalhadoras ganhavam em média 63% dos salários masculinos em 1990) e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família (em geral famílias monoparentais). Em 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário-mínimo per capita (RELATÓRIO, 1997, p.20-24). O relatório destaca também que a chefia feminina é um fenômeno mais acentuado nas cidades.

Ainda sobre o Brasil, dados de 1994 revelam que, enquanto o desemprego masculino era de 6,7%, o desemprego feminino atingia 13,9% (FALÚ e RAINERO, 1998, p.6). Acrescente-se que parte significativa das mulheres que ingressam no mercado de trabalho vai para o setor informal, onde estas não têm acesso a garantias trabalhistas e à previdência social.

Com base na noção de feminização da pobreza, organizações como o Banco Mundial recomendam a focalização de políticas de combate à pobreza. Documento recente do Banco, intitulado “*Toward gender equality*” (THE WORLD BANK, 1997), analisa o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero, propondo, explicitamente, a focalização nas áreas de educação, saúde, serviços de extensão rural, infra-estrutura rural e urbana, e em áreas como segurança, geração de emprego e renda, entre outras. Os argumentos principais da proposta de focalização (*targeting women*) dizem respeito a uma maior eficiência das políticas de combate à pobreza obtida pela atenção privilegiada às mulheres, seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre (THE WORLD BANDK, 1997).

Mas também movimentos e entidades de mulheres passaram a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tenham as mulheres como um de seus alvos prioritários. Documento apresentado à Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing em 1995, afirma serem as mulheres dos países em desenvolvimento as mais atingidas pela intensificação da pobreza dos anos 80, em decorrência da recessão prolongada e dos programas de ajuste (PLATAFORMA, 1995, p. 4-5):

*“A pobreza afeta as famílias como um todo, mas dentro delas a mulher assume uma porcentagem desproporcional da carga.... A mulher deve administrar o consumo da família em situações de crescente escassez e obter rendimentos*

*através de um emprego mal pago ou em um setor não estruturado, e, ao fazê-lo, institui o ajuste invisível para fazer frente à pobreza...”.*

O Documento recomenda a elaboração de “*programas que permitam às mulheres pobres das zonas urbanas e rurais dos países em desenvolvimento ganhar a vida*” (p.13) e propõe que os programas de acesso a recursos produtivos sejam desenhados de forma a dar oportunidade às mulheres, propondo que sejam criados sistemas de crédito fácil que atendam a mulheres.

No Brasil, movimentos e entidades de mulheres recomendam que programas de combate à pobreza atendam prioritariamente mulheres, com especial atenção às mulheres negras, às mães solteiras e às chefes de família, por seu maior grau de vulnerabilidade (LAVINAS, 1996)<sup>13</sup>.

A tese da feminização da pobreza é questionada por LAVINAS (1996), para quem a diferença de renda entre homens e mulheres das camadas pobres da população vem diminuindo progressivamente no país, enquanto a disparidade de renda entre mulheres (“ricas” e “pobres”) tem crescido significativamente<sup>14</sup>. A autora critica a focalização nas políticas de combate à pobreza, defendendo práticas universalistas.

Ainda que as tendências apontadas por LAVINAS se confirmem, as propostas dos movimentos de mulheres, no sentido da implementação de programas de combate à pobreza com foco privilegiado na mulher, parecem ter sua razão de ser quando que se considera que, dentre os segmentos atingidos pela pobreza e pelo efeitos do

---

<sup>13</sup> Recomendação incorporada pelo Partido dos Trabalhadores desde a campanha presidencial de 1993, como aponta LAVINAS (1996).

<sup>14</sup> Há afinidades entre esta crítica e a análise que CARVALHO (1998) desenvolve sobre o “feminismo da diferença” (ver também nota 16 a este respeito). Esta autora mostra como esta perspectiva, ao opor em uma polaridade binária homens a mulheres, em categorias a-históricas, acaba por obscurecer as diferenças entre mulheres no interior de uma sociedade concreta: “... as teóricas do feminismo da diferença, ao abarcarem períodos indefinidos da história e um campo indefinido de sociedades diferentes, ditas “patriarcais”, demarcam limites tão imprecisos que acabam fazendo afirmações que abrangem as mulheres em geral. Além disso, sua visão da sociedade inclui muito pouco a contradição, a dinâmica dos processos, a diversidade e as ressignificações, apropriações e transformações individuais ou coletivas dos modelos dominantes. Dessa forma, as diferenças entre mulheres no interior de uma mesma sociedade também ficam apagadas”. p.393.

desemprego crescente, a mulher continua – ainda hoje - sendo a mais fortemente atingida, sendo, por outro lado, a menos atendida pelos mecanismos tradicionais de capacitação de mão-de-obra e de geração de emprego e renda. Além disto, as mulheres chefes de família são também, por sua concentração no setor informal, mais “desprotegidas” do ponto de vista trabalhista e previdenciário. Assim, embora como propõe LAVINAS, as políticas de combate à pobreza devam se voltar ao universo integral daqueles que vivem em situação de pobreza, é importante criar canais de inclusão das mulheres em programas de combate à pobreza, uma vez que os mecanismos tradicionais de crédito e de estímulo à atividade produtiva, em geral, privilegiam os homens (PINTO, 1989 e PLATAFORMA, 1995).

Finalmente, cabe mencionar discussão relativa ao conceito a ser adotado para se referir ao fenômeno em questão. Em tesouro publicado pela Fundação Carlos Chagas em 1998, lê-se a este respeito:

*“...De alguns anos para cá, fala-se muito, dentro do movimento de mulheres, em “feminização da pobreza”, significando um processo pelo qual amplos contingentes da população feminina mundial estão vivendo em estado de extrema pobreza. Embora se trate de um fenômeno real, demonstrado por estatísticas que indicam um aumento do número das famílias monoparentais chefiadas por mulheres com empregos mal remunerados, por que, entretanto, associar “feminização”, palavra culturalmente desvalorizada, à palavra “pobreza” também socialmente depreciativa? Por que não falar simplesmente em “pauperização das mulheres”, conceito que propomos neste Tesouro?” (BRUSCHINI, ARDAILLON E UNBEHAUM, 1998).*

A focalização aparece também na recomendação de desenvolvimento de políticas dirigidas a meninas em situação de risco – em situação de rua, vivendo na prostituição etc. (BARSTED, 1994). Neste caso, recomenda-se um conjunto de ações dirigidas especificamente às meninas, devido a uma problemática que atinge de forma singular a crianças e adolescentes do sexo feminino (prostituição, violência

contra meninas...) e devido à necessidade do desenvolvimento de medidas dirigidas para mulheres, mesmo quando a problemática atinge meninos e meninas (vivência em situação de rua, drogas etc...). A reinserção social de meninas passa pela discussão da sexualidade, de cuidados com o corpo, da auto-estima, incluindo cuidados com a beleza, etc...).

Na verdade, pode-se dizer que, ao se desenharem programas dirigidos especificamente às mulheres, ocorre focalização. Mas diferentemente da noção de eficiência do gasto, presente em propostas como as do Banco Mundial, nas propostas elaboradas por entidades e movimentos ligados a gênero, no Brasil e fora do país, o que parece ser enfatizado é a necessidade de inclusão no espaço da cidadania de um segmento até então invisível, o que requer, ao menos em um primeiro momento, políticas específicas. Trata-se, assim, de um movimento no sentido da extensão de direitos de cidadania, que envolve uma “discriminação positiva”.

Bobbio, analisando o desenvolvimento dos direitos do homem, identifica um processo que ele designa como *multiplicação de direitos por especificação* (BOBBIO, 1992, p.68-69):

*“... porque o próprio homem não é mais considerado como ente genérico, ou homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concretude de suas diversas maneiras de ser em sociedade... tomado na diversidade de seus diversos status sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas), cada um dos quais revela diferenças específicas, que não permitem igual tratamento e igual proteção”.*

Trata-se, assim, de propostas de políticas que partem da visão de que é necessário reconhecer a vivência diferenciada de mulheres e homens, a qual evidencia desigualdades que precisam ser superadas para garantir às mulheres plena

cidadania<sup>15</sup>. Este reconhecimento da diferença é explicitado em documento recente de entidade feminista, voltado à sensibilização de prefeitos para a necessidade de se integrar esta dimensão às políticas públicas:

*“... a administração pública democrática não significa somente “tratamento igual para todos”, mas também “tratamento diferenciado” para os indivíduos e grupos excluídos, de modo a que possam competir em verdadeiras condições de igualdade...”* (AGENDE, 2001, p.7)

Desde o início dos anos 90, a agenda relativa às políticas públicas incorporou uma nova tendência: propõe-se que a dimensão gênero seja incorporada por cada uma das diversas políticas, em substituição a políticas com foco exclusivo na mulher ou no homem. Seminário sobre Gênero e Políticas Públicas na Administração Municipal, realizado por iniciativa do IBAM e da UNICEF, com a participação do Conselho Nacional do Direito da Mulher e apoio da Fundação Ford, ilustra esta tendência (PINTO, 1991):

*“Diretrizes gerais*

*reorientação do comportamento político-administrativo dos Governos Municipais de modo a formular e implantar políticas, programas e projetos em bases participativas, voltados para a incorporação das questões de gênero e equidade.”.*

---

<sup>15</sup> Há um debate importante no feminismo contemporâneo, relativo à questão da igualdade e da diferença. De um lado, estão os teóricos da igualdade, para os quais as diferenças entre os sexos, construídas socialmente, são resultado da opressão, devendo ser eliminadas, em nome da igualdade entre seres livres e iguais. Assim, elimina-se o gênero, mantendo-se apenas o sexo, enquanto diferença biológica. De outro lado, para os teóricos da diferença, a diferença deve ser resgatada e valorizada, não existindo igualdade entre seres humanos genéricos. Mas há o que ser superado: a desigualdade decorrente da dominação, da subordinação, reivindicando-se não igualdade, mas “valor equivalente”. Em ambos os casos, há que se reconhecer a existência de desigualdades (ou não equivalências) que devem ser superadas. (HITA, 1998 e LAVINAS, 1997). Em sua análise crítica da perspectiva da diferença, CARVALHO sugere que a contribuição trazida por esta abordagem seja revista a partir do reconhecimento de que a construção singular das relações de gênero em cada sociedade e em cada período histórico não pode ser entendida fora de um contexto mais abrangente que envolve outras relações sociais, como as de classe e de raça (CARVALHO, 1998).

### **2.3. A agenda de gênero na passagem para o século XXI**

O movimento de mulheres sofreu a influência de alterações na sociedade e no Estado brasileiro nas últimas décadas, assim como do próprio movimento feminista mundial, com o qual se articula. Representantes do Brasil têm participado de diversos encontros regionais e internacionais sobre a questão de gênero, merecendo destaque a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995. Neste encontro, estabeleceu-se uma plataforma de ação a ser seguida pelos países participantes. A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher definiu 126 objetivos, os quais constituem hoje a agenda de gênero, referência para movimentos e entidades de mulheres em diversos países, inclusive no Brasil.

Tendo como referência a plataforma de Beijing, para a qual contribuíram representantes do Brasil<sup>16</sup>, e a história do movimento de mulheres no Brasil – a qual se articula, como visto, a alterações mais abrangentes na relação Estado-Sociedade ocorridas no país nas últimas décadas, constituiu-se no Brasil a agenda atual relacionada à questão de gênero. Nesta agenda, incluem-se diversas diretrizes no campo das políticas públicas. Tais diretrizes são indicadas de maneira sintética a seguir:

#### **1) Violência**

Criação de programas abrangentes que atendam as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo a atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e a criação de abrigos para as vítimas da violência. Formulação de políticas abrangentes que articulem medidas na área da assistência, da segurança pública e do poder judiciário - criação de delegacias especializadas, de abrigos

---

<sup>16</sup> Marta Suplicy, presente como uma das representantes do Brasil, destaca não apenas o fato de o Brasil ser signatário dos documentos de Pequim, mas também a contribuição do Brasil para a aprovação de três pontos importantes das decisões do encontro: a) a explicitação da discriminação das mulheres por raça e etnia; b) o reconhecimento do valor econômico do trabalho não-remunerado das mulheres e a explicitação de que os direitos das mulheres são direitos humanos. (SUPLICY, s/d)

para as mulheres, e aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas (inclusive com alterações no direito penal) (PINTO, 1991 e SAFFIOTI, 1994).

## 2) Saúde

Acesso à saúde e aos direitos reprodutivos e sexuais. Implantação efetiva do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - incluindo ações específicas para adolescentes, mulheres em idade fértil e na terceira idade, além de cuidados com a saúde mental e ocupacional da mulher. O PAISM inclui, ainda, ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer e na área do planejamento familiar<sup>17</sup>, de forma a superar a concentração dos programas exclusivamente na saúde materno-infantil (CARRANZA, 1994 e PINTO, 1991; OLIVEIRA, s/d; SUPPLY, s/d).

## 3) Meninas e adolescentes

Reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, através de programas de atenção integral, com ênfase a meninas e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em situação de rua e vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição e expostas a drogas. Trata-se de uma proposta que supõe a articulação de diversas áreas de ação do governo (saúde, educação, segurança etc.) (BARSTED, 1994; PINTO, 1991 e LAVINAS, 1997).

## 4) Geração de emprego e renda

Apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e ao incremento da renda familiar. Inclusão de atividades voltadas à população

---

<sup>17</sup> A questão do aborto é um dos pontos mais polêmicos na área da saúde e direitos reprodutivos. Suplicy em documento em que destaca alguns dos compromissos assumidos em Pequim, inclui: “reconhecer o aborto como um problema de saúde pública, pedindo atenção aos abortamentos inseguros, recomendando aos países que revisem suas leis que penalizam as mulheres que fizerem abortos ilegais” (SUPPLY, s/d). Trata-se de proposta que ainda enfrenta grande resistência no país, sobretudo por parte da Igreja Católica.

feminina em programas de geração de emprego e renda, tradicionalmente concebidos de forma a contemplar predominantemente a população masculina (LAVINAS, 1996 e PINTO, 1991). Garantia de acesso a crédito para a criação ou continuidade de pequenos negócios e associações (OLIVEIRA, s/d).

#### 5) Educação

Garantia de acesso à educação. Reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória sobre a mulher. Inclusão de conteúdos programáticos relativos, de um lado, à sexualidade, à contracepção, e, de outro, à própria discriminação (PINTO, 1991). Desenvolvimento de programas educacionais não apenas não-discriminatórios, mas que aumentem a consciência acerca dos direitos das mulheres (SUPLICY, s/d). Capacitação de professores e professoras para a inclusão da perspectiva de gênero na atividade de formação. Extensão da rede de creches e pré-escolas (GÊNERO..., 2000).

#### 6) Trabalho

Garantia de direitos trabalhistas à mulher nos diversos níveis da administração pública e fiscalização do cumprimento das normas constitucionais pelo setor privado. Eliminação de tratamento diferenciado que implique discriminação na área da administração pública e fiscalização da discriminação no setor privado (PINTO, 1991). Reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado da mulher e minimização de sua carga sobre a mulher, através da criação de equipamentos sociais (SUPLICY, s/d). Criação de programas de capacitação profissional (PINTO, 1991, GÊNERO..., 2000).

#### 7) Infra-estrutura urbana

Construção de equipamentos urbanos priorizados por mulheres, como creches, e de outros equipamentos e serviços urbanos como postos de saúde, habitação,

saneamento básico, entre outros. As mulheres continuam a desempenhar um papel central com relação às que afetam a esfera da reprodução, devendo ser reconhecida a “centralidade” de sua participação nestas áreas na implantação das políticas públicas (GIFFIN, 1991 e CORRÊA, 1991)<sup>18</sup>. Garantia de acesso a títulos de propriedade da habitação a mulheres.

#### 8) Questão agrária

Reconhecimento de direitos relativos às mulheres da zona rural, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para atividades agrícolas. Acesso a títulos de propriedade da terra, em programas de distribuição de terras. Acesso a crédito em programas de apoio à produção rural.

#### 9) Acesso ao poder

Abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de forma a que estas intervenham de maneira ativa na formulação e implementação de políticas públicas (OLIVEIRA, s/d).

As questões identificadas até aqui vêm sendo priorizadas nos debates e mobilizações relativos à questão de gênero, no que se refere à sua incorporação por políticas públicas. Certamente este conjunto de questões não esgota os temas levantados pelos movimentos e entidades de gênero, mas delinea os principais contornos de uma agenda para a formulação de políticas públicas que contemplem a problemática de gênero.

Nesta agenda, vem ganhando espaço a recomendação relativa à incorporação da perspectiva de gênero por toda e qualquer política pública (de forma horizontal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas, de forma a que a

---

<sup>18</sup> Ver também recomendações do Banco Mundial neste sentido (THE WORLD BANK, 1995, p. 58 e ss.)

problemática que atinge as mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política.

Ilustra esta perspectiva a inclusão de instâncias especificamente ligadas à incorporação da perspectiva de gênero no organograma de administrações estaduais e municipais. Em 2000, por exemplo, nove administrações ligadas ao Partido dos Trabalhadores contavam com este tipo de instância, sob a forma de coordenadoria ou de assessoria: os governos dos Estados do Acre, de Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul e as prefeituras de Angra dos Reis, Barra Mansa, Ipatinga, Mauá, Porto Alegre e Santo André (GÊNERO... 2000). Esta perspectiva está presente em iniciativas de outros partidos, como ilustra um dos casos analisado neste trabalho, o *Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local*, do Estado do Rio de Janeiro, promovido durante gestão do PFL.

### 3. OS PROGRAMAS ANALISADOS

A análise apresentada a seguir baseia-se em iniciativas de governo inscritas, em 1997, no Programa Gestão Pública e Cidadania. Adotou-se estrutura analítica similar à que foi utilizada em trabalho anterior, relativo aos programas inscritos em 1996 (FARAH, 1998). A análise tem por referência a agenda de gênero exposta anteriormente, considerando também alguns dos pontos centrais da agenda de reforma do Estado, indicada antes neste trabalho.

São contemplados, em primeiro lugar, os programas que têm como foco a mulher, tendo sido consideradas as 297 iniciativas inscritas em 1997. Analisam-se, em seguida, os programas que incorporam a dimensão gênero, sem ter como beneficiárias exclusivas as mulheres, independente da área de ação governamental a

que se referem as iniciativas. Neste caso, foram considerados os 100 programas selecionados como semifinalistas em 1997<sup>19</sup>.

A tabela 2 mostra a participação dos programas que incluem a dimensão gênero no conjunto de iniciativas governamentais participantes do Gestão Pública e Cidadania. Para efeitos comparativos, incluem-se também os dados da pesquisa anterior, referente ao ciclo de 1996 (FARAH,1998).

A tabela 3, por sua vez, mostra a presença da dimensão gênero entre os programas semifinalistas nos dois primeiros ciclos anuais de premiação do Gestão Pública e Cidadania.

Observa-se um crescimento da presença de programas que integram a dimensão gênero, os quais passaram de 6,5% para 13,1% das iniciativas inscritas no Gestão Pública e Cidadania de 1996 para 1997. Dentre os semifinalistas, por sua vez, houve também um crescimento – de 23 para 34%. Estudo recente, baseado no mesmo banco de dados, considerando os semifinalistas de 1999 e 2000, constatou que 36,4% contemplaram a diferença de gênero (AGENDE, 2001). Embora ainda baixa, esta presença sugere que a temática de gênero está sendo incorporada pela agenda política de governos subnacionais, sendo um dos itens integrantes de uma agenda considerada inovadora pelos próprios governos.

---

<sup>19</sup> A análise tem por base material informativo fornecido por ocasião da inscrição no Gestão Pública e Cidadania (anexo 1), acrescido, no caso dos semifinalistas, por informações complementares fornecidas por estes 100 programas (anexo 2).

**Tabela 2****Gênero e Políticas e Programas Governamentais  
nos Ciclos de 1996 e 1997**

<b>Programas</b>	<b>1996*</b>		<b>1997**</b>	
	<b>v.a.</b>	<b>%</b>	<b>v.a.</b>	<b>%</b>
<b>Foco em gênero</b>	18	2,6	7	2,3
<b>Incorporam gênero</b>	23	23,0	34	34,0
<b>Total</b>	41	6,5	41	13,1

\* 629 programas inscritos

\*\* 297 programas inscritos

**Tabela 3****Os 100 Semifinalistas dos Ciclos de 1996 e 1997  
e a Questão de Gênero**

<b>Programas</b>	<b>1996</b>		<b>1997</b>	
	<b>v.a.</b>	<b>%</b>	<b>v.a.</b>	<b>%</b>
<b>Foco em gênero</b>	5	5,0	4	4,0
<b>Incorporam gênero</b>	23	23,0	34	34,0
<b>Total</b>	28	28,0	34	34,0

#### 4. PROGRAMAS DE GOVERNO COM FOCO NA MULHER

Dentre os programas inscritos em 1997 no Gestão Pública e Cidadania, num total de 297 iniciativas de governos municipais, estaduais e de organizações dos povos indígenas, sete (7) são dirigidos especificamente à mulher, representando 2,3% dos casos<sup>20</sup>. Os programas são identificados a seguir, no quadro 1, em que também se resumem suas principais características. A descrição do tipo de ação desenvolvida por cada programa é apresentada no quadro 2. A descrição detalhada de cada programa, por sua vez, é apresentada no anexo 3 deste relatório.

Na análise dos programas dirigidos à mulher sobressai, em primeiro lugar, a predominância de iniciativas de governos municipais. Dos sete (7) programas com foco na mulher, cinco (5) são programas municipais. Esta concentração confirma tendência identificada em pesquisa anterior, relativa aos programas governamentais inscritos no Ciclo de 1996 do Gestão Pública e Cidadania. A concentração não foi tão significativa nos programas que incorporam gênero, como será visto adiante.

Como pode ser visto no quadro 2, a área de saúde se destaca dentre os programas com foco na mulher (quatro em sete programas), confirmando o verificado em pesquisa anterior. Dentre os quatro programas desta área, três ainda adotam uma abordagem relativamente restrita da saúde da mulher. Em dois casos, focaliza-se exclusivamente o segmento materno-infantil (*Programa de Orientação, Apoio de Base e Cidadania para Gestantes e Nutrizes*, de Guariba, São Paulo e *Projeto Amigas da Gente*, do município do Rio de Janeiro). Em outro programa, embora o foco seja o planejamento familiar, tema constante da agenda de gênero, não há, tampouco, uma perspectiva abrangente de atenção integral à saúde da mulher.

---

<sup>20</sup> Quatro programas semifinalistas e três inscritos sem classificação no Ciclo de 1997 do Gestão Pública e Cidadania.

## Quadro 1

### Caracterização Geral dos Programas com Foco na Mulher

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA*	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
1	10	Planejamento Familiar (I)**	Saúde	Municipal São Leopoldo (RS) Secretaria de Ação Social	Orientação a adolescentes do sexo feminino para o planejamento familiar, através de atendimento médico, psicológico e de assistência social.		
2	63	Projeto Amigas da Gente (I)	Mulher	Municipal Rio de Janeiro (RJ) Centro Comunitário de Defesa da Cidadania	Orientação a jovens gestantes (13 a 20 anos), em relação à sexualidade e à gestação e encaminhamento para a escola e para o mercado de trabalho.	<b>Comunidade</b> Igreja Católica e Igreja Evangélica	<b>Intergovernamental</b> (governo estadual: Integração Obra Social do Estado do Rio de Janeiro)
3	77	Proj. de Orientação, Apoio de Base e Cidadania para Gestantes e Nutrizes (I)	Mulher	Municipal Guariba (SP) Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social	Atendimento a gestantes e nutrizes sem situação conjugal definida, migrantes e em situação de carência.	<b>Comunidade</b> Centro Social Comunitário Cristo Rei	<b>Intersetorial</b> Fundo Social de Solidariedade  <b>Intergovernamental</b> (governo estadual: Centro de Saúde III)

\* Classificação feita pelos responsáveis pelo programa

\*\* Nos quadros será indicada a classificação dos programas no Gestão Pública e Cidadania: f – finalista; sf – semifinalista e i – inscrito, mas não classificado.

**Quadro 1 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas com Foco na Mulher**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
4	103	Centro Integrado de Atendimento à Mulher (SF)	Mulher	Municipal Bauru (SP) Prefeitura Municipal	Atendimento integral multidisciplinar para mulheres a partir de 15 anos de idade, vítimas de qualquer tipo de violência.	<b>Comunidade</b> Albergue Noturno <b>ONG</b> Fundação Veritas, Sociedade Beneficente Cristã <b>Setor privado</b> Universidade privada <b>Outros</b> Maçonaria, Conselhos	<b>Intersetorial</b> (Secr. Bem Estar Social, Saúde, Educação, Centro Or.Trabalho, Empr. Circular de Bauru,Poder Legislativo ) <b>Intergovernamental</b> (Estadual: Secr. Saúde; Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus Tratos à Infância; Conselho Tutelar; Poder Judiciário; Delegacia de Defesa da Mulher.)
5	165	Projeto Atenção à Mulher na Terceira Idade (SF)	Mulher	Municipal Londrina (PR) Coordenadoria Especial da Mulher	Atendimento intergral a mulheres idosas de baixa renda.	<b>ONG</b> PROUNI - Fundação Kellog <b>Comunidade</b> Associação de Moradores; Clubes de Mães; Pastorais. <b>Outros</b> Conselho de Saúde da Região Sul	<b>Intergovernamental</b> (estadual: Universidade Estadual de Londrina; Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família);

**Quadro 1 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas com Foco na Mulher**

N <sup>o</sup>	N <sup>o</sup> DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
6	168	Atenção ao Aborto Previsto em Lei no Estado de Pernambuco (SF)	Saúde	Estadual Recife (PE) Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	Atendimento de gestantes de risco e vítimas de estupro para realização de aborto assistido.	<b>ONG</b> Justiça seja Feita  <b>Comunidade</b> Grupo de Mulheres	<b>Intergovernamental</b> Mesmo nível: Maternidade do CISAM - Universidade de Pernambuco e Hospital Agamenom Magalhães  Ministério Público  <b>Org. Internacionais</b> IPAS (EUA)
7	214	Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local (SF)	Mulher	Estadual Rio de Janeiro (RJ) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	Programa que objetiva a incorporação de gênero pelas diversas políticas públicas estaduais, através de: a) definição de prioridades, com a participação da população feminina; b) capacitação de quadros.	<b>ONG</b> A lista das organizações da sociedade civil organizada reúne cerca de 300 entidades.  <b>Setor privado</b> SENAC, SEBRAE, Pequenos Empresários.  <b>Comunidade</b> Conselhos Municipais,  <b>Outros</b> Sindicato das Empregadas Domésticas, Comerciais.	<b>Intergovernamental</b> Mesmo nível: Secretaria de Estado do Trabalho, Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher - São Gonçalo, Assembléia Legislativa; Academia de Polícia.  Municipal: Prefeituras, Câmaras Municipais. Federal: EMATER – RJ.

Nestes casos, trata-se de um modelo de cidadania passiva<sup>21</sup>, pela existência de uma relação assimétrica entre Estado e beneficiárias, sendo as mulheres receptoras passivas das ações emanadas do poder público. Há, ainda assim, um potencial de emancipação das mulheres, seja pelo conteúdo das informações transmitidas (relativas ao planejamento familiar, sexualidade, violência contra a mulher, por exemplo) – que podem propiciar à mulher uma maior participação em decisões relativas a seu próprio destino - seja pelo estímulo dado ao associativismo.

O quarto programa da área da saúde destaca-se, por sua vez, por estar na vanguarda das reivindicações dos movimentos feministas, relativas ao atendimento na rede hospitalar de casos de aborto previsto em lei: gestantes de risco e casos de estupro (o programa *Atenção ao Aborto Previsto em Lei no Estado de Pernambuco*). Este programa baseia-se na noção de direitos e reflete uma ampla mobilização social no Estado de Pernambuco pela defesa do aborto assistido, o que permite identificá-lo com a perspectiva da cidadania ativa<sup>22</sup>. O preconceito que envolve o tema e a existência de uma “resistência ativa” à legalização do aborto, no entanto, restringem a participação entre as diretamente beneficiárias do programa, seja como pacientes, seja como elementos ativos no plano político.

Também neste caso há focalização de um segmento de risco, pelas altas taxas de mortalidade materno-infantil, e pelas seqüelas psicológicas e físicas associadas à situação de estupro. Não se explicita, na documentação do programa, sua inserção em uma política ou programa mais abrangente de atenção integral à saúde da mulher.

---

<sup>21</sup> É importante destacar que as interpretações aqui apresentadas baseam-se exclusivamente no material disponibilizado pelos programas, podendo haver, com relação aos diversos aspectos analisados, elementos na dinâmica do programa que não foram apreendidos.

<sup>22</sup> A cidadania ativa consiste na participação “ativa” dos cidadãos no processo de formulação ou de implementação das políticas públicas (como sujeitos), em oposição à cidadania passiva, em que os beneficiários constituem receptores passivos de políticas formuladas pelo governo (BENEVIDES, 1991 e BENEVIDES, 1994).

## Quadro 2

### Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa

N.º	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO	ABORDAGEM	ENFOQUE	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL / AGENDA (BRASIL)
1	Planejamento Familiar (I)	1984	Saúde  Planejamento familiar	Multisetorial:  Atendimento de saúde, psicológico e assistência social. (não pode, no entanto, ser considerado "integral")	Cidadania Passiva		Tema priorizado por movimentos de mulheres: orientação para o planejamento familiar.
2	Projeto Amigas da Gente (I)	1995	Planejamento familiar  Violência  Educação  Geração emprego e renda	Multisetorial / integral:  Orientação sobre planejamento familiar e sexualidade, sobre violência contra a mulher; educação e geração de emprego e renda.	Cidadania Passiva		Aborda temáticas presentes em movimentos de mulheres, tais como sexualidade e planejamento familiar, assim como a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho.
3	Proj. de Orientação, Apoio de Base e Cidadania para Gestantes e Nutrizes (I)	1987	Saúde da mulher (gestantes e nutrizes)	Multisetorial / integral:  Saúde, educação, capacitação, estímulo ao associativismo.	Cidadania Passiva		Incorpora um tema sempre presente nas reivindicações de mulheres no Brasil: a saúde da mulher. No entanto, não incorpora a perspectiva de atenção integral (PAISM), restringindo seu foco a gestantes e nutrizes.

**Quadro 2 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N.º	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO	ABORDAGEM	ENFOQUE	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL / AGENDA (BRASIL)
4	Centro Integrado de Atendimento à Mulher (SF)	1995	- Violência - Discriminação	Multisetorial / integral:  Assistência integral (Saúde, psicológica, jurídica e social)	Cidadania Ativa	O programa foi concebido a partir de uma consulta a comunidade, promovida pelo Conselho Municipal da Condição Feminina, durante o I Fórum da Mulher em 1993.	Este programa incorpora reivindicações centrais de movimentos feministas: combate à violência contra a mulher e à discriminação de gênero e consolidação dos direitos civis das mulheres.
5	Projeto Atenção à Mulher na Terceira Idade (SF)	1994	Terceira Idade	Multisetorial / integral:  Atendimento jurídico, educativo, social e psicológico.	Cidadania Ativa	O programa surgiu a partir de demanda da sociedade: a proposta do projeto decorre de reivindicação de mulheres apresentada em assembléia do Programa Orçamento Participativo.	Temas prioritários da agenda atual dos movimentos de gênero: atenção integral à saúde da mulher e abordagem integral, não restrita à saúde.
6	Atenção ao Aborto Previsto em Lei no Estado de Pernambuco (SF)	1996	Saúde/aborto	Multisetorial / integral:  Atendimento de saúde e assistência jurídica, capacitação de agentes de saúde, sensibilização da comunidade.	Cidadania Ativa	Este programa teve sua origem em um amplo debate iniciado por movimentos de mulheres e posteriormente encampado pelo poder público. A participação dos movimentos continua expressiva.	O programa atende a uma das prioridades do movimento de gênero: a relativa ao direito ao aborto assistido, nos casos previstos em lei.
7	Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local (SF)	1996	Incorporação da questão de gênero pelas diversas políticas públicas.	Multisetorial / integral:  A perspectiva de gênero é incorporada por todos os setores de atuação governamental (meta).	Cidadania Ativa	O programa é fruto de mobilização de movimentos de mulheres, que participaram da definição de prioridades de políticas públicas no nível local de governo, no Estado do Rio.	Incorpora recomendação de entidades e movimentos de mulheres: incorporação de gênero por toda política pública, refletindo diretrizes da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995)

Os quatro programas da área da saúde incluem ações que transcendem a área da saúde propriamente dita. Em um caso, no entanto, incorporam-se apenas ações de assistência social, numa relação assimétrica com a clientela assistida, não se podendo falar propriamente em uma abordagem integral e multidisciplinar (*Planejamento Familiar*, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Nos outros três programas, há uma orientação mais clara no sentido de uma abordagem integral e multidisciplinar: a) no programa *Cidadania para Gestantes e Nutrizes*, desenvolvem-se atividades nas áreas de educação, capacitação e estímulo ao associativismo, como estratégia de reinserção social das gestantes e nutrizes atendidas; b) no *Amigas da Gente*, além de orientação relativa a sexualidade e planejamento familiar, promovem-se também reuniões sobre violência contra a mulher, assim como atividades visando à reinserção das mulheres ou meninas na escola e no mercado de trabalho; c) no programa *Atenção ao Aborto Previsto em Lei*, a atenção multidisciplinar inclui atendimento à saúde e assistência jurídica. A abordagem integral está presente também nas ações voltadas à sensibilização da comunidade para a problemática do aborto legal, assim como na capacitação de agentes de saúde no que se refere aos aspectos jurídicos envolvidos no atendimento em caso de aborto previsto em lei.

Dois programas envolvem articulação intersetorial ou interorganizacional, contando para seu desenvolvimento com a participação de diferentes setores ou ramos do governo. Num caso (*Cidadania para Gestantes e Nutrizes*), trata-se de uma relação já tradicional entre uma Secretaria de Assistência Social e o Fundo Social de Solidariedade, instância que, sob diferentes nomes, é, em geral ligado às primeiras damas dos municípios ou dos Estados. No programa *Atenção ao Aborto Previsto em Lei*, no entanto, trata-se de uma efetiva colaboração intersetorial, associando-se o setor de saúde ao Ministério Público para o desenvolvimento do programa.

Embora a área da saúde seja concebida como um sistema que envolve, necessariamente, a articulação entre diferentes níveis de governo, apenas dois dos programas com foco em saúde da mulher explicitam esta articulação, sendo estes

programas promovidos por entidades e instituições externas ao setor saúde<sup>23</sup>: o projeto *Amigas da Gente*, desenvolvido pelo Centro Comunitário de Defesa da Cidadania, do Município do Rio de Janeiro, que envolve a colaboração do governo estadual (por intermédio da entidade Integração Obra Social do Estado do Rio de Janeiro) e o *Cidadania para Gestantes e Nutrizes*, da Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social de Guariba, desenvolvido em parceria com um Centro de Saúde estadual.

A ausência de referência aos níveis de governo estadual ou federal nos demais programas, sugere que sua presença, nestes casos, deve ser mais indireta, sob a forma de transferência de recursos ou de diretrizes programáticas, não se caracterizando, para os responsáveis pelo programa, como uma efetiva colaboração entre entidades.

No que se refere à participação da sociedade civil, destaca-se o *Atenção ao Aborto Previsto em Lei*, de Pernambuco, o qual resultou de uma ampla mobilização em torno do tema, liderada por movimento de mulheres. A participação da sociedade civil teve continuidade, após a implantação do programa, com a presença ativa de ONG e de grupos de mulheres, que participam sobretudo do esforço de sensibilização da comunidade e da capacitação dos profissionais da saúde para os aspectos jurídicos envolvidos na questão.

Os demais programas da área de saúde não resultaram de uma mobilização da sociedade civil local. Dois deles – o de Guariba e o do Rio de Janeiro – envolvem, porém, entidades da sociedade civil em seu desenvolvimento: no primeiro caso, um centro comunitário, no segundo, as igrejas católica e evangélica.

Os três outros programas com foco na mulher têm como alvo a Terceira Idade (*Projeto Atenção à Mulher na Terceira Idade*, de Londrina, no Paraná), o combate à

---

<sup>23</sup> Estes dois programas não se apresentam como programas da área da saúde (classificando-se na categoria “mulher” no Gestão Pública e Cidadania). Foram considerados nesta análise como da área da saúde, pelo foco em uma clientela “tradicional” dos programas de atenção à saúde – gestantes e nutrizes.

violência contra a mulher (*Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM*, de Bauru, São Paulo) e a incorporação da perspectiva de gênero na administração pública como um todo (*Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local*, do Estado do Rio de Janeiro).

O programa voltado à mulher na Terceira Idade tem como característica principal uma abordagem integral e multidisciplinar, envolvendo além da atenção à saúde, atendimento social, psicológico e jurídico, incluindo terapia ocupacional e sensibilização corporal. A mulher é atendida, assim, de forma global, o que favorece a conquista da auto-estima e sua inserção social. Esta perspectiva multidisciplinar não chega a configurar, porém, uma articulação intersetorial, que implique a participação de diferentes órgãos municipais no desenvolvimento do programa.

Ocorre, por outro lado, articulação intergovernamental, com a participação de instituições do governo estadual: a Coordenadoria Especial da Mulher, entidade municipal responsável pelo programa, articula-se à Secretaria da Criança e Assuntos da Família e à Universidade Estadual de Londrina<sup>24</sup>.

O envolvimento ativo das mulheres, tanto na concepção do programa como em seu desenvolvimento, caracteriza-o como um programa que promove a cidadania ativa. A iniciativa resultou de reivindicação de mulheres em assembléia do Orçamento Participativo do município de Londrina. Por meio de associação de moradores, clubes de mães e pastorais, além do Conselho de Saúde, sua presença continua a se fazer sentir, ao longo do desenvolvimento do programa. O programa reflete, por outro lado, a agenda de gênero, que recomenda a atenção às mulheres em todas as etapas de sua vida.

O *Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM*, de Bauru, envolve atenção integral a mulheres com mais de 15 anos, vítimas de violência doméstica e sexual., O atendimento inclui assistência na área da saúde, assim como atendimento jurídico,

---

<sup>24</sup> Embora não haja referência explícita, é de se supor a articulação deste programa com o setor de saúde, seja no nível municipal, seja no estadual.

psicológico e social. As mulheres vítimas de violência encontram no Centro um espaço de vivência, no qual podem discutir seus problemas e receber orientação e apoio integral não apenas de profissionais especializados, mas também de outras mulheres, que vivem ou viveram situação semelhante. Procura-se garantir a reinserção das mulheres no convívio social, dando-lhes instrumentos que lhes possibilitem deixar a situação de vítima e superar experiências traumáticas de violência sexual.

Esta iniciativa reflete a agenda de movimentos e organizações de gênero no país, que priorizam o combate à violência contra a mulher. O programa também reflete esta agenda no que diz respeito à abordagem integral, que vai além do atendimento emergencial, adotando uma perspectiva emancipadora, voltada à recuperação da auto-estima e à reinserção social das mulheres em outro patamar, em que, deixando a condição de vítima, assumam a condição de cidadãs, portadoras de direitos.

Constata-se, também, como característica importante deste programa, a intersectorialidade. Diversos setores da administração municipal estão envolvidos na implementação do programa (cerca de 14), possibilitando um atendimento realmente abrangente da clientela atendida. A articulação entre diferentes níveis de governo também é um ingrediente importante do programa municipal que conta com a participação do governo estadual nas áreas jurídica e de saúde, além de contar com o apoio da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP – *campus* de Bauru).

A articulação com a sociedade civil também é significativa, havendo uma presença ativa de ONG, universidades privadas, organizações comunitárias e conselhos da condição feminina, dentre outras entidades. O programa resultou de uma consulta à comunidade, promovida pelo Conselho Municipal da Condição Feminina, durante o I Fórum da Mulher de Bauru, em 1993, refletindo, portanto uma demanda da população local. Assim, este programa não só reflete a agenda “nacional” ligada à questão de gênero, mas expressa também uma problemática local, manifesta na mobilização de mulheres em Bauru. A consulta efetuada em 1993 identificou a demanda por um maior aparelhamento do setor público para enfrentar a violência

contra a mulher, não se considerando suficiente a Delegacia da Mulher. Após a criação do Centro, por sua vez, foram atendidas em um só ano 721 mulheres, cerca de 25% da “demanda” direta do Centro!

Esta iniciativa constitui uma experiência de cidadania ativa, uma vez que os agentes do setor público vêm a “clientela” do programa como portadora de direitos e não como receptora passiva de concessões do Estado. O próprio envolvimento das mulheres e de suas organizações na formulação dos programas e em sua implementação constitui sinal desta orientação, a qual é reafirmada na abordagem integral que caracteriza o programa, possibilitando a recuperação da auto-estima e da autonomia das mulheres atendidas.

*O Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local*, do Estado do Rio de Janeiro, finalmente, incorpora uma das mais recentes recomendações das entidades ligadas a gênero, ao objetivar a incorporação da perspectiva de gênero pelas diversas políticas públicas desenvolvidas pelo governo do Estado, numa perspectiva “transversal”. Este programa procura incluir esta perspectiva na ação do poder pública, por meio da capacitação de quadros, por um lado, e, por outro, procurando interferir na definição de prioridades em termos das políticas e programas do Estado e dos municípios que compõem o Estado.

A intersetorialidade é um dos pressupostos do programa. Conseguir influenciar as ações de diversos setores da administração pública constitui, na verdade, uma de suas metas. Coordenado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o programa envolvia, em 1998, um ano após a sua criação, a Secretaria do Estado do Trabalho, a Delegacia da Mulher, a Assembléia Legislativa e a Academia de Polícia. Além do envolvimento de órgãos da administração estadual, o programa baseia-se também na articulação intergovernamental, supondo a participação de municípios do Estado. Assim, já na primeira fase de sua implantação, foi assinada a Convenção Fluminense pela Efetiva Cidadania da Mulher, pelo governador do Estado e por todos os prefeitos do Rio de Janeiro. Numa segunda etapa, foram realizados cursos de capacitação de prefeitos e gestores municipais, como base para o envolvimento

das administrações locais no desenvolvimento da iniciativa. São integrados ao programa tanto o poder executivo como as câmaras municipais.

A participação da sociedade civil é um dos ingredientes fundamentais desta iniciativa, que teve sua origem em um processo de mobilização da população feminina para discutir a Plataforma de Ação de Beijing. Este processo ocorreu em todo o Estado, dando origem a documentos municipais relativos à ação local relativa à incorporação de gênero pelas políticas públicas locais. A iniciativa partiu do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que assumiu a coordenação do programa. Mais de 300 ONG estão envolvidas de alguma forma com o programa, além de entidades como o SENAC, o SEBRAE, associações de pequenos empresários, sindicato de domésticas e de comerciários. Os Conselhos Municipais também estão envolvidos. Todas estas entidades participam da proposição de políticas que incorporem a dimensão de gênero. O engajamento permanente da sociedade civil com o programa o coloca entre as iniciativas orientadas para a promoção da cidadania ativa.

Este programa constitui um exemplo de uma articulação complexa envolvendo setor público e sociedade civil, por um lado, e o próprio Estado, por outro. A partir de uma ampla mobilização da sociedade civil, o governo do Estado - refletindo já em sua agenda, por sua vez, demandas do movimento feminista – exerceu um papel indutor, ao estimular os governos municipais a incorporarem a questão de gênero a suas agendas<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> É importante notar que o Estado do Rio de Janeiro se destaca por iniciativas municipais e estaduais incorporando gênero, em alguns casos, com base em ampla mobilização popular. Há iniciativas anteriores à aqui analisada, em Angra dos Reis e Volta Redonda, por exemplo, que já refletiam uma mobilização significativa das mulheres do Estado do Rio em torno da problemática vivida pelas mulheres. Ver a respeito relatório sobre pesquisa anterior (FARAH, 1998).

## 5. PROGRAMAS QUE INCORPORAM A QUESTÃO DE GÊNERO

Há políticas e programas de governo que incorporam as relações de gênero como um de seus enfoques, sem ter como foco a temática de gênero ou, mais especificamente, a mulher. Dos 100 programas semifinalistas do Ciclo de 1997 do *Programa Gestão Pública e Cidadania*, 34 têm esta característica, como pode ser visto no quadro 3, a seguir, que apresenta estes programas de forma sintética. No quadro 4, por sua vez, identificam-se as ações desenvolvidas por estas iniciativas e a forma como se dá a incorporação da questão de gênero em cada caso.

Dos programas que incorporam a questão de gênero, 19 são municipais (55,9%) e 15, estaduais (44,1%). Chama a atenção a presença de programas estaduais. O crescimento da participação estadual entre os programas que incorporam a questão de gênero acompanha o crescimento da presença de programas estaduais no Ciclo de 1997: enquanto em 1996, 21,3% das inscrições no *Gestão Pública e Cidadania* vieram de governos estaduais, em 1997, ano a que se refere a presente pesquisa, as inscrições estaduais corresponderam a 41,1% do total. No mesmo período, as inscrições municipais caíram de 77,6% para 58,6% (BELTRÃO, FARAH e LACZYNSKI, 1999 p. 8). Este crescimento da participação relativa dos governos estaduais se deve, em parte, ao fato de 1997 ter sido o primeiro ano das novas administrações municipais. O período de inscrições coincidiu com o início das novas gestões. Assim, as inscrições municipais caíram significativamente (95%) em relação ao ano anterior<sup>26</sup>.

Com relação às áreas de atuação governamental que integram a questão de gênero, observa-se uma grande diversidade: há programas de diversos setores entre os que

---

<sup>26</sup> É interessante notar que, em 2001, também ano de início de uma nova gestão municipal, esta queda não se verificou. Dentre as hipóteses que explicariam este fato podem ser aventadas a incidência relativamente significativamente alta de continuidade administrativa, seja pela reeleição de prefeitos, seja pela continuidade de um mesmo partido no poder. Também pode ter contribuído para o grande número de inscrições municipais a consolidação do *Gestão Pública e Cidadania* como espaço de divulgação de iniciativas municipais, após cinco anos do programa.

incorporam a questão de gênero, como pode ser visto na tabela 4. A exemplo do verificado nos programas com foco na mulher, e confirmando o verificado no estudo anterior referente ao Ciclo de 1996, destaca-se a área de saúde, com oito (8) programas. A incorporação de gênero se dá pela inclusão da mulher como um dos segmentos focalizados pelos programas de atenção à saúde. Em um dos programas, o de *Atenção à Terceira Idade*, a inclusão da mulher não decorre propriamente de uma focalização previamente estabelecida, mas da presença expressiva das mulheres dentre os beneficiários, o que acabou contribuindo para que, desde o início, o próprio desenho do programa incorporasse demandas “femininas”.

Em sete dos programas de saúde, incorpora-se a perspectiva do PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, seja pela inclusão explícita da atenção à mulher em diferentes etapas de sua vida, seja pela incorporação de temas reivindicados pelos movimentos e entidades ligados a gênero - como sexualidade, violência contra a mulher, planejamento familiar etc.... Do primeiro caso, constituem exemplos o *Programa de Agentes Comunitários de Saúde*, de Alcântara, na Paraíba, que atende não apenas gestantes e nutrizes, mas também mulheres em idade fértil e no climatério, e o *Centro de Referência e Atendimento ao Idoso – CRAI*, de Vitória, que, ao focalizar idosos e idosas, constitui por si só uma ampliação do foco habitual dos programas de saúde que se concentram em grupos de risco. A ampliação dos temas é ilustrada pelo programa *Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde*, de Vitória, no Espírito Santo, que desenvolve ações em áreas como sexualidade, orientação para o planejamento familiar, prevenção de câncer e orientação relativa ao climatério e pelo *Médico de Família*, de Niterói, que também incorpora o planejamento familiar, a saúde reprodutiva, a prevenção ao câncer e as doenças sexualmente transmissíveis como parte integrante da atenção à saúde.

No caso do *Centro de Apoio Sorológico*, de São José dos Campos, São Paulo, ao se focalizar um grupo de risco – o dos portadores de HIV – não parece haver a perspectiva de atenção integral. É possível, no entanto, entender o programa como

um “braço” de uma política mais abrangente que inclua este segmento como parte de uma atenção integral à saúde da mulher.

**Tabela 4**

**Incorporação de Gênero por Áreas de Atuação Governamental**

<b>Área</b>	<b>Número de programas</b>
<b>Participação popular</b>	<b>2</b>
<b>Cidadania e direitos humanos</b>	<b>1</b>
<b>Saúde</b>	<b>8</b>
<b>Formação de mão-de-obra e geração de emprego e renda</b>	<b>4</b>
<b>Agropecuária e pesca</b>	<b>2</b>
<b>Desenvolvimento regional e local em bases sustentáveis</b>	<b>3</b>
<b>Criança e adolescente</b>	<b>2</b>
<b>Educação</b>	<b>3</b>
<b>Formas de gestão e planejamento</b>	<b>2</b>
<b>Trânsito e vias públicas</b>	<b>1</b>
<b>Limpeza pública e sistemas de coleta, tratamento e destinação do lixo</b>	<b>1</b>
<b>Habitação</b>	<b>4</b>
<b>Cultura</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>34</b>

Os programas de saúde que incorporam a questão de gênero não adotam, em geral, uma abordagem integral, de caráter multisetorial e multidisciplinar. Trata-se de

programas exclusivamente da área de saúde. Constituem exceções, dentre os programas analisados, a) o *Programa Saúde da Família Curitibana*, de Curitiba, Paraná, que não apenas inclui, na atenção à saúde, temas como planejamento familiar e prevenção ao câncer, ultrapassando a atenção materno-infantil no âmbito da própria área da saúde; mas também envolve a discussão de outros temas cruciais para a mulher, como violência de gênero, mercado de trabalho e relações conjugais e b) o *Centro de Referência e Atendimento ao Idoso – CRAI*, de Vitória, que procura atender a clientela da Terceira Idade em uma perspectiva integral, envolvendo atividades em áreas que contribuem para o resgate de sua auto-estima, como lazer e cultura.

Esta perspectiva abrangente é apoiada por uma atuação intersetorial, estando envolvidos na implementação do primeiro programa, além da Secretaria Municipal da Saúde, diversos outros órgãos municipais, como as secretarias municipais da Criança, da Educação, de Esporte e Lazer, de Abastecimento, a Fundação Cultural, etc... Do *CRAI*, participam também a Secretaria da Ação Social e a da Cidadania e Direitos Humanos, ambas municipais.

Ocorre articulação intersetorial em alguns dos outros programas da área de saúde: a) no programa *Médico de Família*, de Niterói, estão envolvidas a Secretaria de Ciência e Tecnologia, responsável por levantamentos demográficos e socioeconômicos, e a Câmara de Vereadores, responsável pela aprovação do programa, antes de sua implantação; b) do programa *Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde*, de Vitória, participam, além da Secretaria da Saúde, a Secretaria Municipal de Educação e o Programa Municipal de Qualidade. No caso do *Programa de Auxiliar de Enfermagem Comunitário*, de Itacarambi, Minas Gerais, por sua vez, ocorre uma articulação com outro programa do próprio setor de saúde – o Programa de Saúde da Família.

### Quadro 3

#### Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
1i *	5	Nossa Quadra (SF)	Participação Popular	Iniciativa do Distrito Federal Brasília – DF Secretaria da Agricultura	Programa que estimula a participação popular por conjuntos habitacionais e por quadras, procurando desenvolver lideranças e promovendo iniciativas de interesse da comunidade, (eventos festivos, mutirões de limpeza e palestras).	<b>ONG</b> LBV  <b>Comunidade</b> Associação dos Carroceiros da Candangolândia; Representantes de Conjuntos Habitacionais  <b>Setor privado</b> Empresários, VASP.	<b>Intergovernamental</b> (federal: Companhia de Polícia Florestal ; Base Aérea de Brasília)  <b>Intersetorial</b> Serviço de Limpeza Urbana do DF, Polícia Civil do DF; Polícia Militar, Orçamento Participativo.
2i	8	Programa de Agentes Comunitários de Saúde (F)	Saúde	Municipal Alcantil – PB Prefeitura Municipal	Capacitação de agentes comunitários de saúde para realizar atividades básicas de saúde (cadastramento de doenças, atendimento domiciliar e orientação para a prevenção de doenças).	<b>Comunidade</b> Associação de Moradores	<b>Intergovernamental</b> (estadual e federal: Coordenação Nacional e Coord. Estadual do PACS - Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde)
3i	12	Programa Mutirão Tudo Limpo (SF)	Formação de mão-de-obra e geração de emprego e renda	Municipal São Leopoldo – RS Secretaria de Ação Social	Programa que envolve desempregados em atividades de limpeza urbana, em troca de uma cesta básica.	<b>Comunidade</b> Associações de Bairro	<b>Intersetorial</b> Secretaria de Obras

\* Será utilizada a numeração seguida de “i” para diferenciar projetos que incorporam a questão de gênero dos que tem foco nesta problemática.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
4i	22	Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural – PROVE (F)	Agropecuária e Pesca	Iniciativa do Distrito Federal Brasília – DF Secretaria de Agricultura	Apoio à implantação de pequenas agroindústrias coletivas ou individuais, incluindo treinamento, financiamento e apoio à comercialização.	<b>Setor Privado</b>  Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB	<b>Intergovernamental</b> (federal: CNPq, EMATER-DF)  <b>Intersectorial</b> Banco de Brasília, , Fund. Zoobotânica DF, CEASA-DF, Div. de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal - DIPOVA, Instituto de Ecologia.
5i	53	Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo (SF)	Formação de mão-de-obra e geração de emprego e renda	Estadual Ceará Secretaria de Trabalho do Estado	O programa, implantado há 16 anos, consiste na capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho de profissionais autônomos em situação de risco social.	<b>ONG</b> Grupo de Apoio a Comunidades Carentes - GACC; Instituto de Prevenção a Desnutrição e Excepcionalidade - IPREDE E Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ.  <b>Setor Privado</b> Escola de Nutrição; Deca; Tigre; Brastemp; Montana; SENAC-CE.	<b>Intergovernamental</b> (federal: SINE-CE; Universidade Federal do Ceará; Escola Técnica Federal do Ceará; INSS.  <b>Intersectorial</b> Companhia de Eletrificação do Ceará.
6i	54	Programa Médico de Família (F)	Saúde	Municipal Niterói – RJ Secretaria da Saúde/ Fundação Municipal de Saúde	Adoção de um novo modelo de saúde, com foco na prevenção e na promoção da saúde. Uma equipe de saúde acompanha um grupo de 250 famílias, por meio de visitas domiciliares e de atendimento ambulatorial.	<b>Comunidade</b> Associações Comunitárias.	<b>Intersectorial</b> Secretaria de Ciência e Tecnologia; Câmara de Vereadores. <b>Outros</b> Ministério de Saúde de Cuba

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N <sup>o</sup>	N <sup>o</sup> DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
7i	60	Centro de Orientação e Apoio Sorológico (SF)	Saúde	Municipal São José dos Campos – SP Secretaria Municipal de Saúde	Programa voltado à prevenção da AIDS. Estímulo à realização do teste HIV e à eliminação do comportamento de risco.		<b>Intergovernamental</b> Ministério da Saúde - Programa Nacional de DST/AIDS
8i	75	Projeto Prorenda (SF)	Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis	Estadual Rio Grande do Sul Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento	Programa que, por intermédio de uma integração entre conselhos municipais, organizações de agricultores e universidades, estimula a viabilidade econômica das pequenas propriedades rurais familiares do Rio Grande do Sul.	<b>ONG</b> Sociedade Alemã de Cooperação Técnica  <b>Comunidade</b> Grupos de Agricultores	<b>Intergovernamental</b> (municipal: 30 prefeituras municipais; federal: EMATER-RS; universidade)  <b>Intersetorial</b> Secretaria de Ciência e Tecnologia, Conselhos Regionais de Desenvolvimento; Universidades.
9i	83	Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola (F)	Criança e Adolescente	Estadual Ceará Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará da Secretaria do Trabalho e Ação Social	Programa que objetiva a retirada de meninos e meninas da rua e a recondução destas crianças à família e à escola. As crianças atendidas desenvolvem atividades sócio-educativas e as famílias recebem uma bolsa-aprendizagem, capacitação para o trabalho, financiamento de instrumentos de trabalho e apoio na recuperação da moradia.	<b>Sociedade Civil</b> Conselhos Estadual e Municipal de Direitos de Cr. e Adolescentes; diversas instituições da sociedade civil Diversas  <b>Setor Privado</b> Classe empresarial	<b>Intersetorial</b> Fundação da Ação Social; SINE; Secretaria da Educação; Secretaria de Segurança Pública; Juizado da Infância e da Adolescência; Ministério Público; Conselho Tutelar; Polícia Militar; Delegacia de Combate a Exploração da Criança. <b>Intergovernamental</b> (federal: SINE-CE)

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

Nº.	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
10i	121	Educando e Profissionalizando (SF)	Educação	Municipal Teresina – PI Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Atendimento educacional de crianças e adolescentes das comunidades pobres, visando reduzir o analfabetismo, a marginalização juvenil e tirar as crianças da rua.	<b>Comunidade</b> Arquidiocese de Teresina Paróquia Nossa Senhora da Paz	<b>Intersetorial</b> Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente
11i	128	Programa de Geração de Emprego e Renda (SF)	Formação de Mão-de-obra e Geração de Emprego e Renda	Municipal Vitória – ES Prefeitura Municipal	Estímulo à geração de emprego e renda no município de Vitória por meio de capacitação, estímulo à formação de associações e cooperativas, garantia de acesso ao crédito e treinamento de técnicos para apoio a projetos de investimento.	<b>Comunidade</b> Entidades Comunitárias; Igrejas.  <b>Setor Privado</b> Companhia Vale do Rio Doce.	<b>Intergovernamental</b> Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério das Relações Exteriores; Caixa Econômica Federal.  <b>Org. Internacionais</b> IATTERMUND- Inst. de Apoio a Países do Terceiro Mundo; FAO-ONU.
12i	134	Parque Municipal Horto de Maruípe (SF)	Formas de Gestão e Planejamento	Municipal Vitória - ES Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Implantação e manutenção de unidade de conservação ambiental, por intermédio da articulação de diversos atores públicos e privados.	<b>Setor Privado</b> Vale do Rio Doce; Companhia Siderúrgica de Tubarão.  <b>Comunidade</b> Assoc. de bairro, Grupo da Terc. Idade; Pastoral da Igreja Católica.	

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

o.	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
13i	136	Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde (SF)	Saúde	Municipal Vitória – ES Secretaria Municipal de Saúde	Trata-se de programa que territorializa a unidade básica de saúde, estimula a participação comunitária e dos funcionários e procura voltar o atendimento para a saúde e não para a doença.	<b>Comunidade</b> Movimento Comunitário São Pedro I, II e IV; Movimento Comunitário da Condusa; Mulheres Unidas da Ilha das Caieiras; Cooperativa Siri na Lata; Associação das Desfiadeiras de Siri; Mulheres Unidas de São Pedro, Igreja Presbiteriana; Escolinha de Futebol da Região de São Pedro.	<b>Intersetorial</b> Secretaria Municipal de Educação Programa Municipal de Qualidade
14i	144	Trânsito: Cidadania e Responsabilidade (SF)	Trânsito e Vias Públicas	Estadual Mato Grosso do Sul Departamento Estadual de Trânsito	O programa pretende diminuir a ocorrência de acidentes de trânsito. A partir de diagnóstico das principais causas de acidentes, é realizado um trabalho de conscientização da população.	<b>ONG</b> Rotary  <b>Setor Privado</b> Escolas; Comércio  <b>Comunidade:</b> Igrejas; Associação dos Portadores de Deficiências; Associação de Moradores.  <b>Outros</b> Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano; Sindicato dos Taxistas	<b>Intergovernamental</b> Prefeituras Municipais  <b>Intersetorial</b> Ministério Público; Secretarias Estaduais de Educação, Obras Públicas, Saúde, Cultura e Esporte, Meio Ambiente e Segurança Pública.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
15i	158	Pró-Ave Caipira (SF)	Agropecuária e Pesca	Estadual Rio Grande do Norte EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	Apoio financeiro e operacional para a produção de ovos caipiras em pequenas unidades rurais.	<b>Sector Privado</b> SEBRAE	<b>Intergovernamental</b> (gov. federal: EMATER; Secretaria de Trabalho e Ação Social; EMBRAPA; Ministério da Agricultura; Banco do Nordeste; Banco do Brasil; SINE/SENAR).
16i	163	Programa Miguilim (F)	Criança e Adolescente	Municipal Belo Horizonte – MG Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Atendimento a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com trajetória de rua. Resgate dos direitos das crianças com atividades educacionais, culturais e de lazer, apoio nas áreas de saúde, abrigo e alimentação e por meio de formação e inserção profissional.	<b>ONG</b> Centro de Defesa e Atendimento da Criança e do Adolescente Zilah Spósito.  <b>Comunidade:</b> Conselho Mun. dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Social Estrela Esperança; Associação Irmão Sol; Casa Dom Bosco; Socorro Evangélico da Criança e do Adolescente; Ministério Criança Feliz; Providência Nossa Senhora da Conceição; Pastoral do Menor	<b>Intergovernamental</b> Juizado da Infância e da Juventude; Centro Mineiro de Toxicomania; SOS Criança; PM; Gov.do Estado.  <b>Intersetorial</b> Conselhos Tutelares; Secretaria Mun. de Educação; Secretaria Mun. de Saúde; Secretaria Mun. de Cultura; Secretaria Mun. dos Esportes.  <b>Org. Internacionais</b> Com. Econômica Européia

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
17i	169	Preservação da Vida (SF)	Educação	Municipal Rio de Janeiro – RJ  Secretaria Municipal de Educação	Prevenção primária do uso de drogas. Atividades educacionais voltadas à reflexão acerca das drogas e suas correlações com as DST/AIDS. Capacitação de profissionais das áreas de educação, saúde e agentes (líderes comunitários) da comunidade para realizar este trabalho de prevenção com material didático adequado.	<b>Setor Privado</b> Escolas Particulares; Pólo Educacional; Pólo Saúde.  <b>Comunidade:</b> Associação de Moradores; Igrejas; Centros Espíritas; Grupos de Escoteiros.	<b>Intergovernamental</b> (gov. est.: Hospital Estadual Carlos Chagas; Maternidade; gov. federal: Fundação Nacional de Saúde).  <b>Intersetorial</b> Escolas Municipais; Região Administrativa; Centros Municipais de Saúde; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao uso de Drogas.  <b>Org. Internacionais</b> Comissão da Com. Econ. Européia
18i	171	Projeto Saúde e Alegria (SF)	Desenvolv. Regional e Local em Bases Sustentáveis	Estadual Pará  Fundação da Criança e do Adolescente do Pará	Equipes multi-disciplinares utilizam-se do lúdico para a transmissão de mensagens educativas relativas a diversos temas. O principal meio de transmissão de mensagens é o Gran Circo Mocarongo de Saúde e Alegria.	<b>ONG</b> Instituto de Manejo Florestal e Agrícola; Grupo de Trabalho Amazônico.  <b>Setor privado</b> Faculdades Integradas do Tapajós; Rádio Rural Católica de Santarém..  <b>Comunidade</b> Ass. Brasileira de Vídeo Popular; Sind. de Trabalhadores Rurais; Grupo de Mulheres de Urucureá; Ass. Comunitárias; Pastoral do Menor; Ass. dos Deficientes Físicos; APAE; Ass. dos Deficientes Visuais do Baixo e Médio Amazonas; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.	<b>Intergovernamental</b> Secretaria Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Saúde; Fundação Nacional de Saúde; IBAMA.; Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura.  <b>Intersetorial</b> Fundação de Apoio à Criança e Adolescente do Pará  <b>Org. Internacionais</b> Organização Mundial de Saúde; Rádio Nederlands; Fundação Konrad Adenauer; Unicef.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
19i	179	Centro de Referência e Atendimento ao Idoso – CRAI (F)	Saúde	Municipal Vitória – ES Secretaria Municipal de Saúde	Tendo como pano de fundo a atenção à saúde, o programa pretende reinserir o idoso no convívio social, melhorando a sua qualidade de vida, estimulando a sua autonomia e a recuperação de sua auto-estima.	<b>ONG</b> SBGG - ES. <b>Comunidade</b> Associação de Idosos; Fundação de Aposentados; Conselhos de Saúde.	<b>Intergovernamental</b> Univ. Federal - ES; Min. da Prev. Assistência Social; Sec. Est. Justiça e Cidadania. <b>Intersetorial</b> Secretaria Mun. da Ação Social; Secretaria Mun. de Cidadania e Direitos Humanos.
20i	206	Projeto Escola Cidadã (SF)	Educação	Municipal Porto Alegre Rio Grande do Sul	Este programa busca incorporar participação da sociedade civil ao planejamento da educação no município, inclusive na gestão da escola.	<b>Comunidade</b> Associações de moradores e Sociedades Beneficentes.	<b>Intergovernamental</b> Secretaria da Administração Municipal; Unidades Sanitárias; Centros Administrativos Regionais; Conselhos Tutelares.
21i	209	Micropontos de Apoio à Varrição (SF)	Limpeza Pública e Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Lixo	Municipal Belo Horizonte – MG Superintendência de Limpeza Urbana	Os micropontos de apoio à varrição são pequenas cabines do tamanho de uma banca de jornal, que contam com vaso sanitário, ducha higiênica, chuveiro elétrico, lavatório, filtro de água potável, aquecedor de marmitas e armários.		<b>Intergovernamental</b> CEMIG - Companhia Energética de M.Gerais; COPASA - Companhia de Saneamento de M. Gerais <b>Intersetorial</b> Secr. Mun. de Meio Ambiente; Secr. Mun. de Cultura; BHTrans; Secr. Mun. de Ativ. Urbanas.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N <sup>o</sup>	N <sup>o</sup> DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
22i	213	Vila Rural (F)	Habitação	Estadual  Companhia de Habitação do Paraná	Criação de alternativas de habitação e subsistência para os "bóias-frias", evitando o êxodo rural. Em cada vila existem no máximo 200 casas - servidos por estradas vicinais - com equipamentos públicos como escolas, serviços de saúde e centros de abastecimento.		<b>Intergovernamental</b> (gov. federal – EMATER; gov. municipal: prefeituras)  <b>Intersetorial</b> Secr. da Agricultura e do Abastecimento; Secr. Especial da Política Habitacional; Secr. da Criança e Assuntos da Família; Secr. do Emprego e das Relações de Trabalho; Secr. da Educação e Secr. da Saúde.
23i	215	Projeto Ônibus Cidadão (SF)	Participação Popular	Municipal  Brasília – DF  Secretaria de Segurança Pública	Trata-se de programa que utiliza ônibus e caminhões palco para fornecer serviços públicos para a população pobre das cidades satélites de Brasília. Nestes locais realizam-se cursos, palestras, atividades de lazer e culturais, com o intuito de se combater a exclusão social e facilitar a vida do cidadão.	<b>ONG</b> Instituto Candango de Solidariedade	<b>Intergovernamental</b> (gov. federal: Correios; EMATER);  <b>Intersetorial</b> Praticamente todos os órgãos que prestam serviços na área do D.F. Exemplos: Secretaria da Saúde; Fundação Hospitalar; Regionais de Saúde; Corpo de Bombeiros; Polícia Militar; Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia; Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF; Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF; Companhia Energética de Brasília; Companhia de Água e Esgoto de Brasília; Companhia do Metropolitano de Brasília; Secretaria de Segurança Pública; Polícia Civil; Depto. de Trânsito etc....

**Quadro 3 (continuação)**  
**Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

Nº	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
24i	218	Programa Sócio Ambiental de Coleta de Lixo de Embu (SF)	Formas de Gestão e Planejamento	Municipal Embu – SP  Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Retirada de catadores da área de disposição final de lixo e sua integração ao programa municipal de coleta seletiva, criando condições para o tratamento ambiental da área de depósito.	<b>Setor Privado</b> Diversas empresas locais. Exemplo: Viação Campo Limpo Ltda.; Rede de Supermercados Faixa Azul; Ripasa Papel e Celulose S/A etc... a.  <b>Comunidade</b> Sociedade Amigos de Bairro	<b>Intergovernamental</b> Escolas Estaduais; Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.  <b>Intersetorial</b> Escolas Municipais
25i	228	Casa Feliz (SF)	Habitação	Estadual Paraná  Companhia de Habitação do Paraná	Este programa, realizado em parceria com os municípios, pretende possibilitar o acesso da população de baixa renda à moradia: a construção de moradias é realizada em regime de auto-gestão, com financiamento da Companhia de Habitação do Paraná.		<b>Intergovernamental</b> Prefeituras Municipais  <b>Intersetorial</b> Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado do Trabalho.
26i	231	Programa Saúde da Família Curitiba (SF)	Saúde	Municipal Curitiba – PR  Secretaria Municipal de Saúde	Uma equipe de caráter multidisciplinar desenvolve o trabalho em unidades de saúde situadas em regiões de elevado risco epidemiológico-social, realizando inclusive visitas domiciliares. Enfatiza-se a prevenção e a promoção da saúde e o atendimento clínico centrado no paciente.	<b>Comunidade</b> Pastoral da Criança; Conselhos Locais de Saúde; Associação de Moradores; Clube das Mães; Comunidades Religiosas; Clubes de Serviços.	<b>Intersetorial</b> Secretaria Municipal da Criança; Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Abastecimento; Fundação da Ação Social; Fundação Cultural.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
27i	239	Programa Varjão Comunidade Cidadã (SF)	Cidadania e Direitos Humanos	Municipal  Brasília – DF  Administração Regional do Lago Norte	Desenvolvimento da cidadania em comunidade caracterizada por altos índices de violência, uso e tráfico de drogas e pela desestruturação familiar. Articulação de entidades governamentais e não governamentais em seis frentes: creche; orientação a crianças e adolescentes em situação de risco; educação profissional para adultos desempregados e organização de cooperativa de trabalho; alfabetização de adultos e apoio ao grupo da terceira idade e a excepcionais.	<b>ONG</b> Lyons Clube do Lago Norte  <b>Setor privado</b> Banco do Brasil; empresários.  <b>Comunidade</b> Associação dos Moradores do Varjão; Associação Cristã do Lago Norte; trabalhadores voluntários.	<b>Intergovernamental</b> (gov. federal: Marinha.)  <b>Intersetorial</b> Centro de Desenvolvimento Social - DF; Centro de Saúde do Lago Norte; Escola Classe do Varjão; Instituto Candango de Solidariedade.
28i	244	Associativismo Rural e Urbano: A experiência de Várzea da Roça – BA (SF)	Desenv Regional e Local em Base Sustentável	Estadual  Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A.	O programa estimula o associativismo participativo, a organização comunitária, o desenvolvimento de parcerias, a transferência de tecnologias e o desenvolvimento integrado do município.	<b>ONG</b> União das Associações de Várzea da Roça e suas Filiadas.  <b>Comunidade</b> Diocese Rui Barbosa.	<b>Intergovernamental</b> (gov. federal: Banco do Nordeste; gov. municipal: Prefeituras).  <b>Intersetorial</b> Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional; Secretaria Estadual da Agricultura

**Quadro 3 (continuação)**  
**Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
29i	245	Programa Mala do Livro Bibliotecas Familiares (SF)	Cultura, Patrimônio Histórico e Artístico	Estadual Brasília – DF Secretaria de Cultura e Esporte	Instalação de mini bibliotecas em residências de voluntários e de voluntárias. Através desta iniciativa procura-se estimular o hábito da leitura e democratizar o acesso ao livro. Os livros são doados pela população do D. F. e as malas construídas pela população penitenciária de Brasília.	<b>ONG</b> Instituto Candango de Solidariedade	<b>Intersetorial</b> Bibliotecas Públicas; Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal; Companhia Energética de Brasília.
30i	246	Instituição Comunitária de Crédito Portosol (F)	Formação de mão-de-obra e formação de emprego e renda	Municipal Porto Alegre Secr. Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional	Programa de concessão de crédito a pequenos e micro-empresários, habitualmente excluídos do mercado financeiro.  O programa é executado por uma associação civil sem fins lucrativos criado pela prefeitura.	<b>ONG</b> <b>Setor privado:</b> FEDERASUL, Ass. de Jovens Empresários; SEBRAE.  <b>Internacionais</b> GPZ; Fundação Interamericana dos EUA	<b>Intergovernamental</b> (gov. federal: BNDES; gov. estadual)

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

N.º	N.º DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
31i	251	Ação Integrada nos Bolsões de Pobreza Urbana (F)	Habitação	Municipal Ipatinga – MG Secretaria de Planejamento	Construção de habitações populares por intermédio de mutirões, em bolsões de pobreza do município. O programa inclui um projeto social, que visa reduzir as principais carências da população-alvo, por meio de ações integradas nas áreas de saúde, meio-ambiente, saneamento, cultura e geração de emprego e renda. O programa é desenvolvido em parceria com o movimento dos sem teto do município.	<b>ONG</b> AHI - Associação Habitacional de Ipatinga.  <b>Setor privado</b> Pedreira Um Valemix.  <b>Comunidade</b> Movimento Social Organizado dos Sem Casa  <b>Outras</b> Cartório de Registro de Imóveis	<b>Intersetorial</b> Departamento de Habitação; Departamento de Contabilidade; Secretaria de Obras; Secretaria de Saúde; Secretaria de Serviços Urbanos; Secretaria de Administração; Secretaria de Educação.
32i	259	Programa de Construção em Regime de Mutirão (SF)	Habitação	Estadual Pará Companhia de Habitação do Piauí	Programa de mutirão para construção de moradias populares em Teresina, que inclui atividades complementares nas áreas de capacitação profissional, educação ambiental, reforço alimentar e ações preventivas na área de saúde.	<b>Comunidade</b> Associações de Moradores; Conselhos Comunitários; Clube de Mães.	<b>Intergovernamental</b> (gov. municipal: Prefeitura Municipal de Teresina; Secretaria Municipal de Meio Ambiente).  <b>Intersetorial</b> Serviço Social do Estado; Secr. do Trabalho e da Ação Social; Secr. da Saúde; Companhia Energética do Piauí; Águas e Esgotos do Piauí; Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização Geral dos Programas que Incorporam a Questão de Gênero**

Nº	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO PROJETO	ÁREA	INICIATIVA MUNICÍPIO ESTADO	RESUMO	SOCIEDADE CIVIL	INTERGOVERNAMENTAL INTERSETORIAL ORG. INTERNACIONAIS
33i	273	Programa de Auxiliar de Enfermagem Comunitário (SF)	Saúde	Municipal Itacarambi – MG Prefeitura Municipal	Ações de prevenção e promoção da saúde por intermédio de um auxiliarde enfermagem que atua em área restrita atendendo em média 250 famílias.		<b>Intergovernamental</b> Governos Federal
34i	285	Assistência Mãe Canguru (F)	Saúde	Estadual (SUS) em parceria com IMIP, instituição filantrópica.	Programa que introduz um novo tratamento de prematuros, deixando-os junto à mãe (e não em encubadeiras), reduzindo o risco de infecção hospitalar, o tempo de internação e estimulando o aleitamento.	<b>ONG</b> O programa é desenvolvido pelo IMIP Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, entidade filantrópica, com recursos do SUS.	

Em que pese a concepção do Sistema de Saúde como um sistema integrado que envolve a articulação entre diferentes níveis de governo, apenas dois programas destacam esta articulação: o *Programa de Agentes Comunitários de Saúde*, que se vincula às coordenações estadual e nacional do Programa, de origem federal, e o *Centro de Orientação e Apoio Sorológico*, de São José dos Campos, vinculado ao Programa Nacional de DST/AIDS. Os demais não mencionam qualquer articulação com o governo federal ou com governos estaduais<sup>27</sup>.

Dos programas da área de saúde, apenas um resultou de um processo de mobilização da sociedade civil local – o *Centro de Referência ao Idoso – CRAI*. Durante a Semana da Terceira Idade, organizada pela Prefeitura de Vitória, surgiu da comunidade a sugestão de criação de um Centro para idosos, que prestasse atenção especial na área da saúde a este grupo, auxiliando-o, ao mesmo tempo, em sua inserção social. A presença de mulheres se fez sentir desde o início, imprimindo no programa a marca de suas demandas específicas.

Há, por outro lado, envolvimento de entidades da sociedade civil – associações comunitárias, ONG etc... – ao longo do desenvolvimento da maior parte dos programas (seis em oito), como no caso do programa do município de Vitória, *Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde*, em que diversas entidades da comunidade e os funcionários do setor de saúde participam, inclusive, do gerenciamento de unidades de saúde. Dentre as entidades que participam do programa *Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde*, há diversas compostas por mulheres, como o *Mulheres Unidas da Ilha das Caieiras*, a *Associação das Desfiadeiras de Siri* e a *Mulheres Unidas de São Pedro*. A presença de associações de mulheres foi mencionada também no *Programa Saúde da Família Curitiba*. Nestes programas, procura-se trabalhar com base no princípio da cidadania ativa.

Os demais programas que incorporam gênero, como apresentado na tabela 4 (página 58), distribuem-se por diversas áreas. Dois programas foram inscritos na área de Participação Popular – o *Nossa Quadra* e o *Ônibus Cidadão* – ambos do Distrito Federal. O primeiro

---

<sup>27</sup> A partir de 1999, o programa *Mãe-Canguru* passou a receber apoio do governo federal, por intermédio do BNDES. Posteriormente, este programa se transformou em programa federal.

tem como beneficiários moradores de conjuntos habitacionais e quadras de um bairro de baixa renda e procura desenvolver lideranças locais e promover iniciativas de interesse da comunidade. O segundo também se destina à população de baixa renda – neste caso os beneficiários são os moradores das cidades satélites – e tem como objetivo a garantia de acesso a serviços públicos habitualmente não disponíveis para este segmento da população. A incorporação da questão de gênero ocorre em ambos os casos pela presença de componentes voltados às mulheres nas atividades do programa – discussão de temas como planejamento familiar, violência contra a mulher e abertura de espaços para que as mulheres reivindiquem serviços específicos. A abertura destes espaços é o único indício de participação no programa *Ônibus Cidadão*, que parece aproximar-se de uma perspectiva de cidadania passiva, em que o cidadão recebe serviços do Estado, mas sem participar da definição de prioridades ou mesmo da implementação do programa (em que pese a classificação do programa na área de Participação Popular). De qualquer maneira, ambos os programas refletem alguns itens da agenda formulada por entidades feministas e ligadas à questão de gênero, ao estimularem a discussão pelas mulheres de questões cruciais como violência e planejamento familiar.

O programa classificado na área de Cidadania e Direitos Humanos - *Programa Varjão Comunidade Cidadã* - também do Distrito Federal, tem grandes afinidades com os programas anteriores da mesma administração: trata-se de garantir acesso a serviços públicos a população de baixa renda de determinadas regiões de Brasília, marcadas por uma situação de exclusão social.

Para atingir tal objetivo, o programa *Varjão – Comunidade Cidadã* recorre à articulação de uma rede de instituições governamentais e não-governamentais, incluindo tanto o setor privado, como ONG e associações comunitárias. A incorporação de gênero se dá pela inclusão de creches dentre os equipamentos priorizados pelo programa, assim como pela realização de debates e discussões sobre a violência contra a mulher, sendo ambos estes tópicos componentes da agenda de gênero. Este programa e os dois anteriores podem ser entendidos como parte de uma política de inclusão de segmentos da população no espaço da cidadania, por meio da extensão do acesso a serviços e – de forma menos incisiva – por meio do estímulo à participação. Esta política inclui componentes da agenda de gênero em sua linha de ação.

Há quatro programas da área de Formação de Mão-de-obra e Geração de Emprego e Renda dentre os que incorporam gênero – o *Programa Mutirão Limpo*, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, o *Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo*, do Ceará, o *Programa de Geração de Emprego e Renda*, de Vitória e o *Instituição Comunitária de Crédito Portosol*, de Porto Alegre. O primeiro programa tem uma interface com a questão de gênero, por incluir mulheres entre os seus beneficiários (35%). No entanto, por seu caráter meramente assistencialista, distancia-se das reivindicações dos movimentos e entidades ligados à questão de gênero, por não se orientar para a emancipação das mulheres da tutela estatal ou da tutela masculina, ou seja, para sua autonomia e “empoderamento”, a partir do reconhecimento de desigualdades de gênero. Troca-se oportunidades emergenciais de trabalho por uma cesta básica, sem perspectiva de autonomização dos trabalhadores e trabalhadoras atendidos. Torna-se difícil neste caso falar-se em incorporação da perspectiva de gênero, no sentido definido em publicação recente da AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento:

“[incorporar gênero ou adotar o enfoque de gênero] *não significa consideração da mulher, mas consideração das diferenças entre homens e mulheres, das desigualdades marcadas por essa diferença e das relações de poder entre eles*” (AGENDE, 2001, p. ).

**Quadro 4****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
1i*	Nossa Quadra (SF)	1996	Participação popular	Cidadania Ativa	É expressiva a participação de mulheres entre as lideranças comunitárias no âmbito do programa(33%). O programa desenvolve palestras e campanhas educativas sobre os direitos da mulher e sobre o combate à violência contra a mulher.		Ao estimular a participação da comunidade e da sociedade civil organizada, responde à reivindicação por democratização das políticas públicas. Ao incorporar entre as iniciativas do programa palestras sobre direitos da mulher, atende a demandas por programas de conscientização.
2i	Programa de Agentes Comunitários de Saúde (F)	1993	Saúde pública.	Cidadania Ativa	Entre as metas do programa estão a redução da morbimortalidade materna e infantil e a diminuição da incidência de câncer cérvico-uterino e de mama. 68% dos beneficiários do programa são mulheres (gestantes, gestantes desnutridas, mulheres em idade fértil e no climatério).		As questões relativas à saúde da família fazem parte da agenda de reivindicações de movimentos organizados de mulheres. Além disto, o programa vai além da abordagem tradicional - saúde materno-infantil - incluindo a perspectiva de atenção integral, proposta pelo PAISM
3i	Programa Mutirão Tudo Limpo (SF)	1996	Geração de emprego e renda.	Cidadania Passiva	Cerca de 35% dos mutirantes são mulheres, a maioria em situação de risco social.		Programa de caráter assistencial e emergencial, não atendendo a reivindicações dos movimentos de gênero, relativos à criação de oportunidades de emprego e de geração de renda que propiciem a emancipação dos grupos atendidos.

\* Será utilizada a numeração seguida de "i" para diferenciar projetos que incorporam a questão de gênero dos que tem foco nesta problemática

**Quadro 4 (continuação)**  
**Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
4i	Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural – PROVE (F)	1995	Geração de emprego e renda no meio rural.	Cidadania Ativa	O programa facilita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, sendo 90% das agroindústrias dirigidas por mulheres (ainda que os beneficiários dos financiamentos sejam em 80% dos casos homens, detentores da propriedade da terra).		A geração de emprego e renda e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, especialmente da mulher rural, constituem temas priorizados pelas entidades de gênero. O fato de o financiamento ser concedido aos homens, embora as mulheres sejam as responsáveis pelos negócios, é, no entanto, uma questão ainda não enfrentada.
5i	Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo (SF)	1997	Geração de emprego e renda.	Cidadania Ativa	Cerca de 80% dos trabalhadores atendidos pelo programa são mulheres. São promovidas ainda atividades direcionadas especificamente à mulher, como por exemplo, eventos de conscientização direcionados à problemática de gênero na área de saúde e relações familiares.		Ao oferecer treinamento e capacitação a mulheres e ao procurar inseri-las no mercado de trabalho, este programa vai de encontro a uma das principais reivindicações de movimentos organizados de mulheres.
6i	Programa Médico de Família (F)	1991	Saúde	Cidadania Ativa	Incorporação indireta da questão de gênero, ao tratar da saúde da família, objeto de movimentos sociais com forte participação de mulheres. A incorporação de gênero se dá também pela atenção à saúde da mulher (atenção a gestantes e recém-nascidos, prevenção de câncer ginecológico, planej. familiar, saúde reprodutiva, DST e AIDS).		O programa atende a demandas levantadas por movimentos de mulheres, ao tratar da saúde da família e ao incluir a atenção à saúde da mulher. Não há, no entanto, de forma explícita, a incorporação das recomendações relativas ao atendimento integral à saúde da mulher.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N <sup>o</sup>	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
7i	Centro de Orientação e Apoio Sorológico (SF)	1995	Saúde	Cidadania Passiva	A mulher heterossexual é o grupo social em que se constata um dos maiores aumentos no número de HIV. O programa procura, assim, atingir de forma privilegiada as mulheres, através da veiculação de informações e do estímulo à discussão e à conscientização.		O direito pleno à reprodução e à sexualidade constitui uma reivindicação de movimentos organizados de mulheres. Não há explicitamente articulação ao PAISM.
8i	Projeto Prorenda (SF)	1990	Desenvolvimento sustentável regional e local	Cidadania Ativa	O programa integra, de forma marginal, a questão de gênero, ao estimular a participação das mulheres em processos participativos. As mulheres participam nos Conselhos Municipais (30% de mulheres). O programa, além disto, desenvolveu duas iniciativas diretamente ligadas à questão de gênero: a) encomendou à UFRGS o estudo “Mulheres e jovens trabalhadoras rurais face ao projeto” e b) promoveu em 1995 discussões sobre o tema “O trabalho de mulheres e jovens no projeto”..		Dentre as reivindicações de gênero relativas a políticas públicas, incluem-se as relativas às mulheres trabalhadoras rurais (fixação à terra, apoio à atividade agrícola através de crédito, assistência etc) Não há informações suficientes sobre o programa que permitam afirmar em que medida tais reivindicações são integradas pelo projeto.
9i	Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola (F)	1996	Crianças e adolescentes	Cidadania Ativa	Parte significativa das famílias atendidas é chefiada por mulheres. Além disto, as mães assumem a responsabilidade maior pela educação dos filhos, sendo mais diretamente envolvidas no programa. Não há, porém, atribuição às mães da bolsa-aprendizagem. O programa inclui também atividades dirigidas a mulheres - capacitação profissional e conscientização sobre a condição da mulher e a saúde da mulher.		Programas para crianças e adolescentes constituem tema de movimentos organizados de mulheres. Além disto, o programa inclui questões diretamente ligadas à problemática de gênero, como a capacitação de mulheres.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N.º	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
10i	Educando e Profissionalizando (SF)	1991	Educação  Crianças e Adolescentes	Cidadania Passiva	O programa, ao implantar creches em comunidades de baixa renda, possibilita as mulheres realizar trabalhos fora de casa. Por outro lado, o programa incorpora a questão de gênero através da criação de uma escola técnica feminina, voltada para meninas de rua.		A construção de creches constitui antiga demanda nos movimentos de mulheres. Por outro lado, a implantação do ensino profissionalizante voltado para mulheres também constitui demanda de entidades e organizações de mulheres.
11i	Programa de Geração de Emprego e Renda (SF)	1995	Geração de emprego e renda.	Cidadania Ativa	O programa não considerou a questão de gênero em sua concepção. No entanto, dois laboratórios de capacitação são direcionados para mulheres: o de paneleiras e de desfiadeiras de siri. Além disso, excetuando-se os laboratórios de pesca, as mulheres são maioria em todos os programas de capacitação ( 61% da clientela atendida) O programa ainda oferece cuidados com as crianças, para que as mães possam participar dos cursos.		A incorporação da mulher ao mercado formal de trabalho é uma reivindicação de movimentos de mulheres organizadas, particularmente no caso das mulheres atingidas pela pauperização.

**Quadro 4 (continuação)**  
**Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N <sup>o</sup>	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
12i	Parque Municipal Horto de Maruípe (SF)	1995	Preservação ambiental	Cidadania passiva	A maioria dos usuários do parque consiste em mulheres com filhos. Há também atividades cuja clientela é sobretudo feminina, como ginástica, yoga e grupos de encontro para mulheres, mães e para a terceira idade.		O programa atende a demanda de movimentos sociais com forte participação de mulheres (relativa a área de lazer para a família, sobretudo para as crianças) Atividades como ginástica e yoga, por sua vez, fazem parte da perspectiva de atenção integral à saúde da mulher (PAISM), numa perspectiva preventiva.
13i	Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde (SF)	1996	Saúde	Cidadania ativa	O programa inclui ações dirigidas especificamente à mulher: atendimento materno-infantil e atenção integral à saúde da mulher, com ações em áreas como: sexualidade, orientação para o planejamento familiar, prevenção de câncer uterino e de mama e orientação relativa ao climatério.		O programa responde a antigas reivindicações de movimentos de mulheres – atenção à saúde dos filhos – e a reivindicações consubstanciadas no PAISM – a atenção integral à saúde da mulher.
14i	Trânsito: Cidadania e Responsabilidade (SF)	1995	Segurança no trânsito	Cidadania passiva	Combate ao preconceito existente em relação à mulher no volante (divulgando estatísticas de acidentes, segundo o sexo) e formação de mulheres para atividades tradicionalmente ocupadas por homens.		Duas reivindicações de movimentos feministas são atendidas pelo programa: a) combate ao preconceito por intermédio de conscientização e b) abertura de novos campos de trabalho.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
15i	Pró-Ave Caipira (SF)	1995	Apoio ao pequeno produtor rural.	Cidadania Ativa	Cerca de 23% das unidades favorecidas são comandadas por mulheres que assumem o contrato de financiamento. No entanto, cerca de 85% das pessoas responsáveis pela condução e manejo das aves são mulheres, o que indica que embora o programa abra uma perspectiva de geração de emprego e renda para mulheres rurais, ainda prevalece o padrão do homem “chefe de família”, na concessão do financiamento.		Por um lado, o programa atende a reivindicações de movimentos de mulheres relativas à criação de oportunidades de trabalho para mulheres rurais. Por outro lado, no programa ainda persiste o padrão do homem chefe de família, ao conceder o financiamento para homens, mesmo quando a mulher é a responsável pela criação das aves.
16i	Programa Miguilim (F)	1993	Reinserção social e familiar de crianças e adolescentes em situação de risco social e trajetória de vida na rua.	Cidadania Ativa	A temática de gênero está presente no Programa Miguilim que possui, entre suas unidades, um albergue feminino (abrigo para crianças e adolescentes do sexo feminino) e um albergue masculino. O programa conta também com uma unidade de formação profissional - a escola de produção Vereda Profissional - que tem como principais participantes meninas. Nestas e em outras unidades do programa são realizadas palestras e reuniões sobre temas relacionados à questão de gênero, tais como saúde da mulher, sexualidade e violência contra a mulher.	O programa resulta de mobilização da Frente de Criança e do Adolescente, baseada no ECA e inspirada em experiências anteriores em Fortaleza e em Goiânia.	A atenção à criança integra a pauta de reivindicações de movimentos com participação de mulheres desde os anos 70. A criação de programas para crianças em situação de risco é, por sua vez, apoiada por entidades de gênero, que enfatizam a necessidade de ações específicas para meninas em situação de risco social e pessoal.

**Quadro 4 (continuação)**  
**Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N <sup>o</sup>	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
17i	Preservação da Vida (SF)	1991	Prevenção e combate às drogas.	Cidadania Ativa	São desenvolvidas atividades específicas para mulheres: grupos de gestantes, oficina de adolescentes, palestras e reuniões de discussão acerca do papel da mulher no âmbito familiar.		A atenção à saúde dos filhos é um tema constante nos momentos com forte participação de mulheres. Por outro lado, a saúde da mulher é enfatizada desde os anos 70. O programa, ao focalizar as DST, inclui módulos que focalizam a problemática das mulheres. Não há, no entanto, aparentemente, articulação com uma perspectiva mais abrangente, de atenção integral à saúde da mulher.
18i	Projeto Saúde e Alegria (SF)	1987	Desenvolvimento comunitário	Cidadania Ativa	Existe neste programa um sub-programa específico para as mulheres, o Mulher Cabocla, que desenvolve atividades de valorização e fortalecimento do papel da mulher junto a instâncias sociais e comunitárias. Isto ocorre via conscientização e treinamento nas áreas de nutrição, saúde da mulher, planejamento familiar, direitos reprodutivos e geração de renda.		O Mulher Cabocla responde a reivindicações por políticas públicas que contemplem questões como saúde da mulher, planejamento familiar, direitos reprodutivos e geração de renda. Além disto, atende à proposta de “empowerment” das mulheres, ao procurar reforçar a presença de mulheres entre as lideranças comunitárias.

**Quadro 4 (continuação)**  
**Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
19i	Centro de Referência e Atendimento ao Idoso – CRAI	1995	Terceira Idade	Cidadania Ativa	69% da clientela atendida são mulheres. O programa reconhece a especificidade da problemática da mulher na terceira idade, e procura estimular o resgate de sua auto-estima e sua autonomia.	o CRAI nasceu de reivindicações da Semana da Terceira Idade. A presença de mulheres nesta mobilização deve ter sido expressiva, por	a atenção à saúde da mulher em todas as épocas de sua vida constitui um dos eixos estruturadores do PAISM, cuja criação resultou de mobilização de mulheres. A abordagem integral e
20i	Projeto Escola Cidadã (SF)	1993	Educação	Cidadania Ativa	A questão de gênero é incorporada de forma explícita no projeto pedagógico, orientando-se para a construção de uma nova identidade do feminino e para relações não discriminatórias.		O programa procura introduzir a temática de gênero no conteúdo e nas práticas de educação, reivindicação dos movimentos e entidades ligadas a gênero.
21i	MicroPontos de Apoio à Varrição (SF)	1994	Limpeza pública	Cidadania ativa	O programa atende predominantemente mulheres (75% dos trabalhadores em varrição são mulheres). Ao se definirem as características dos microPontos de varrição, consideraram-se as necessidades das trabalhadoras, no que se refere à higiene e à privacidade.		Melhores condições de trabalho para as mulheres, que considerem suas necessidades específicas, constituem pauta do movimento ligado a gênero.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
22i	Vila Rural (F)	1995	Habitação	Cidadania passiva	A questão de gênero está presente através de atividades dirigidas à mulher, na área de saúde e de treinamento (sobretudo atividades tradicionalmente femininas). Apóia-se também a constituição de pequenos negócios chefiados por mulheres.		O programa contempla reivindicações de movimentos de mulheres por moradia, equipamentos coletivos para a família (educação e saúde), além de propiciar geração de renda. As atividades de capacitação, no entanto, reiteram a tradicional divisão de papéis, ao se concentrar em cursos de corte e costura, preparo de alimentos etc...
23i	Projeto Ônibus Cidadão (SF)	1996	Acesso a serviços públicos	Cidadania passiva	Há serviços específicos para a clientela feminina, tais como orientação pré-natal, prevenção de câncer, planejamento familiar e espaço para que as mulheres reivindiquem serviços específicos.		O programa atende a reivindicações de movimentos de mulheres organizadas, relativas ao atendimento da saúde da mulher (ainda que de forma parcial: saúde materno-infantil e câncer ginecológico). O programa, no entanto, não parece estimular a participação ativa - tanto das mulheres como dos homens.
24i	Programa Sócio Ambiental de Coleta de Lixo de Embu (SF)	1994	Resíduos sólidos (Coleta de lixo)	Cidadania ativa	Ao se constituir a cooperativa de catadores, verificou-se a presença significativa de mulheres. Criou-se então a "Roda de Conversas", sobre questões especificamente ligadas à mulher: como div. sexual do trabalho, pl.familiar.		O programa atende reivindicações de entidades feministas, ao incluir mulheres como seu público-alvo, e ao promover a discussão de questões centrais da problemática da mulher.

**Quadro 4 (continuação)**  
**Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N.º	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
25i	Casa Feliz (SF)	1995	Habitação	Cidadania Ativa	A perspectiva de gênero está presente em três frentes: 1) uma parcela significativa dos empreendimentos tem como titulares mulheres, que assumem o contrato de financiamento; 2) as prefeituras e a Secretaria do Trabalho ofertam cursos profissionalizantes em áreas de interesse das mulheres, visando à capacitação e à geração de renda; 3) em alguns casos, a prefeitura oferece serviços de saúde específicos para mulheres.		O direito à habitação é uma reivindicação tradicional de movimentos sociais, em que a presença de mulheres sempre se destacou. Por outro lado, as mulheres - nas modalidades tradicionais de financiamento - tendiam a ficar excluídas, sendo o financiamento concedido a chefes do sexo masculino. O programa, por outro lado, integra outras reivindicações de mulheres, relativas à geração de emprego e renda e à área de saúde.
26i	Programa Saúde da Família Curitibaana (SF)	1995	Saúde	Cidadania Ativa	São oferecidos serviços específicos para as mulheres como planejamento familiar, exame pré-natal, prevenção do câncer Além disso nos grupos de discussão são abordados assuntos de interesse feminino como violência de gênero, mercado de trabalho para mulheres e relação conjugal.		Porque integra entre suas ações o atendimento integral à saúde da mulher, antiga reivindicação de movimentos de mulheres organizadas no Brasil e no exterior.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
27i	Programa Varjão Comunidade Cidadã (SF)	1996	Desenvolvimento da Cidadania incluindo acesso a serviços públicos	Cidadania Ativa	Ao favorecer a melhoria e a ampliação de creches este programa incorpora a questão de gênero possibilitando sua inserção no mercado de trabalho fora de casa. O programa ainda inclui, nos encontros e palestras que promove, a discussão da questão da violência contra a mulher.		A existência de creches e outros equipamentos públicos que favoreçam a vida da mulher é uma antiga reivindicação de movimentos de mulheres organizadas. A questão da violência contra a mulher também constitui item central na agenda de gênero.
28i	Associativismo Rural e Urbano: A experiência de Várzea da Roça – BA (SF)	1993	Desenvolvimento Sustentável	Cidadania Ativa	O programa de forma indireta incorpora a questão de gênero. Ao favorecer o associativismo, o programa abre espaço para associações de mulheres e para a participação de mulheres em associações. O programa registra uma associação de mulheres (costureiras) e a presença de seis mulheres presidentes de associações.		O desenvolvimento regional em bases sustentáveis, uma reivindicação de grupos ecológicos e ambientalistas, tem sido também “bandeira” de entidades e movimentos de mulheres. Além disto, a criação de oportunidades de geração de renda para mulheres e a participação política são itens importantes da agenda.

**Quadro 4 (continuação)**  
**Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

N.º	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
29i	Programa Mala do Livro Bibliotecas Familiares (SF)	1993	Desenvolvimento da Cultura e da Cidadania	Cidadania Ativa	Em geral, os agentes que criam as bibliotecas são mulheres. Além disto, o acervo inclui publicações sobre direitos da mulher, sobre violência de gênero e exploração sexual, e publicações de apoio a atividades cotidianas e sobre cuidados com a saúde e a beleza da mulher. Na Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência foi instalada uma Biblioteca Domiciliar e os agentes comunitários de leitura foram capacitados por um programa sobre o "Combate à Exploração Sexual no Distrito Federal" .		O programa inclui material sobre a questão de gênero que pode contribuir à conscientização das mulheres sobre a discriminação, sobre a violência, etc. Atende assim a uma das principais recomendações de entidades de gênero – que esta dimensão seja incorporada a políticas de todas as áreas. Além disto, o programa contribui para uma participação ativa das mulheres no espaço público.
30i	Instituição Comunitária de Crédito Portosol (F)	1996	Microcrédito e geração de emprego e renda.	Cidadania ativa	Programa concebido de forma ter mulheres como foco privilegiado do programa. Mais de 50% da clientela efetivamente atendida pelo programa são mulheres.	A discussão existente para a implantação deste programa de microcrédito abrangeu diversos segmentos sociais da cidade de Porto Alegre, inclusive movimentos de mulheres.	Este programa ao privilegiar a mulher enquanto público alvo de programas de geração de emprego e renda atende a demanda de movimentos feministas, que apontam o processo crescente de pauperização das mulheres.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
31i	Ação Integrada nos Bolsões de Pobreza Urbana (F)	1991	Habitação	Cidadania Ativa	80% dos participantes são mulheres (das quais, cerca de 5% chefiam famílias). Isto fez com que se desenvolvessem adaptações do programa para atender necessidades específicas de mulheres, tais como a instalação de creches no canteiro de obras e a realização de palestras com foco na temática de gênero, além da montagem de cursos voltados à, profissionalização da mulher (salgadeiras, manicure, ceramista, etc.).	O programa incorporou ao longo de seu desenvolvimento demandas formuladas pelas mulheres participantes.	Dentre as reivindicações de movimentos sociais, desde a década de 70, em que a presença de mulheres é significativa, a questão da moradia destaca-se. Além disto, o programa promove a participação ativa de mulheres e incorpora a discussão de temas ligados à problemática de gênero.
32i	Programa de Construção em Regime de Mutirão (SF)	1996	Habitação	Cidadania Ativa	A maior parte dos “mutirantes” é mulher. As mulheres são também as maiores beneficiárias dos títulos de propriedade.		A criação de programas habitacionais é uma antiga reivindicação de movimento de mulheres (as <b>mulheres nos movimentos</b> ), organizados em torno da luta pela moradia. O reconhecimento da situação da mulher como responsável pelos filhos e pela família - e de seus direitos no plano do acesso à propriedade - também faz parte da agenda de gênero.

**Quadro 4 (continuação)****Caracterização das Ações Desenvolvidas pelo Programa**

Nº	NOME DO PROJETO	ANO DE INÍCIO	FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA	ENFOQUE	INCORPORAÇÃO DE GÊNERO	MOVIMENTO SOCIAL (NO LOCAL)	MOVIMENTO SOCIAL (NO BRASIL)
33i	Programa de Auxiliar de Enfermagem Comunitário (SF)	1993	Saúde	Cidadania Passiva.	Dentre os grupos de risco que o programa procura atingir, incluem-se crianças e gestantes. O programa inclui também exames preventivos de câncer de cólo de útero e de mama. Além disso o auxiliar de enfermagem é treinado para prestar atendimento integral à mulher.		A atenção à saúde constitui item das reivindicações de movimentos sociais (com forte participação das mulheres) desde os anos 70. Por outro lado, o atendimento <i>integral</i> à saúde da mulher é uma reivindicação de movimentos e entidades de mulheres desde os anos 80.
34i	Assistência Mãe-Canguru	1994	Saúde	Cidadania Passiva	A mulher é atingida como mãe, beneficiando-se da atenção dada a seu filho prematuro. O programa depende da mãe, o principal agente da recuperação da saúde dos bebês. Além disto, nas atividades dirigidas à mãe em seu período de permanência no hospital, incluem-se palestras e discussões sobre questões relativas não apenas ao cuidados com os filhos, mas também ao planejamento familiar.		A atenção à saúde dos filhos constitui reivindicação de movimentos sociais (com forte participação das mulheres) desde os anos 70. Por outro lado, o programa inclui informações e discussão com as mães sobre tema priorizado pelos movimentos e entidades de mulheres - orientação sobre planejamento familiar.

O *Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo*, do Estado do Ceará tem nas mulheres a maior parte de sua clientela – 80% dos trabalhadores atendidos. As mulheres recebem treinamento e capacitação para o mercado de trabalho. A incorporação de gênero neste caso parece ter decorrido em parte da presença predominante de mulheres entre os autônomos – foco do programa – o que acabou por influenciar o desenho do programa. O atendimento a mulheres poderia ter tido um enfoque convencional que reiteraria a situação de dominação da mulher, o que não parece ser o caso neste programa. Embora trabalhando com ocupações “tradicionalmente” femininas como o trabalho doméstico, o programa procura “valorizá-lo”. É provável que neste programa – assim como em outros incluídos nesta análise – tenha exercido influência para a incorporação da perspectiva de gênero a presença, entre os financiadores, de ONG ou agências estrangeiras que exigem a incorporação do enfoque de gênero nos projetos a que dão suporte.

O *Programa de Geração de Emprego e Renda* de Vitória inclui, além da capacitação presente no programa anterior, o estímulo à formação de associações e cooperativas – que podem aumentar a capacidade de inserção no mercado da clientela atendida, e a garantia de crédito, ao qual a população de baixa renda habitualmente não tem acesso. Embora o programa não tenha considerado a questão de gênero em sua concepção, a demanda revelou-se ser predominantemente feminina – 61% da clientela atendida corresponde a mulheres. Assim, o desenho do programa foi se conformando a necessidades apresentadas pelas mulheres: dois dos módulos de capacitação são dirigidos a mulheres (desfiadeiras de siri e paneleiras). Nos demais também tende a ser importante a presença de mulheres. Além disto, o programa oferece cuidados para as crianças enquanto as mães assistem aos cursos. Este programa reflete a agenda de gênero ao procurar estimular a inserção das mulheres no mercado de trabalho, de forma “autônoma” e não tutelada (pela capacitação, pelo acesso ao crédito etc...). A incorporação da perspectiva de gênero parece resultar da abertura do programa aos seus efetivos beneficiários, que apresentaram demandas vindas predominantemente de mulheres.

A *Instituição Comunitária de Crédito Portosol*, de Porto Alegre, tem por objetivo garantir a inserção ou permanência no mercado de pequenos e micro-empresários por meio da garantia de crédito, habitualmente não acessível a este segmento da população. Estimula-se, assim, a geração de emprego e renda. Este programa foi concebido desde o

início tendo como um de seus focos privilegiados as mulheres, refletindo a presença ativa de movimentos de mulheres quando da estruturação do programa. Não só mais de 50% da clientela do programa são mulheres, mas também 50% dos recursos concedidos foram destinados a mulheres. A concessão de crédito a mulheres e o apoio à sua inserção no mercado de trabalho é um item importante da agenda de gênero. A incorporação da perspectiva de gênero é explicitada em documentação do próprio programa que afirma que este pretendia “colocar em prática ações que atendam às necessidades das mulheres, diminuindo as desigualdades de gênero” (TEIXEIRA, 1998, p. 126).

Dois são os programas da área de Agropecuária e Pesca – o *Pró-Ave Caipira*, do Rio Grande do Norte, e o *Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural, PROVE*, do Distrito Federal. O primeiro oferece apoio financeiro e operacional a pequenas propriedades rurais, para a produção de ovos caipiras. A exemplo das iniciativas da área de geração de emprego e renda, este programa concede crédito a pequenos produtores, questão ainda mais crítica na atividade rural. Este crédito é acompanhado por assistência técnica, de certa forma, uma condição do sucesso das atividades beneficiadas pelo apoio financeiro. No que se refere à questão de gênero, este programa, de um lado, beneficia a mulheres, que correspondem a 85% das responsáveis pela produção. De outro lado, no entanto, constata-se que apenas 23% dos contratos de financiamento são concedidos a mulheres. Prevalece, portanto, o padrão homem-chefe de família” que o programa não procura ou não conseguiu reverter. O mesmo problema ocorre no PROVE – *Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural*, do Distrito Federal, que apóia a constituição de pequenas agroindústrias, com crédito e assistência técnica, nas etapas de produção e distribuição: 90% das agroindústrias são dirigidas por mulheres, mas 80% são concedidos a homens. Em ambos os casos, há incorporação da perspectiva de gênero – refletindo a agenda de gênero – na criação de oportunidades de negócios para mulheres. Ao mesmo tempo, esta incorporação é parcial ao não conseguir reverter um padrão de controle masculino do acesso ao crédito, o que seria essencial para o “empoderamento” das mulheres.

Na área de Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis, há três programas que incorporam a dimensão gênero – o *Projeto Prorenda*, do Rio Grande do Sul, o *Projeto Saúde e Alegria*, do Pará, e o *Associativismo Rural e Urbano: a experiência de Várzea da Roça*, da Bahia. O programa do Rio Grande do Sul procura estimular o

desenvolvimento sustentado de pequenas propriedades rurais por meio de processos participativos, articulando conselhos municipais, organizações de agricultores e universidades. A questão de gênero é integrada ao projeto por meio do estímulo da participação de mulheres nos conselhos municipais e da realização de pesquisas sobre mulheres rurais que possam subsidiar o desenvolvimento do projeto. Além disto, procura-se estimular a participação também por meio de debates sobre a problemática de gênero em todos os grupos ligados ao projeto. Na agenda de gênero, a atenção a necessidades específicas da mulher rural constitui um item importante. O projeto apóia a discussão desta temática pelos participantes do projeto, não havendo, no entanto, nas informações disponíveis, elementos suficientes para se afirmar o quanto esta discussão se traduz em efetivo apoio à mulher rural.

O programa *Saúde e Alegria* tem como objetivo principal a veiculação de mensagens educativas em diversas áreas, reforçando, ao mesmo tempo, as organizações e associações locais – sindicatos, associações comunitárias e outras. O foco principal são crianças e adolescentes, sendo veículo o Gran Circo Mocarongo. Dentre os temas contemplados pelo programa, inclui-se a valorização e o fortalecimento das mulheres nas instâncias comunitárias, com foco em temas como planejamento familiar e saúde reprodutiva, além de geração de emprego e renda. Não há referência à inclusão do tema da violência contra as mulheres nestas discussões. Em relação às oficinas profissionalizantes, por outro lado, não há elementos para se afirmar se há uma reformulação do papel da mulher e a criação de condições que viabilizem a superação de uma inserção subordinada, ou se os conteúdos transmitidos apenas reafirmam esta inserção.

O programa *Associativismo Rural e Urbano: a experiência de Várzea da Roça*, da Bahia, por sua vez, caracteriza-se pelo estímulo ao associativo participativo e pela transferência de tecnologia, visando ao desenvolvimento integrado de municípios. O programa, ao abrir espaço à participação da comunidade, acabou integrando demandas e lideranças femininas. Assim, há uma associação de mulheres – de costureiras – vinculada ao programa e seis mulheres assumindo a presidência de associações. Há neste caso a incorporação de dois itens da agenda de gênero – o relativo à criação de oportunidades de geração de renda para mulheres e o referente à criação de espaço de participação política para mulheres.

Dois programas da área de Crianças e Adolescentes – *Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola*, do Ceará, e o *Programa Minguilim*, de Belo Horizonte – têm objetivos similares: reinserir socialmente meninos e meninas vivendo em situação de rua. Ambos procuram atingir este objetivo por meio do desenvolvimento integrado de uma série de atividades nas áreas de educação, lazer, saúde, oferecendo, ao mesmo tempo, formação profissional. A questão de gênero aparece, no entanto, de maneira bastante distinta nos dois programas. No programa do Ceará, há atividades dirigidas a mulheres – capacitação profissional e conscientização sobre questões ligadas a gênero, tais como saúde da mulher. Das famílias que recebem uma bolsa-aprendizagem, para manterem seus filhos na escola, a maior parte é chefiada por mulheres. Mas, diferentemente do que já se verifica em alguns programas do tipo bolsa-escola, estas bolsas não são concedidas às mães. No programa de Belo Horizonte, a diferenciação de gênero parece presente de forma mais incisiva no programa: há um albergue feminino e um albergue masculino, além de uma unidade de formação profissional voltado predominantemente a meninas. Os temas cruciais da problemática de gênero são também contemplados em palestras e reuniões do programa.

Os programas de Educação – *Educando e Profissionalizando*, de Teresina, e o *Preservação da Vida*, do município do Rio de Janeiro – têm focos distintos. O primeiro consiste no atendimento educacional de crianças e adolescentes de comunidades pobres, visando reduzir o analfabetismo e, ao mesmo tempo, reinserir socialmente crianças em situação de rua. O programa implantou creches nas comunidades atendidas, criando também uma escola técnica feminina para meninas de rua. Atende-se, assim, à demanda por creches e educação dos filhos, tão cara a movimentos de mulheres, ao mesmo tempo que a reivindicação de preparação das mulheres para o mercado de trabalho. O *Preservação da Vida*, por sua vez, é um programa de combate a drogas, por meio da prevenção. O programa se desenvolve formando profissionais de diversas áreas e agentes da comunidade para o trabalho de prevenção. Há grupos específicos para mulheres, que debatem a problemática de gênero, como elemento relevante da estratégia de prevenção. A preocupação com a saúde dos filhos constitui tema sempre presente em movimentos de mulheres. A saúde das mulheres, por sua vez, tem sido também destaque na agenda de gênero. Abordar estas questões de forma preventiva é uma perspectiva consistente com as propostas das entidades feministas. Não há, apenas, explicitação de vínculos com uma abordagem integral da saúde da mulher.

Os programas da área Formas de Gestão e Planejamento são programas que têm como foco o meio ambiente – o *Parque Municipal Horto de Maruípe*, de Vitória, e o *Programa Sócio-Ambiental de Coleta de Lixo de Embu*. O primeiro consiste na implantação e manutenção de um parque – unidade de conservação ambiental – com base na articulação de diversos atores públicos e privados. Os usuários do parque são predominantemente mulheres, o que levou o programa a desenvolver atividades dirigidas a esta parcela dos usuários do parque: ginástica, yoga, grupos de mães e da terceira idade. A incorporação de gênero não parece ter se dado quando da concepção do programa, tendo se imposto como resultado da presença efetiva de mulheres enquanto usuárias. O *Programa Sócio-Ambiental de Coleta de Lixo de Embu*, por sua vez, consiste na incorporação de catadores de área de “lixão” ao processo de coleta seletiva. As mulheres constituem parte significativa destes trabalhadores, o que se verificou com a implantação do programa. A perspectiva de gênero foi então incorporada por meio da criação de reuniões periódicas para discussões de questões ligadas à mulher, como divisão sexual do trabalho, planejamento familiar, dentre outras.

O programa da área de Trânsito – *Trânsito: cidadania e responsabilidade* – do Estado de Mato Grosso, voltado à prevenção de acidentes via conscientização, por sua vez, incorpora uma outra das reivindicações referentes a gênero: o combate à discriminação contra as mulheres. Assim, neste programa procura-se combater o preconceito existente em relação à mulher no volante (via divulgação de estatísticas sobre acidentes, que desmentem esta idéia), assim como formar mulheres para ocupações habitualmente reservadas a homens, como motoristas de ônibus, guardas de trânsito e patrulheiras rodoviárias.

O programa da área de Limpeza Pública e Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Lixo – *Micropontos de Apoio à Varrição*, de Belo Horizonte, por sua vez, focaliza a varrição urbana. Neste caso, a incorporação de gênero se dá tendo como foco as condições de trabalho. Sendo mulheres a maior parte dos varredores urbanos, o programa prevê, nos centros de apoio que implanta em toda a cidade, condições de privacidade e higiene pessoal, para que estas se troquem, utilizem banheiro e tomem banho. Trata-se de uma problemática enfrentada pelos trabalhadores deste setor, habitualmente negligenciada e particularmente crítica para mulheres.

Há dentre os programas que incorporam gênero, quatro da área da habitação – o *Vila Rural* e o *Casa Feliz*, do Estado do Paraná, o *Ação Integrado nos Bolsões de Pobreza Urbana*, de Ipatinga, Minas Gerais e *Programa de Construção em Regime de Mutirão*, do Estado do Piauí. Os programas do Paraná consistem em programas habitacionais para a população de baixa renda – o primeiro para os bóias-frias e o segundo para a população urbana dos municípios do Estado. O *Vila Rural* vai além da dimensão habitacional, prevendo também áreas de cultivo e equipamentos comunitários. Neste programa, há atividades dirigidas a mulheres – programas de atenção à saúde e formação profissional. A formação profissional ocorre, no entanto, tendo como foco atividades tradicionalmente femininas. Não há um reconhecimento explícito na documentação do programa de um eventual papel da mulher como responsável pelas atividades rurais e como chefes de família, embora as mulheres representem 60% da população adulta atendida pelo programa. No *Casa Feliz*, por outro lado, as mulheres são as titulares do contrato de financiamento em parte significativa dos casos, o que constitui um avanço significativo em relação à situação que prevaleceu por muitos anos na área da habitação. Além deste aspecto de incorporação da perspectiva de gênero, há também a oferta de cursos profissionalizantes em áreas de interesse das mulheres atendidas, além de serviços de saúde com foco nas mulheres.

O programa de Ipatinga caracteriza-se por uma abordagem integral dos problemas enfrentados pela clientela do programa – a qual vive em situação de extrema pobreza – indo além do atendimento habitacional *stricto sensu*. Como ocorre freqüentemente nos movimentos ligados à moradia e nos programas com base em mutirão, parte significativa dos participantes são mulheres (80%). Assim, o programa incorporou reivindicações destas participantes, implantando creches no canteiro de obras e organizando palestras e reuniões sobre temáticas ligadas a gênero. Além disto, promovem-se cursos voltados à profissionalização das mulheres, embora com foco em atividades ligadas ao papel tradicional da mulher.

O programa do Piauí - *Programa de Construção em Regime de Mutirão*, por sua vez, também se destaca, a exemplo do *Casa Feliz*, por conceder o título de propriedade da casa à mulher. Mas vai além, pois o faz, mesmo quando o chefe de família é o homem, de forma a garantir que a casa permaneça com a mulher - vista como a principal responsável pela educação e criação dos filhos – em caso de separação.

Finalmente, há um programa da área de Cultura, o *Programa Mala do Livro*, do Distrito Federal, que procura disseminar o hábito de leitura e democratizar o acesso a livros em regiões da periferia, criando mini-bibliotecas domiciliares. São mulheres, em geral, as responsáveis por estas bibliotecas, que participam, assim, de forma ativa desta iniciativa, desenvolvendo, por vezes, um papel de liderança que vai além do próprio objetivo inicial do programa. Além disto, o acervo das bibliotecas inclui livros sobre direitos da mulher e sobre temas básicos da luta pela redução da desigualdade de gênero. Há, portanto, neste programa, uma incorporação da perspectiva de gênero que se dá, tanto pela incorporação de mulheres como agentes ativos, como pelo estímulo à reflexão crítica sobre os problemas que afligem as mulheres.

Tendo em vista a dispersão dos programas que incorporam gênero por diversos setores, os demais aspectos considerados na análise – suas características e o desenvolvimento de suas atividades – serão vistos a seguir de forma agregada, fazendo-se referência, quando pertinente, a subgrupos ou casos singulares<sup>28</sup>.

Um primeiro ponto a analisar consiste no relativo à existência de intersetorialidade. Na maior parte dos programas, como pode ser visto no quadro 3, observa-se, diferentemente dos programas da área de saúde, a presença de articulação intersetorial (22 de 26 programas). Em alguns casos, a intersetorialidade se resume a parcerias com uma outra instituição, como no caso de dois programas de geração de emprego e renda, em que o “parceiro” é a instituição capaz de oferecer postos de trabalho. Isto ocorre, por exemplo, no programa *Mutirão Tudo Limpo*, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em que a Secretaria de Ação Social, responsável pelo programa, conta com a colaboração da Secretaria de Obras, e no *Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo*, desenvolvido pela Secretaria do Trabalho do Estado do Ceará, contando com a colaboração da Companhia de Eletrificação do Estado. Em outros programas, porém, a intersetorialidade é mais abrangente, envolvendo uma rede de instituições do mesmo nível de governo, como verificado, por exemplo, no *Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural – PROVE*, em que a iniciativa da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal conta com o suporte do Banco de Brasília, do CEASA – DF, do Banco de Brasília e do Instituto de Ecologia, entre outras organizações do Distrito Federal. A abrangência no envolvimento de outras entidades do mesmo nível de governo caracteriza também o

---

<sup>28</sup> À exceção dos oito casos da área de saúde, já analisados.

*Programa Miguilim*, de Belo Horizonte, no qual a Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pela iniciativa, conta com o apoio das Secretarias de Educação, Saúde, Cultura e dos Esportes, como decorrência de uma abordagem integral da problemática das crianças e adolescentes em situação de risco. Embora também com um leque amplo de instituições envolvidas, o programa *Criança Fora da Rua, Dentro da Escola*, do Estado do Ceará, também voltado a crianças e adolescentes em situação de risco, tende a concentrar as parcerias em um número mais reduzido de áreas ou setores: os de educação, ação social e cidadania e segurança. Assim, dentre as instituições envolvidas, destacam-se, ao lado da entidade responsável pelo programa – a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Estado, ligada à Secretaria do Trabalho e Ação Social: a Secretaria da Segurança Pública, o Juizado da Infância e da Adolescência, a Secretaria da Educação e o Ministério Público.

É também significativa a presença de articulações intergovernamentais verticais, isto é, articulações entre diferentes níveis de governo para a implementação destes programas. Dos 26 programas que incorporam gênero – à exceção dos oito da área de saúde já analisados, 21 mencionaram alguma forma de colaboração de outros níveis de governo. Esta articulação ocorre tanto “para cima”, isto é, um nível inferior de governo recebendo, de níveis superiores, recursos financeiros, assistência técnica ou engajamento de instituições na implementação do programa, como “para baixo”, como nos casos em que um governo estadual envolve municípios em seus programas. Constituem exemplos da articulação “para cima” o *Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural – PROVE*, que teve apoio do CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas e do EMATER – DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, entidade federal, em sua representação no Distrito Federal e o *Programa Sócio-ambiental de Coleta de Lixo* de Embu, que conta com a participação de escolas estaduais, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da CETESB – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Em diversos casos, como neste último exemplo, a iniciativa municipal ( ou estadual) requer necessariamente uma articulação com níveis mais abrangentes de governo, uma vez que para a efetivação do programa devem ser cumpridos requisitos legais e normativos definidos pelo governo estadual (e federal).

Dentre os casos de articulação “para baixo”, pode ser citado como exemplo, o programa *Trânsito: Cidadania e Responsabilidade*, do Mato Grosso do Sul, que envolve parcerias

com as prefeituras municipais do Estado para sua efetivação. O *Projeto Prorenda*, do Rio Grande do Sul, por sua vez, ilustra bem os casos em que ocorre uma articulação tanto “para baixo”, como “para cima”: o estímulo ao desenvolvimento regional com base no apoio a pequenas propriedades rurais se dá contando com a participação de 30 prefeituras do Estado, ao mesmo tempo que o projeto recorre à assistência técnica do EMATER, órgão federal e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Há ainda entre os programas que incorporam gênero, alguns em que a articulação vertical se dá por meio de um encontro entre iniciativas locais e iniciativas de níveis mais abrangentes de governo, como parece ser o caso de programas de geração de emprego e renda municipais ou estaduais que se articulam a estruturas federais como o SINE.

Os programas que incorporam gênero parecem assim situar-se entre os que inovam em termos de gestão pública no país, por fugirem do modelo centralizado, setorial e uniorganizacional que prevalecera até os anos 80 na promoção de políticas públicas. A tendência à ampliação do leque de atores envolvidos na promoção destes programas fica confirmada pela presença de entidades da sociedade civil em seu desenvolvimento: 17 em 26 programas contam com participação de ONG, associações da comunidade ou do setor privado (23 em 34 incluindo os programas da área de saúde).

No entanto, embora a questão de gênero seja um dos enfoques destes programas, nota-se que apenas dois indicaram entidades ligadas a gênero – mais especificamente organizações de mulheres – ao mencionarem entidades da sociedade civil envolvidas em seu desenvolvimento: o *Projeto Saúde e Alegria*, do Pará (“Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” e “Grupo de Mulheres de Urucureá”) e o *Programa de Construção em Regime de Mutirão*, do Estado do Piauí (“Clube de Mães”). Isto não significa que não haja mulheres dentre aqueles envolvidos na implementação dos programas. Muitas vezes o que ocorre é que as mulheres são efetivamente parte significativa dos beneficiários dos programas e, por meio desta “entrada”, acabam interferindo no próprio desenvolvimento das iniciativas. Em vários programas, como visto, as mulheres constituem a maioria da clientela atendida. Este é o caso tanto dos programas de saúde, analisados

anteriormente, como de vários dos demais programas que incorporam gênero, tais como o *Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo*, do Ceará, em que 80% dos trabalhadores atendidos são mulheres e do *PROVE*, do Distrito Federal, em que 90% das agroindústrias são dirigidas por mulheres. O mesmo ocorre com o *Pró-Ave Caipira*, do Rio Grande do Norte, em que 85% dos responsáveis pelos empreendimentos são mulheres. Nestes últimos dois casos, como já mencionado, os contratos de financiamento se concentram em homens, refletindo a prevalência do padrão “homem-chefe de família” nos pedidos de concessão de financiamentos, por vezes como reflexo do fato de que a propriedade da terra está em nome do homem. Destaca-se neste sentido, dentre outros, rompendo com este padrão, o *Casa Feliz*, do Paraná, em que parte significativa dos financiamentos é concedida a mulheres.

## VI. CONCLUSÃO

Analisou-se neste relatório a incorporação da questão de gênero por governos subnacionais no Brasil, contemplando iniciativas recentes promovidas em diversos setores e regiões do país. Foram considerados tanto programas dirigidos especificamente à mulher como programas que incorporam a dimensão gênero, sem ter como foco exclusivo as mulheres.

A pesquisa confirmou tendência verificada em estudo anterior (FARAH, 1998), segundo a qual a questão de gênero como foco específico de políticas públicas representa uma porção pouco expressiva das ações governamentais (2,6% dos casos considerados na presente pesquisa). Por outro lado, tem ocorrido integração da questão de gênero por políticas e programas mais abrangentes dos mais diversos setores (34% dos programas analisados pelo trabalho). Esta incorporação ocorre em um segmento específico de programas e políticas governamentais – o de iniciativas consideradas inovadoras por aqueles que as desenvolvem. O trabalho sugere, assim, que a incorporação de gênero consiste em uma das dimensões de um processo de

transformação da gestão pública e das políticas públicas no Brasil, em curso no nível subnacional de governo<sup>29</sup>.

Alguns temas sobressaem no conjunto de programas analisados na pesquisa. Em primeiro lugar, o tema da saúde. Nos programas desta área - quer tenham como foco a mulher, quer a atenção à mulher constitua um segmento ou módulo de políticas ou programas mais abrangentes – identificam-se duas perspectivas na abordagem da saúde da mulher. Na primeira, esta é considerada na qualidade de gestante e mãe, em programas materno-infantis, que focalizam um segmento de risco como alvo da atenção à saúde. Na segunda, há uma ampliação do campo de ação da atenção à saúde, de forma a se contemplar a mulher em outras etapas de sua vida e a incluir outras questões relevantes à saúde feminina como contracepção, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis. Este segundo tipo de abordagem atende a um dos pontos enfatizados pela agenda formulada por movimentos e entidades de gênero, relativo à necessidade de atendimento integral à mulher, que a considere não apenas como gestante e mãe, por meio da implantação de programa já existente no país desde os anos 80 no plano formal – o PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Um segundo tema que se destaca é o da geração de emprego e renda, configurando, em geral, programas de combate à pobreza. Tais iniciativas incluem diversos aspectos, como formação e capacitação de mulheres, acesso a crédito e assistência técnica para abertura ou manutenção de pequenos negócios. Há programas com esta perspectiva com foco tanto na zona urbana como na zona rural, e envolvendo a perspectiva de desenvolvimento local e regional. No âmbito de alguns destes programas, ocorre também um estímulo ao associativismo, visto como mecanismo potencializador da própria atividade econômica e como elemento importante na inserção das mulheres na esfera política. Este constitui um tema priorizado pela agenda de gênero nos últimos anos, pela intensidade com que as mulheres são atingidas no Brasil pelos processos de pauperização – o fenômeno de feminização da pobreza ou de pauperização das mulheres – e também pelo papel multiplicador

---

<sup>29</sup> Conclusões válidas para a amostra considerada – composta por programas governamentais inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania e por aqueles selecionados como semifinalistas por este programa, no Ciclo de 1997 e no Ciclo de 1996, num total de 926 programas inscritos (análise de programas com foco na mulher) e de 200 programas semifinalistas (análise da incorporação da dimensão gênero).

que as mulheres exercem, dado o lugar que ocupam na família, particularmente na criação dos filhos.

Ligada a esta questão, destacam-se alguns programas que, como parte das iniciativas voltadas à criação de oportunidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, atribuem a mulheres a titularidade dos contratos de financiamento. Também neste caso não se trata de uma tendência hegemônica. Pelo contrário, são poucos os programas que rompem com o padrão homem-chefe de família, ocorrendo, em mais de uma das iniciativas analisadas, uma dissociação entre a liderança efetiva dos pequenos negócios e empreendimentos e os titulares dos contratos de financiamento. Assim, embora haja um avanço significativo ao se apoiar a inserção da mulher no mercado de trabalho, percebe-se que, nestes casos, ainda há um novo desafio a ser vencido.

Na área de habitação e desenvolvimento urbano, há experiências significativas nesta direção, sendo o título de propriedade da moradia concedido à mulher, rompendo-se com práticas já consolidadas nesta área. Iniciativas na área da habitação, que procuram criar condições para o acesso a moradias dignas à população de baixa renda, incorporam a perspectiva de gênero durante a etapa de projeto e construção – no caso dos programas de tipo mutirão – incorporando necessidades das mulheres envolvidas no processo, como a colocação de creches no canteiro de obras – mas também de forma mais definitiva, como evidenciado na concessão do título de propriedade às mulheres. Na verdade, na questão da moradia as mulheres são importantes atores (atrizes) desde os movimentos sociais urbanos dos anos 70, embora nem sempre tenham tido visibilidade. Sua presença contínua na mobilização por moradias e durante todo o processo de construção tem se traduzido em uma influência sobre as respostas governamentais neste campo.

Outro dos temas que se destaca é o relativo ao combate à violência contra mulheres. Diferentemente do verificado em pesquisa anterior, o tema apareceu menos como foco de um programa específico (apenas um caso dentre os analisados) e mais como temática presente em diversas iniciativas, como objeto de discussão por grupos de mulheres beneficiárias dos programas. Assim, no conjunto de programas examinado neste trabalho o que se privilegia é a preparação da mulher para “olhar de frente”

para uma violência cotidiana muitas vezes silenciada. Ao lado, da criação das casas-abrigo para as mulheres vítimas de violência, observa-se um esforço de conscientização que pode se constituir base para a transformação da situação das mulheres por elas próprias, num processo de “empoderamento”.

Programas com foco em crianças e adolescentes em situação de risco, por sua vez, incorporam gênero ao diferenciarem a atenção prestada a meninas e meninos, incluindo, em um dos casos analisados, a criação de um abrigo para meninas. Tais programas têm uma abordagem integral, incluindo diferentes frentes de ação, tais como reinserção na escola e na família, formação profissional, atendimento à saúde e estímulo à discussão de temas relevantes da perspectiva de gênero, tais como sexualidade e violência contra a mulher.

O combate à discriminação também apareceu em alguns programas: um da área de educação e um do setor de trânsito. Ambos ilustram a possibilidade de se implementarem políticas que contribuam para a superação pela sociedade de certos estereótipos e práticas discriminatórias existentes em relação à mulher. É também significativa entre os casos analisados a presença de programas cujo foco é a extensão de serviços à população de baixa renda, de forma a integrá-las socialmente. Trata-se, em boa parte dos casos, de programas de combate à pobreza, numa perspectiva complementar a iniciativas voltadas à geração de emprego e renda.

Há também, dentre as iniciativas analisadas, um programa cujo propósito é uma atuação “horizontal” ou transversal, visando à sensibilização de todos os órgãos da administração para a problemática de gênero, de forma a se integrar a perspectiva de gênero a todas as ações de governo. Este programa constitui um exemplo de um movimento ainda embrionário no país, o qual reflete uma das mais recentes recomendações de movimentos e organizações de gênero no campo das políticas públicas.

Considerados os programas em seu conjunto, observa-se que alguns parecem ser ainda tributários de um padrão de relação entre Estado e sociedade civil baseado na tutela e na concessão de favores. Configura-se, nestes casos, uma perspectiva de

cidadania passiva, havendo o risco de o programa se esvaziar – ou de seus efeitos sobre a clientela atendida se diluírem – uma vez retirado o suporte estatal. Neste sentido, estes programas não poderiam ser considerados propriamente inovadores, tendo como referência a agenda de reforma do Estado construída no país nas últimas décadas, a qual destaca como um de seus elementos centrais a constituição de um novo tipo de relação entre Estado e Sociedade Civil, baseado na noção de direitos.

Diversos programas, no entanto, incorporam em algum grau a participação efetiva da sociedade civil, seja já na formulação da própria iniciativa, seja durante a implementação da experiência. Especificamente no que se refere à incorporação de gênero, esta parece ocorrer sob o impacto dos processos de democratização e de descentralização, os quais têm implicado uma abertura do processo de formulação e de implementação de políticas e programas governamentais à participação da sociedade civil. Esta abertura tem propiciado que organizações de mulheres ou que mulheres da comunidade atendida por programas de governo se mobilizem manifestando suas necessidades e reivindicando participação nos programas. Assim, embora sejam minoritárias nas experiências analisadas aquelas que surgiram como resposta a movimentos locais (de abrangência municipal, estadual, ou regional) há diversas iniciativas que passaram a incorporar a perspectiva de gênero ao longo de seu desenvolvimento, sob influência de mulheres da localidade de implantação do programa. Isto sugere que a consciência prévia da relevância da questão de gênero não é o único caminho para que esta dimensão seja integrada a programas governamentais. Tão importante quanto esta consciência parece ser a efetiva democratização do programa ao longo de sua implementação, no sentido de torná-lo permeável às necessidades efetivas da comunidade a que se destina.

A incorporação da perspectiva de gênero ocorre também sob a influência de questões que vêm sendo colocadas por movimentos e organizações de gênero de âmbito nacional.. Assim, diversos programas refletem, como indicado ao longo do trabalho, a agenda construída em torno da questão de gênero desde os anos 70. Esta incorporação ao nível subnacional da agenda nacional se dá por intermédio de quadros partidários, de quadros da administração estadual ou municipal, de profissionais que atuam em determinada área de política pública e da influência de organizações nacionais sobre movimentos e entidades de alcance estadual e local.

A incorporação da agenda nacional ocorre tanto em programas dirigidos especificamente à mulher como naqueles mais abrangentes que integram gênero como uma de suas dimensões. Esta aderência nem sempre é “total”, no sentido de integrarem todos os aspectos destacados pela agenda de gênero (relevantes para a política em questão). Como apontado anteriormente nesta conclusão, por vezes um programa constitui um avanço significativo, ao abrir espaços para uma inserção menos subordinada da mulher – como nos programas de geração de emprego e renda – mas ainda permanecem prisioneiros de uma restrição ou discriminação, como, por exemplo, na limitação do acesso à titulação de propriedade ou a contratos de financiamento. Na área de saúde, uma das áreas que mais tem contemplado gênero, nem sempre se atende à recomendação de uma atenção integral à mulher. A articulação dos programas em políticas mais abrangentes parece ser o caminho que permitiria garantir esta abordagem integral.

Finalmente, a incorporação da questão de gênero por políticas e programas de governos subnacionais no Brasil também sofre a influência da prioridade dada a esta questão pela agenda de agências multilaterais e de ONG estrangeiras que apóiam programas governamentais (e ONG) no país. Isto não significa, no entanto, que a inclusão desta perspectiva na agenda dos governos estaduais e municipais seja algo artificial, uma espécie de “idéia fora do lugar”, resultado de imposição de agendas externas à realidade do país. Pelo contrário, os programas aqui analisados sugerem estar ocorrendo uma permeabilidade maior da gestão pública a questões relevantes para a população a ser atendida, processo em que vêm à tona demandas de mulheres e de suas organizações, as quais têm sido gradual e progressivamente incorporadas por programas de governo.

É possível concluir, portanto, que os programas aqui analisados se inserem em processo mais abrangente de transformação que reflete, de um lado, a agenda de gênero – construída no país nas últimas duas décadas – e, de outro, a agenda de Reforma do Estado formulada desde o final dos anos 70 sob impacto da democratização, da crise fiscal e da globalização.

Atende-se, em primeiro lugar, à reivindicação por uma ampliação do espaço da cidadania, através da extensão de direitos a novos segmentos da população e da

inclusão destes novos segmentos na esfera do atendimento estatal (FARAH, 1998). As políticas e programas que incorporam gênero, podem ser entendidos como parte do processo designado por Bobbio como *multiplicação de direitos por especificação*, processo que, no Brasil, iniciou-se quando ainda havia um enorme desafio de *universalização* (extensão de direitos iguais para todos) e quando – diante da crise – iniciava-se a discussão sobre a necessidade de focalização das políticas sociais. Assim, os programas analisados, se, por um lado, podem ser vistos como um movimento de extensão da cidadania, também assumem, num quadro de crise e de ajuste fiscal, em alguns casos, a característica de focalização da ação estatal para grupos mais vulneráveis. Tal é o caso dos programas de geração de emprego e renda e dos de saúde materno-infantil, aqui analisados, em que há atendimento prioritário a mulheres.

É preciso destacar, finalmente, que, como todo processo de mudança, a incorporação de gênero pelas políticas públicas não é um processo linear e unidirecional, ocorrendo uma convivência do “novo” com o “velho”. Ao lado de avanços, “afinados” com a agenda de reforma sugerida pelas entidades de gênero, persistem práticas que reiteram desigualdades entre homens e mulheres. Assim, embora todos os programas analisados contemplem a dimensão gênero, nem todos integram a perspectiva ou enfoque de gênero no sentido de promover efetivamente a redução de desigualdades de gênero. Mas a maior parte das iniciativas apresentadas neste relatório efetivamente incorpora esta perspectiva, estando, neste sentido, na “vanguarda” de suas respectivas áreas, podendo ser entendidas como parte de um processo gradual de aprofundamento de uma prática mais igualitária na gestão pública brasileira e na própria sociedade.

## VII. BIBLIOGRAFIA CITADA

AGENDE. *Considerando as diferenças de gênero: para uma política de igualdade entre homens e mulheres*. Brasília, Agende, 2001. (Programa de Disseminação de Inovações e Práticas Inovadoras em Gestão Pública Subnacional, Instituto Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania - EAESP-FGV e CEDEC, com apoio do BID). Texto digitado.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Federalismo e políticas sociais. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (org.) *Federalismo no Brasil*. São Paulo, FUNDAP, 1996.

BARROSO, Carmem. A mulher, o planejamento familiar e a administração municipal. IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM, 1991. p.135-148.

BARSTED, Leila de A. Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p.231-270.

BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez, FARAH, Marta Ferreira Santos e LACZYNSKI, Patrícia. Um primeiro olhar sobre o ciclo de premiação de 1998. In: BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez, MAURO, Carlos Eduardo Evangelisti e LACZYNSKI, Patrícia. *A administração pública inovando a forma de governar: apresentação dos 631 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1998*. São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo, Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. *Lua Nova*, n. 33, p. 5-17, 1994.

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BRUSCHINI, Cristina, ARDAILLON, Danielle e UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo, Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (org.). *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- CARRANZA, Maria. Saúde reprodutiva da mulher brasileira. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p. 95-150.
- CORRÊA, Sonia. Educação sanitária e ambiental: o papel da mulher e a responsabilidade dos agentes. IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM, 1991. p. 187-208.
- COSTA, Bruno Lazzaroti, CARNEIRO, Carla Bronzo e VEIGA, Laura da. *Desafio e inovação em políticas públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 3).
- CRUZ, Maria do Carmo Meirelles. *Consórcios intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente*. São Paulo, Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. (Texto elaborado no âmbito do Programa de Disseminação de Inovações e Práticas Inovadoras em Gestão Pública Subnacional).
- DRAIBE, Sonia. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, 17, p.86-101, 1993. (Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo).
- DRAIBE, Sonia. *Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes*. Nepp, UNICAMP/CEPAL, Projeto Reformas de políticas para

umentar a efetividade do Estado na América Latina, 1992. (Texto datilografado).

DRAIBE, Sônia. Miriam. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. *São Paulo em perspectiva*, v.11, n.4, p.3-15, out.-dez. 1997.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, 28/29, p.107-156, 1993.

FALÚ, Ana e RAINERO, Liliana. *Pobreza urbana y genero*. Taller sobre Pobreza Urbana em América Latina y el Caribe. Rio de Janeiro, 14-16 maio 1996 (Issues Notes).

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *RAP – Revista de Administração Pública*, v.35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOSA, Helio Batista. *Novas experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. *Organizações e Sociedade*, v.7, n.17, p 59-86, janeiro/abril 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas na esfera local de governo. *Organizações e sociedade*, v.6, n.14, p.65-104, 1999.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo*. São Paulo, NPP/EAESP-FGV, 1998 (Relatório de pesquisas n.18/1998).

*GÊNERO nas Administrações: desafios para prefeituras e governos estaduais*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2000.

GIFFIN, Karen. A mulher, a cidade e os programas sociais. IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991. p.169-186.

HEILBORN, Maria Luisa. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991.

HITA, Maria Gabriela. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. *Lua Nova*, n. 43, p. 109-131, 1998.

[HTTP://inovando.fgvsp.br](http://inovando.fgvsp.br)

IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991.

JACOBI, Pedro e TEIXEIRA, Marco Antônio. *Criação do capital social: o caso da ASMARE*. São Paulo, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, vol. 2);

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, ano 4, 2º semestre 1996, p.464-479.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADERIA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher. Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Editora Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

LEVY, Evelyn. *Ganhar e ganhar: estratégias de negociação bem sucedidas entre municípios, estados e União*. São Paulo, Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. (Texto elaborado no âmbito do Programa de Disseminação de Inovações e Práticas Inovadoras em Gestão Pública Subnacional).

LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo, Nobel, 1991.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*, Zahar/ENAP, 1997.

- O'DONNEL, Guillermo. Reflexões comparativas sobre políticas públicas e consolidação democrática. In: MOURA, Alexandrina Sobreira. *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo, Vértice, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1989. pp. 390-391.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995)*. Brasília, <http://www.celim.org.br>, s/d.
- PINHO, José Antonio Gomes, SANTANA, Mercejane Wanderley e CERQUEIRA, Margarida Bandeira. *Gestão pública em busca de cidadania: experiências de inovação em Salvador*. São Paulo, FGVSP, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.5).
- PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. Trabalhando para mulheres. Apresentação. IN: IBAM. *Mulher e políticas públicas*. IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991. p.111-118.
- PLATAFORMA DE ACCION. *Borrador del documento que se aprobara en la IV Conferencia Mundial sobre las Mujeres*. Beijing, Septiembre, 1995.
- PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. *Lua Nova*, n.32, 1994. p. 124-131.
- REINACH, Henrique. Construção habitacional por ajuda mútua. *Espaço e Debates*, ano5, n.14, p. 23-45, 1985.
- RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996. Rio de Janeiro: IPEA, Brasília, DF: PNUD, 1996.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p. 151-187.

- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 34, p. 38-47, 1988.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- SPINK, Peter Kevin e CLEMENTE, Roberta (org.). *Vinte Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. Editora da Fundação Getulio Vargas, 1ª edição, 118 p., Rio de Janeiro, 1997.
- SPINK, Peter. The rights approach to local public management: experiences from Brazil. *Revista de Administração de Empresas*, 40, p.45-65, 2000.
- SPINK, Peter. Construção da cidadania: inovações e mudanças no espaço público. IN: WOOD, Thomas Jr. *Gestão empresarial: oito propostas para o terceiro milênio*. São Paulo, Ed. Atlas, 2001.
- SUPLICY, Marta. *Conferência Mundial*. Brasília, <http://evirt.com.br/> mulher/cap.23), s/d.
- TEIXEIRA, Marcos Antonio Carvalho. Crédito comunitário: a experiência do PORTOSOL. In: FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 Experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme e STORINO, Gylcilene Ribeiro. *A sociedade é protagonista na relação com o Estado?* São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2000. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.15)
- TENÓRIO, Fernando Guilherme e ROZENBERG, Jacob Eduardo. *Gestão Pública e Cidadania: Metodologias Participativas em Ação*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, vol. 7, São Paulo, junho 1997.
- THE WORLD BANK. *Toward gender equality: the role of public policy*. Washington, D. C., 1997.

UNIÃO DAS MULHERES DE SÃO PAULO. *A violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política*. São Paulo, União das Mulheres de São Paulo, 1997.

## **VIII. ANEXOS**

## ANEXO 1 – FICHA DE INSCRIÇÃO

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

Nº \_\_\_\_\_ /97

preenchimento pela Coordenação do Programa

Preencha todos os campos em letra de forma.

Não esqueça de preencher as informações complementares no verso.

É permitido tirar xerox desta ficha para mais de uma inscrição.

Enviar esta ficha acompanhada de 10 cópias xerox.**IMPORTANTE:** para que sua inscrição seja válida, esta ficha deve estar assinada pela autoridade do órgão responsável (vide regulamento).**INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS**

1 . nome do projeto, programa ou atividade: \_\_\_\_\_

2 . área (códigos no verso do folder): \_\_\_\_\_

3 . órgão público responsável pela inscrição: \_\_\_\_\_

municipal ( ) estadual ( ) indígena ( ) outros ( ) \_\_\_\_\_  
(endereço) \_\_\_\_\_

(cidade) \_\_\_\_\_ (estado) \_\_\_\_\_ (CEP) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

(tel - DDD + nº) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ramal: \_\_\_\_ (fax - DDD + nº) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

4 . pessoa responsável pelo projeto, programa ou atividade: (nome) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (cargo) \_\_\_\_\_

5 . outras entidade(s) governamentais envolvida(s): \_\_\_\_\_

6 . organização(s) da sociedade civil envolvida(s): \_\_\_\_\_

7 . local(is) de implantação: \_\_\_\_\_

8 . data de início do projeto, programa ou atividade: \_\_\_\_\_

**AUTORIZAÇÃO PARA A INSCRIÇÃO**

Confirmo as informações e autorizo a inscrição no Programa GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA.

nome: \_\_\_\_\_

cargo: \_\_\_\_\_

data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

assinatura\*: \_\_\_\_\_ \*

\*assinatura da autoridade responsável (vide regulamento)

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

1. Liste os objetivos do projeto, programa ou atividade, por ordem de importância.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Quais as características do projeto, programa ou atividade e qual seu público alvo?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3. Em que aspectos, o projeto, programa ou atividade inova em relação a práticas anteriores e em relação a outros similares de seu conhecimento?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

LISTA DOS CÓDIGOS DE ÁREA, ESCOLHA AQUELE QUE MAIS SE ADAPTE AO PROJETO, PROGRAMA OU ATIVIDADE.

<p>1. ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO</p> <p>1.1 Formas de Gestão e Planejamento</p> <p>1.2 Relações Intergovernamentais</p> <p>1.3 Relações Intragovernamentais</p> <p>1.4 Patrimônio Público</p> <p>1.5 Finanças e Orçamento Público</p> <p>1.6 Sistemas de Fiscalização e Controle</p> <p>1.7 Sistemas de Informação</p> <p>1.8 Consórcios Intermunicipais</p> <p>1.9 Participação Popular</p> <p>1.10 Desenvolvimento e Administração de Pessoal</p>	<p>2. INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE</p> <p>2.1 Saneamento (água e esgoto)</p> <p>2.2 Energia e Recursos Minerais</p> <p>2.3 Trânsito e vias Públicas</p> <p>2.4 Telecomunicações</p> <p>2.5 Urbanismo, Uso e Ocupação do Solo</p> <p>2.6 Prevenção de Acidentes em Áreas de Risco</p> <p>2.7 Recursos Hídricos, Irrigação e Drenagem</p> <p>2.8 Controle de Poluição</p> <p>2.9 Limpeza Pública e Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Lixo</p> <p>2.10 Preservação de Ecossistemas e Reflorestamento</p>
<p>3. SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>3.1 Educação</p> <p>3.2 Saúde</p> <p>3.3 Habitação</p> <p>3.4 Transporte Público</p> <p>3.5 Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico</p> <p>3.6 Lazer e Esportes</p> <p>3.7 Segurança Pública e Policiamento</p> <p>3.8 Assistência Social</p> <p>3.9 Previdência Social</p> <p>3.10 Abastecimento</p>	<p>4. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS</p> <p>4.1 Criança e Adolescente</p> <p>4.2 Idoso</p> <p>4.3 Negro</p> <p>4.4 Mulher</p> <p>4.5 Deficiente</p> <p>4.6 Consumidor</p> <p>4.7 Minorias</p>
<p>5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</p> <p>5.1 Ciência e Tecnologia</p> <p>5.2 Indústria, Comércio, Serviços</p> <p>5.3 Agropecuária e Pesca</p> <p>5.4 Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis</p> <p>5.5 Reforma Agrária</p> <p>5.6 Formação de Mão-de-Obra e Geração de Emprego e Renda</p> <p>5.7 Melhoria das Condições e das Relações de Trabalho</p>	<p>6. LEGISLATIVO</p> <p>7. JUDICIÁRIO</p> <p>8. OUTROS (especifique)</p>

## ANEXO 2 – FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA  
(CICLO DE 1997)**

- Responda às seguintes perguntas, lembrando que será com base em suas respostas que o seu projeto, programa ou atividade será avaliado. Portanto, seja preciso e objetivo, atendo-se ao que está sendo perguntado em cada questão.
- Nenhuma resposta deverá ter mais do que uma página.
- No total, suas respostas não deverão somar mais do que 7 páginas.
- Lembre-se de que todos os vinte finalistas receberão visitas de campo, durante as quais serão verificadas *in loco* as informações prestadas.

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do projeto, programa ou atividade, por ordem de prioridade.
2. Descreva como o projeto, programa ou atividade é, concretamente, operacionalizado. Qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de ação? Caso haja interface com outro(s) projeto(s) ou atividade(s), individualmente ou dentro de um programa maior, indique-o(s), apresentando como se dá esta integração.
3. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados ? Que percentual da clientela potencial isto representa ? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do projeto, programa ou atividade?
4. Qual é o gasto orçamentário anual do projeto, programa ou atividade ? Quais são as fontes de recurso financeiro (locais, estaduais, federais, privadas) ? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes ? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo projeto, programa ou atividade?
5. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem.
6. Quando e como foi originariamente concebido o projeto, programa ou atividade ? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is)?
7. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que incrementos foram sendo realizados desde o início de operação do projeto, programa ou atividade?
8. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos ? Quais deles ainda persistem?
9. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do projeto, programa ou atividade? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do projeto, programa ou atividade.
10. Qual é a mais importante conquista de seu projeto, programa ou atividade até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?
11. Em que aspectos seu projeto, programa ou atividade inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

12. Como seu programa, projeto ou atividade incorpora a problemática da mulher? Se for o caso, esclareça em que especificidade da situação da mulher ela é contemplada.
13. Quantos homens e quantas mulheres participam diretamente da operação de seu projeto, programa ou atividade? Percentualmente, qual a distribuição de homens e mulheres no público alvo de seu projeto, programa ou atividade?
14. Caso seu projeto, programa ou atividade já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA em 1996, qual a diferença que ele apresenta neste ano em relação ao ano passado?
15. Qual é a mais significativa deficiência do projeto, programa ou atividade?

## ANEXO 3 – FICHAS ANALÍTICAS

## SUMÁRIO

### **PROGRAMAS COM FOCO NA QUESTÃO DE GÊNERO**

Planejamento Familiar .....	126
Projeto Amigas da Gente.....	131
Projeto de Orientação, Apoio de Base e Cidadania às Gestantes e Nutrizes para 1997 .....	136
Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM .....	141
Projeto Atenção à Mulher na Terceira Idade .....	147
Atenção ao Aborto Previsto em Lei no Estado de Pernambuco .....	152
Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local .....	158

### **PROGRAMAS QUE INCORPORAM A QUESTÃO DE GÊNERO**

Projeto Nossa Quadra.....	164
Programa Agentes Comunitários de Saúde .....	168
Programa Mutirão Tudo Limpo.....	173
Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural - PROVE .....	177
Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo .....	182
Programa Médico de Família .....	187
Centro de Orientação e Apoio Sorológico .....	191
Projeto Pró-Renda.....	196

---

Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola .....	201
Educando e Profissionalizando.....	206
Programa de Geração de Emprego e Renda do Município de Vitória .....	210
Parque Municipal Horto de Maruípe .....	215
Uma mudança no paradigma de atenção à saúde .....	220
Trânsito: Cidadania e Responsabilidade.....	225
Pró-Ave Caipira .....	230
Programa Miguilim .....	235
Preservação da Vida .....	240
Projeto Saúde e Alegria .....	245
Centro de Referência e Atendimento ao Idoso CRAI .....	250
Projeto Escola Cidadã .....	255
MicroPontos de Apoio à Varrição .....	259
Vila Rural .....	264
Projeto Ônibus-Cidadão .....	269
Programa Sócio-ambiental de coleta de lixo de Embu.....	274
Casa Feliz .....	279
Programa Saúde da Família Curitibana .....	284
Programa Varjão Comunidade Cidadã .....	289
Associativismo Rural e Urbano: a Experiência de Várzea da Roça .....	294
Programa Mala do Livro – Bibliotecas Domiciliares .....	298
Instituição Comunitária de Crédito - Portosol .....	302

---

Ação Integrada nos Bolsões de Pobreza Urbana.....	307
Programa de Construção em regime de Mutirão.....	312
Programa de Auxiliar de Enfermagem Comunitário – PAEC .....	316
Assistência Mãe-Canguru.....	320

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PLANEJAMENTO FAMILIAR

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

N.º DE INSCRIÇÃO: 010/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: São Leopoldo

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Trata-se de programa que presta esclarecimento sobre planejamento familiar, prestando atendimento médico, psicológico e de assistência social. O objetivo do programa é prover as mulheres de São Leopoldo de condições para o exercício da regulamentação de sua fertilidade, assegurando o fornecimento de anti-concepcionais.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria de Ação Social*

Outros

#### 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Secretaria da Saúde*
- Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG
- Setor privado
- Comunidade
- Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1.994

## 8. PÚBLICO-ALVO

Adultos e adolescentes de 12 a 18 anos.

## 9. RECURSOS

Informações não disponíveis.

**III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Planejamento familiar.

## 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atendimento médico, psicológico e de assistência social. Orientação e divulgação de informações relativas à fertilidade, à condição de gestante e à DST. Fornecimento de DIU, pílulas anti-concepcionais e preservativos. Realização de laqueaduras e vasectomias, quando autorizado.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/Integral  
 Outro

Por que ?

Porque, embora focalizando uma questão específica – o planejamento familiar – procura fazê-lo através de uma abordagem multidisciplinar.

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Embora baseado na noção de direitos, o programa caracteriza-se por uma relação assimétrica entre poder público e clientela atendida. Pode, no entanto, pelo conteúdo das informações transmitidas, vir a propiciar maior participação das mulheres "em seu próprio destino" (planejamento familiar).

## 15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

Por que?

Não existe no material disponível nenhuma indicação de que este programa seja decorrente de demandas de movimentos sociais em São Leopoldo.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Assegura à mulher o direito ao exercício pleno da regulamentação da fertilidade, sendo esta uma reivindicação antiga de movimentos feministas.

#### IV – ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

Sem resposta

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO AMIGAS DA GENTE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Centro Comunitário de Defesa da Cidadania - CCDC

N.º DE INSCRIÇÃO: 063/97

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

O PROJETO AMIGAS DA GENTE - que se volta prioritariamente a jovens gestantes de 13 a 20 anos - procura possibilitar à mulher um maior conhecimento de seu corpo e da sua sexualidade. Além disso, este programa busca encaminhar as mulheres à escola e inseri-las no mercado de trabalho formal ou informal. Estes objetivos são alcançados a partir da realização de um trabalho de conscientização relativo à concepção e à contracepção, o qual aborda também a realidade social em que estão inseridas.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Centro Comunitário de Defesa da Cidadania - CCDC*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível Outro nível *Integração Obra Social do Estado do Rio de Janeiro*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros não especificada5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade Outros *Igreja Católica e Igreja Evangélica*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros não especificada

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1.995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres residentes no município do Rio de Janeiro, geralmente de classe social baixa e pouca instrução, priorizando-se o atendimento de gestantes com idade entre 13 e 20 anos.

## 9. RECURSOS

Informações não disponíveis.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Planejamento familiar e sexualidade.

### 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Palestras e reuniões de conscientização e discussão sobre sexualidade, contracepção, violência, etc. Encaminhamento para rede pública de educação e para o mercado de trabalho.

### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/Integral  
 Outro

Por que?

Atendimento à mulher abordando diversos aspectos simultaneamente.

### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Embora não envolva a participação das mulheres, procura estimular a emancipação das mulheres atendidas, tanto no que se refere à sua sexualidade, como com relação a sua inserção no mercado de trabalho.

15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

Por que?

Não há indicações de que este programa tenha surgido de demandas específicas de movimentos sociais em sua localidade de implantação.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Aborda temáticas centrais do agenda relativa a gênero: sexualidade e geração de emprego e renda.

## IV – ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

Sem resposta

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO DE ORIENTAÇÃO, APOIO DE BASE E CIDADANIA  
ÀS GESTANTES E NUTRIZES PARA 1997

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de  
Assistência e Promoção Social

N.º DE INSCRIÇÃO: 077/97

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Guariba

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa que, a partir de um foco multidisciplinar, pretende prestar atendimento a mulheres gestantes e nutrizes sem situação conjugal definida, migrantes e em situação de carência. O atendimento prestado visa resgatar a cidadania das mulheres atendidas, prestando apoio médico preventivo, estimulando o aleitamento materno e o processo de vacinação, provendo suplementação alimentar e auxiliando na confecção do enxoval do nenê, além de realizar atividades de conscientização e educação para a mudança social, procurando estimular a participação em associações.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Prefeitura Municipal de Guariba/Secretaria Municipal de  
Assistência e Promoção Social*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Fundo Social de Solidariedade*  
 Outro nível *Centro de Saúde III*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade *Centro Social Comunitário Cristo Rei*  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros não especificado

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1.987

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres gestantes e nutrizes em idade precoce, normal e de menopausa (13 a 40 anos), sem situação conjugal definida, migrantes, com vínculo de promiscuidade e em situação de carência.

## 9. RECURSOS

Não há informações sobre os recursos despendidos.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde materno-infantil

## 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Resgate da cidadania por intermédio de: 1) educação de base para a transformação social; 2) incentivo à amamentação; 3) reforço à importância da vacinação; 4) fornecimento de suplementação alimentar; 5) incentivo à participação em diversas associações comunitárias; 6) realização de palestras multiprofissionais de ação mais abrangente; 7) auxílio na confecção do enxoval; e 8) articulação de recursos.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/Integral
- Outro

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Privilegia-se, apesar do enfoque multidisciplinar, a atuação do poder público local segundo um modelo de assistência social, no qual, a despeito da realização de diversas palestras e atividades conscientizadoras, não há um diálogo institucionalizado entre o poder público e a sociedade. Prevalece ainda uma relação assimétrica do tipo outorga, apesar da referência ao estímulo à participação em associações (nesta referência mencionou-se associações "a serem criadas").

15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

Por que?

Não há elementos que indiquem ser esta política uma resposta a movimentos sociais em sua localidade de implantação.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Trabalha uma problemática sempre presente nas reivindicações de mulheres no Brasil: o atendimento médico e apoio social para gestantes e nutrízes em situação de risco. No entanto, não incorpora a perspectiva de atenção integral (PAISM).

#### IV – ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

Sem resposta

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CIAM

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

N.º DE INSCRIÇÃO: 103/97

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Bauru

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa voltado para o público feminino, especialmente para mulheres a partir dos 15 anos de idade, vitimizadas por qualquer tipo de violência. O CIAM presta serviços de apoio multidisciplinar, com o intuito de fortalecer a auto-estima e a defesa dos direitos civis das mulheres. Além disso, este programa visa combater, no nível municipal de governo, todas as formas de violência e de discriminação que incidam sobre a problemática de gênero, conforme o disposto na Convenção Paulista sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e no I Fórum da Mulher de Bauru.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Prefeitura Municipal/CIAM*
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Secretaria do Bem Estar Social (Plantão Social, creches municipais, Centro de Pesquisa e Encaminhamento para o Trabalho); Secretaria Municipal de Saúde (Núcleo de Apoio Psico-Social, Serviço de Prevenção e Orientação ao Câncer, Centro de Orientação e Apoio Sorológico, Programa de Atenção ao Idoso, Unidades básicas de Saúde, Pronto Socorro, Ambulatório de Saúde Mental); Centro de Orientação para o Trabalho; Secretaria de Educação; Empresa Circular Cidade de Bauru; Poder Legislativo e Conselho Municipal da Condição Feminina.* Outro nível *Secretaria Estadual de Saúde; Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus Tratos à Infância; Conselho Tutelar; Poder Judiciário; Delegacia de Defesa da Mulher; UNESP.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros *Prestação de serviços diversos.*5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *Fundação Veritas; Sociedade Beneficente Cristã .* Setor privado *Universidades* Comunidade *Albergue Noturno* Outros *Conselho Metropolitano; Conselho Estadual da Condição Feminina; Conselho Federal da Condição Feminina, Maçonaria.*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros Prestação de serviços.

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1.995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres com idade a partir de 15 anos, de baixa renda, vitimizadas por qualquer tipo de violência e desrespeito a seus direitos civis. Foram atendidas no período de um ano a partir de junho de 1996 o total de 721 mulheres, cerca de 25% da "demanda" direta ao centro.

## 9. RECURSOS

O gasto anual foi de R\$ 132.543,87 - totalmente financiado pela Prefeitura Municipal, sendo R\$ 18.281,02 gastos com aluguéis e manutenção e R\$ 114.262,85 gastos com salários e encargos.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE SIM)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência contra a mulher e discriminação de gênero

#### 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Inicialmente o CIAM realiza um primeiro atendimento, no qual se realiza uma avaliação da saúde da paciente e se recolhem informações de cunho social, como situação econômica e psicológica, e se inicia um trabalho de conscientização acerca dos direitos civis das mulheres.

Posteriormente, realiza-se o acompanhamento caso a caso, incluindo:

- 1) Atendimento social – no qual se realizam visitas domiciliares, entrevistas e estudos de casos para se conhecer a realidade vivenciada pela mulher e providenciar o atendimento de suas necessidades básicas;
- 2) Atendimento psicológico, por meio de psicoterapia individual, grupal e de casal. O intuito desta fase do trabalho consiste no conhecimento da realidade das mulheres atendidas, sob um enfoque que privilegie a problemática de gênero, para encaminhamento de possíveis soluções;
- 3) Atendimento jurídico, com o intuito de informar e assessorar a mulher no que diz respeito a processos de separação consensual e litigiosas, investigação de paternidade, divórcios, disputa pela guarda de filhos menores e em relação a problemas de ordem econômica, como extinção de sociedades e arrolamento de bens.

### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/Integral  
 Outro

Por que? A atuação integral caracteriza as atividades e serviços prestados pelo CIAM, decorrente de uma concepção abrangente da problemática feminina. O programa se caracteriza ainda pela interação entre órgãos do poder público (municipal, de outras esferas de governo) e pela interação com o público-alvo e a sociedade de forma geral.

### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

O programa foi concebido a partir de uma consulta à comunidade, promovida pelo Conselho Municipal da Condição Feminina, durante o I Fórum da Mulher em 1993, em que está apontada a necessidade de um maior aparelhamento do setor público para atender a problemática da mulher vítima de violência, além da Delegacia de Defesa da Mulher. Por outro lado, o programa estimula a superação da situação de vítima pelas mulheres e o resgate da auto-estima.

15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

Por que?

Vide questão anterior.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque busca atender uma das primeiras reivindicações de movimentos feministas, nos anos 80, no país, relativas ao combate à violência contra a mulher, ao fim da discriminação de gênero e à consolidação dos direitos civis femininos.

#### IV – ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

Sem resposta

Segundo a coordenação, “o Programa compreende a situação da mulher a partir de uma concepção de gênero, isto é, que os papéis alocados à mulher e ao homem são socialmente constituídos e que nesta construção existe uma série de conflitos resultantes das relações de poder concebidas historicamente, tendo como produto a violência de gênero. Tendo em vista esta situação, o Centro busca atender a especificidade da violência contra a mulher.”

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO ATENÇÃO À MULHER NA TERCEIRA IDADE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal/Coordenadoria Especial da Mulher

N.º DE INSCRIÇÃO: 165/97

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Londrina

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa que objetiva prestar atendimento integral de saúde a mulheres idosas de baixa renda. Através de um atendimento multidisciplinar, o programa procura estimular a auto-expressão e a recuperação da auto-estima das mulheres.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Prefeitura Municipal/Coordenadoria Especial da Mulher*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível Outro nível *Universidade Estadual de Londrina; Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *Projeto UNI - Fundação Kellog* Setor privado Comunidade *Associação de Moradores; Clubes de Mães; Pastorais.* Outros *Conselho de Saúde da Região Sul.*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1.994

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres de baixa renda, residentes em Londrina e com idade a partir dos 50 anos. Atualmente são atendidas 134 mulheres. A mulher vítima de violência faz parte do público-alvo do programa.

## 9. RECURSOS

R\$ 24.651,23 gasto anual sendo 97,57% bancados pelo estado e 2,43% recursos próprios do município.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Atendimento multidisciplinar à mulher na Terceira Idade.

### 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atendimento realizado no Centro de Atendimento à Mulher com apoio psicológico, social, jurídico e educativo. Realização de sessões de sensibilização corporal, terapia ocupacional, atendimento jurídico e na área de saúde, além de acompanhamento externo.

### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/Integral  
 Outro

Por que?

Porque procura atender a mulher idosa considerando os diversos enfoques de sua problemática, incluindo desde a questão da saúde até o atendimento social e jurídico, passando pelo processo de conscientização psicológica e por terapias corporais.

### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Em primeiro lugar, porque o programa respeita as reivindicações das mulheres – em segundo lugar, porque as mulheres participam ativamente de seu desenvolvimento (definição da programação, implementação das atividades); em terceiro, pela perspectiva emancipadora que caracteriza o programa.

15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

Por que?

O programa surgiu a partir de demanda da sociedade: a proposta do projeto decorre de reivindicação de mulheres apresentada em assembléia do Programa Orçamento Participativo.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Embora com foco em um segmento específico – a mulher na Terceira Idade – o programa se aproxima das propostas do PAISM – de atendimento da mulher em todas as etapas de sua vida - por incluir na atenção à saúde uma parcela habitualmente negligenciada da população feminina. Além disto, o programa também atende às propostas de atenção integral, ao não se restringir à ação em saúde.

## IV – ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

Sem resposta

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: ATENÇÃO AO ABORTO PREVISTO EM LEI NO ESTADO DE PERNAMBUCO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Estadual de Saúde

N.º DE INSCRIÇÃO: 168/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa voltado à conscientização acerca do aborto previsto em lei e ao atendimento de mulheres com gestação de risco e gestação resultante de estupro para a realização do aborto assistido. Estes atendimentos são realizados por equipes multidisciplinares em dois hospitais públicos de Recife e têm por objetivo, além de respeitar os acordos firmados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing - 1995, contribuir para a redução da taxa de morbi-mortalidade materna em Pernambuco.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Secretaria Estadual de Saúde - Diretoria de Assistência à Saúde*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Maternidade do CISAM - Universidade de Pernambuco e Hospital Agamenom Magalhães* Outro nível *Ministério Público*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução *apoio jurídico (Min. Público); atendimento (maternidades).* Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *IPAS (EUA), Justiça seja Feita* Setor privado Comunidade *Grupo de Mulheres* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão *Movimentos de Mulheres*
- Implementação/execução *assessoria na área de saúde (IPAS);  
assessoria jurídica (Justiça seja Feita).*
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo potencial corresponde à população de mulheres em estado fértil, o que corresponde a aproximadamente 1.750.000 mulheres no estado de Pernambuco. O número de gestantes com risco de vida e de mulheres que sofreram violência sexual não está disponível pelas próprias dificuldades e preconceitos que cercam esta situação. Em seu primeiro ano de funcionamento, o programa atendeu 10 casos, sete caracterizados como gestação de risco e três caracterizados como violência sexual.

## 9. RECURSOS

O montante de recursos gastos não é discriminado, estando incluído nos gastos com internações obstétricas apresentado à Secretaria Estadual de Saúde pelas unidades de referência.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE SIM)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da mulher.

### 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1) Atendimento do aborto previsto em lei, através de aspiração manual intra-uterina, em duas unidades de referência, as quais possuem seus serviços definidos e regulamentados pela Secretaria de Saúde. 2) Sensibilização de atores sociais, processo coordenado pelo movimento de mulheres. 3) Divulgação em parceria com Ong das atividades deste programa. 4) Serviços jurídicos para informar e capacitar agentes de saúde envolvidos no programa sobre os aspectos jurídicos referentes a esta problemática.

### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/Integral  
 Outro

Por que ?

Porque atua não só na questão da saúde como também em aspectos legais e jurídicos diretamente relativos ao aborto previsto em lei. Além disso existe uma preocupação com a divulgação de informações e com a conscientização popular acerca do aborto previsto em lei.

### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Porque, conforme a documentação do programa, este se originou de um amplo debate social e político iniciado por movimentos de mulheres (inclusive no Estado de Pernambuco) e posteriormente encampado pelo poder público. Atualmente o programa mantém essa interface entre comunidade e poder público, visto que a participação de movimentos comunitários e organizações não-governamentais continua expressiva.

### 15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

Por que?

Vide resposta anterior.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

O direito à reprodução livre é uma reivindicação antiga dos movimentos de mulheres no Brasil. Uma das questões mais polêmicas acerca da reprodução em nosso país, que é o maior país católico do mundo, diz respeito ao aborto, o qual só é permitido por lei em casos de gestação de risco e gestação resultante de estupro. Mesmo sendo legalizado nestes casos, o aborto se mantém ainda como uma espécie de tabu, gerando controvérsias e discussões legais e de ordem moral, o que dificulta o atendimento médico adequado nestas situações. As mulheres mais prejudicadas são aquelas oriundas das classes mais baixas, que não possuem recursos para efetuar um aborto em hospital privado e acabam praticando ações de risco à sua própria vida, procurando serviços clandestinos como se lê em documento do programa: "*no caso de risco de vida, ela ficavam expostas à decisão da equipe médica do serviço onde faziam o pré-natal, sem poder recorrer a outro centro caso discordarem da opinião daquela equipe*", e adotando a auto-medicação.

#### IV – ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA CIDADANIA FEMININA, DIREITO HUMANO  
UNIVERSAL, PRIORIDADE LOCAL

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM

N.º DE INSCRIÇÃO: 214/97

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Este programa, inspirado nas diretrizes determinadas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, ocorreu em fases distintas. Numa primeira etapa, mobilizou-se a população feminina, sendo promovidas discussões acerca das prioridades de políticas públicas nas esferas locais de governo. Estas discussões, realizadas à luz dos acontecimentos de Beijing, culminaram na assinatura da Convenção Fluminense pela Efetiva Cidadania da Mulher, pelo governador de estado e por todos os prefeitos do Rio de Janeiro. Na segunda etapa, em desenvolvimento, busca-se a capacitação de quadros técnicos e gerenciais da administração pública, para a implantação das políticas públicas sugeridas na etapa anterior. O programa também buscar qualificar a comunidade participante para o acompanhamento e monitoramento das políticas no nível local. O objetivo do programa é a inclusão da ótica de gênero no planejamento das políticas públicas estaduais.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM*
- Municipal
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Secretaria de Estado do Trabalho, Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher - São Gonçalo, Assembléia Legislativa; EMATER-RJ, Academia de Polícia.*
- Outro nível *Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *A lista das organizações da sociedade civil organizada reúne cerca de 300 entidades.*
- Setor privado *SENAC, SEBRAE, Pequenos Empresários.*
- Comunidade *Conselhos Municipais*
- Outros *Sindicato das Empregadas Domésticas, Comerciantes*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão *Proposição de políticas públicas.*
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Doações*

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

População feminina residente no estado do Rio de Janeiro e autoridades públicas.

## 9. RECURSOS

R\$ 350.000,00 é a previsão para 1.998, R\$ 250.000,00 foi o realizado de 1.997, .

A principal fonte de recursos é o governo do estado, depois a UNIFEM com R\$ 5.000,00.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE SIM)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Incorporação da questão de gênero pelas diversas políticas públicas.

### 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Inicialmente formaram-se nove cordenações do CEDIM distribuídas pelo estado do Rio de Janeiro. Essas cordenações promoveram encontros e discussões com lideranças municipais, para explicar o que seria este programa e divulgar a Plataforma de Ação de Beijing. Posteriormente foram realizados nove encontros regionais que trabalharam o texto da Convenção Fluminense pela Efetiva Cidadania da Mulher e com base nesta convenção foram elaborados documentos municipais. Estes documentos serviram de base para reuniões com prefeitos e gestores municipais, das quais originaram-se cursos de preparação e capacitação destes profissionais para trabalharem a problemática da mulher. Por último, formaram-se grupos de trabalho com representantes da sociedade civil e do poder público para formular a implementação das políticas e posteriormente fazer a avaliação e o acompanhamento desta políticas. Iniciativas já implantadas: 1) Delegacia da Mulher (São Gonçalo); 2) Atendimento à mulher vítima de violência - curso para delegadas; 3) Disque mulher Guapirim, etc.

### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/Integral  
 Outro

Por que ?

Este programa possui uma atuação Multisetorial/Integral porque trabalha aspectos multidisciplinares em relação as atividades e serviços desenvolvidos. Além disso, a própria multiplicidade de políticas públicas desenvolvidas a partir deste programa demonstra seu caráter multisetorial/integral.

### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

O próprio programa é fruto de mobilização de movimentos de mulheres organizados. Além disso em todas suas interfaces ocorrem relações múltiplas com o poder público e a sociedade. Outra característica que deve ser ressaltada diz respeito à inspiração deste programa oriunda da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, 1995.

### 15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

Por que?

Porque resulta da mobilização de mulheres no estado do Rio, que deu origem em 1987 ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, responsável pela criação do programa.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Trata-se de programa baseado na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, a qual abordou diversas temáticas pertinentes à situação das mulheres no mundo, e do qual participaram representantes de movimentos de mulheres do Brasil. Destaca-se como uma recomendação básica relativa à incorporação da ótica de gênero por todas as políticas públicas.

#### IV - ANEXOS

17. Segundo a resposta dos responsáveis pelo programa, este incorpora a problemática de gênero?

Sim

Não

Sem resposta

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO NOSSA QUADRA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Administração Regional da Candangolândia/Governo do Distrito Federal

N.º DE INSCRIÇÃO: 005/97

ÁREA: Participação Popular

MUNICÍPIO: Candangolândia

ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa que estimula a participação popular por conjuntos habitacionais e por quadras, procurando desenvolver lideranças e promovendo iniciativas de interesse da comunidade, como, por exemplo, organização de eventos festivos, mutirões de limpeza e palestras de cunho sócio-educativo.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Administração Regional da Candangolândia - DF*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Serviço de Limpeza Urbana do DF, Polícia Civil do DF, Polícia Militar* Outro nível *Companhia de Polícia Florestal; Instituto Candango de Solidariedade; Base Aérea de Brasília*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *LBV* Setor privado *VASP, empresários.* Comunidade *Associação dos Carroceiros da Candangolândia.* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES VASP

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outro

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do programa constitui-se de todos os moradores locais, Atualmente cerca de 25% dos 15.000 habitantes da cidade-satélite estão diretamente envolvidos no programa.

## 9. RECURSOS

Os recursos utilizados não estão disponíveis, mas correspondem principalmente a despesas de custeio da Administração Regional.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Participação popular.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Candangolândia é uma cidade-satélite de Brasília com características de cidade-dormitório. Assim, grande parte de sua população economicamente ativa encontra-se fora de Candangolândia durante grande parte do tempo. As mulheres, principalmente as que realizam exclusivamente trabalho doméstico, permanecem na cidade-satélite e tornam-se parte integrante do programa. É expressiva a participação de mulheres entre as lideranças engajadas no projeto Nossa Quadra (33%). Além disto, o programa incorpora a questão de gênero ao promover palestras e campanhas educativas sobre os direitos da mulher, dentre as quais campanhas de combate a violência contra a mulher.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Ao estimular a participação da comunidade e da sociedade civil organizada, responde à reivindicação por democratização das políticas públicas. Ao incorporar entre as iniciativas do programa, palestras sobre direitos da mulher, atende a demandas relativas a programas de conscientização sobre a questão de gênero.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMAS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

N.º DE INSCRIÇÃO: 008/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Alcantil

ESTADO: Paraíba

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, de Alcantil, caracteriza-se pela capacitação de agentes comunitários para a realização de tarefas básicas na área de saúde. Para isso Alcantil, município de 4.310 habitantes, foi dividido em sete áreas abrangendo de cinco a oito localidades cada uma. Um morador de cada área é selecionado como agente de saúde, o qual passa a ser responsável por cerca de 300 famílias. O ACS busca cadastrar - através de visitas domiciliares - as diversas moléstias existentes em sua área, encaminhando os doentes para tratamento. Em relação à mulher, os ACS também fazem um trabalho específico, levantando informações sobre gestantes, mulheres em idade fértil e no climatério, para se proceder à prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama - garantindo a implantação do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. O ACS também promove um trabalho educativo, através de palestras sobre métodos contraceptivos e planejamento familiar, noções de higiene, aleitamento materno e dengue, e orientando a comunidade sobre a prevenção de doenças.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Prefeitura Municipal de Alcantil - PB*  
 Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível  
 Outro nível *Coordenação Nacional e Estadual do PACS / Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros *Prestar assessoria técnica e treinamento dos supervisores.*

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade *Associação de Moradores*  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1992

## 8. PÚBLICO-ALVO

População de Alcantil - 4.310 habitantes, sendo assistidas no ano de 1997, 42 gestantes, 4 gestantes desnutridas, 918 mulheres em idade fértil e 616 mulheres no climatério.

## 9. RECURSOS

R\$ 8.448,00 - Gasto anual da Federação (pagamento de 2 ACS)

R\$ 977,77 - Gato anual do Estado (pagamento do treinamento das Instrutoras/Supervisoras)

R\$14.400,00 - Gasto anual do Município (pagamento da instrutora, de mais 5 ACS, despesas com a multi-mistura, com treinamentos e com transporte e combustível). O que corresponde a 28% da verba municipal com a área de saúde.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

### (SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde pública.

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Entre as metas do programa estão a redução da morbi-mortalidade materna e infantil e a diminuição da incidência de câncer cérvico-uterino e de mama. Há focalização de grupos de riscos, com destaque à atenção materno-infantil. Assim, do total de beneficiários do programa, 68% são mulheres, distribuídas entre gestantes, gestantes desnutridas, mulheres em idade fértil, e mulheres no climatério.

13. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

As questões relativas à saúde da família fazem parte da agenda de reivindicações de movimentos organizados de mulheres, desde os anos 70. Além disso, o programa inclui de forma central a saúde da mulher. Além da atenção materno-infantil, que caracteriza programas mais tradicionais, o programa procura garantir atenção integral, através da incorporação das diretrizes do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA MUTIRÃO TUDO LIMPO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura de São Leopoldo/Secretaria de Ação Social

N.º DE INSCRIÇÃO: 012/97

ÁREA: Form. de Mão-de-Obra e Geração de Emprego e Renda

MUNICÍPIO: São Leopoldo

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este programa caracteriza-se pela criação de frentes de trabalho para desempregados, com dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho. Os desempregados são envolvidos na realização de serviços de limpeza e manutenção em logradouros e prédios públicos. As pessoas trabalham por cinco dias perfazendo 40 horas e após este período recebem como pagamento uma cesta básica de 23 Kg. Depois de um mês a pessoa pode voltar a realizar este serviço.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria de Ação Social*
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Secretaria de Obras* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade *Associações de Bairro* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

Desempregados do município com idade superior a 18 anos ou aposentados. São beneficiadas semanalmente 250 pessoas.

## 9. RECURSOS

R\$ 211.642,24 de gasto anual, o que representa 0,33% da receita orçamentária de São Leopoldo.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Embora o programa não tenha considerado originalmente a questão de gênero, cerca de 35% dos mutirantes são mulheres, a maioria em situação de risco social, abandonadas pelos maridos ou com maridos desempregados e geralmente com filhos para criar. Assim, embora o programa não tenha a dimensão gênero como um de seus componentes explícitos, ele atende também a mulheres.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque, embora propicie a geração de emprego e renda, o programa tem um caráter meramente emergencial e mesmo assistencialista, não possibilitando a modificação permanente da situação de pobreza da clientela atendida.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL - PROVE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Agricultura do Distrito Federal

N.º DE INSCRIÇÃO: 022/97

ÁREA: Agropecuária e Pesca

MUNICÍPIO: Brasília

ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Este programa se caracteriza pelo financiamento e implantação de pequenas agroindústrias coletivas ou individuais nas comunidades rurais do Distrito Federal. Com isso pretende-se diminuir o exôdo rural, gerando emprego e renda, além de dotar os beneficiários deste programa de noções de conservação ambiental. O apoio do poder público se dá em todas as etapas do processo, iniciando-se com a motivação do agricultor, passando por treinamentos, pelo financiamento e implantação da pequena agroindústria, indo até o processo de comercialização da produção.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Secretaria de Agricultura do Distrito Federal*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Banco de Brasília - BRB, , Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, CEASA - DF, Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal - DIPOVA, Instituto de Ecologia e Meio Ambiente*
- Outro nível *CNPq; EMATER - DF*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG
- Setor privado *Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB / Associação de Horticultores (programa complementar "Galpão do Produtor")*
- Comunidade
- Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste programa são pequenos produtores rurais excluídos do processo econômico, social e político, em situação de pobreza, que possuem 80% de sua renda originária do meio rural e renda per capita familiar não superior a meio salário-mínimo. O programa atingia em 96 cerca de 700 beneficiários diretos e indiretos, os quais representavam 17% do público potencial do programa.

## 9. RECURSOS

Para a meta de 300 agro-indústrias serão gastos R\$ 1.500.000,00, recursos estes que retornam ao BRB sob a forma de pagamento de empréstimos visto que 100% dos recursos é originária desta fonte. O orçamento do programa representa 0,7% do orçamento total do Governo do Distrito Federal.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda no meio rural.

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Apesar de não ser uma política dirigida especificamente à mulher, este programa acaba incorporando a problemática de gênero ao facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. 90% das agroindústrias são dirigidas por mulheres, ainda que dos beneficiários de financiamento, 80% sejam homens, pois estes são em geral os proprietários da terra.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A geração de emprego e renda e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, sobretudo a criação de oportunidades para a mulher da zona rural, constituem temas priorizados pelos movimentos e entidades de mulheres. No entanto, são pouco expressivos os financiamentos concedidos a mulheres, embora sejam estas as responsáveis pelos negócios.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA DE APOIO AO TRABALHADOR AUTÔNOMO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria do Estado do Trabalho

N.º DE INSCRIÇÃO: 053/97

ÁREA: Form. de Mão-de-Obra e Geração de Emprego e Renda

Município: Fortaleza (foco do programa)

ESTADO: Ceará

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Programa, implantado há 18 anos, de capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho de profissionais autônomos de baixa renda prestadores de serviços domiciliares. O Centro do Trabalhador Autônomo, responsável pelo treinamento, procura garantir que o trabalhador alcance independência, estimulando a auto-estima e a postura profissional.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual Secretaria do Estado do Trabalho - *Sistema Nacional de Emprego - SINE/CE*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

(SE SIM)

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Companhia de Eletrificação do Ceará*  
 Outro nível *Universidade Federal do Ceará; Escola Técnica Federal do Ceará; INSS.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros *Realização de cursos diversos.*

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ; Grupo de Apoio a Comunidades Carentes - GACC; Instituto de Prevenção a Desnutrição e Excepcionalidade - IPREDE.*  
 Setor privado *Escola de Nutrição; Deca; Tigre; Brastemp; Montana; SENAC-CE.*  
 Comunidade  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1980

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste programa constitui-se pelo universo dos trabalhadores autônomos/informais da cidade de Fortaleza. No ano de 1997, foram diretamente beneficiados 1.500 trabalhadores autônomos. A estes, somam-se cerca de 5.000 trabalhadores que já foram beneficiados pelo programa, totalizando 6.500 trabalhadores, os quais representam 7,4% dos trabalhadores de Fortaleza que encontram-se realizam serviços autônomos (cerca de 88.000 trabalhadores estimados). Além disso, são beneficiados pelo programa cerca de 13.000 unidades domiciliares que contratam os serviços oferecidos pelo Centro do Trabalhador Autônomo.

## 9. RECURSOS

R\$ 399.161,00 de gasto anual em 1996, o que corresponde a 3,2% da receita total do SINE. As fontes destes recursos são o Fundo de Amparo ao Trabalhador - MTb (9,2%), o Tesouro do estado do Ceará (83,6%) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ (7,2%).

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim  
 Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda no município de Fortaleza.

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

- Sim  
 Não

Por que?

Porque o mercado autônomo/informal caracteriza-se por uma presença preponderante da mulher. Cerca de 80% dos trabalhadores engajados neste programa são mulheres que buscam a capacitação e o treinamento para poderem se inserir no mercado de trabalho de Fortaleza. Diversas atividades são direcionadas para a mulher, havendo, por exemplo, palestras sobre gênero, sobre postura corporal no trabalho, além de procurar-se o aproveitamento das melhores profissionais como instrutoras. O programa procura também promover o associativismo por categorias profissionais, além de realizar censos na área de saúde da mulher (prevenção do câncer, higiene corporal), planejamento familiar e de relações familiares.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Ao destacar a importância do treinamento e da capacitação das mulheres, para que estas possam se inserir no mercado de trabalho, este programa atende a uma das principais reivindicações de movimentos organizados de mulheres, relativas à incorporação da mulher no mercado de trabalho. Neste caso específico, isto pode ser exemplificado pela profissionalização de serviços anteriormente concebidos como domésticos e, portanto, não valorizados, e que com este programa passam a possibilitar o sustento da mulher e em muitos casos passam a ser a principal fonte de renda da família. Além disso, há a incorporação de gênero pelo planejamento de atividades que tem como foco temas ligados à mulher.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria de Saúde

N.º DE INSCRIÇÃO: 054/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Niterói

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Este programa se caracteriza pela seleção de comunidades de acordo com indicadores sócio-econômicos, epidemiológicos e ambientais. As áreas selecionadas são divididas em setores que congregam cerca de 250 famílias cada um. Cada setor é atendido por uma equipe básica, composta por um médico generalista e um auxiliar de enfermagem oriundo da comunidade. O programa procura promover a mudança no modelo assistencial, enfatizando a prevenção e a promoção à saúde. Com esta perspectiva, são destacadas visitas domiciliares, além do atendimento ambulatorial. O programa é desenvolvido em regime de co-gestão, havendo participação de associações de moradores inclusive na contratação dos profissionais de saúde.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível  
 Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão *Secretaria de Ciência e Tecnologia;*  
*Câmara de Vereadores (aprovação do projeto)*
- Implementação/execução *Secretaria de Ciência e Tecnologia;*  
*Fundação Municipal de Saúde*
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG
- Setor privado
- Comunidade *Associações Comunitárias.*
- Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros Avaliação.

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *Ministério da Saúde de Cuba*

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão (*concepção do programa*)
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1991

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste programa são moradores de baixa renda que residem em grandes aglomerados urbanos de alta densidade populacional do município de Niterói, correspondendo a cerca de 42.000 pessoas em 12 comunidades diferentes, o que representa 10% da população total do município e 40% da população residente em localidades de risco.

## 9. RECURSOS

R\$ 3.794.241,49 de gasto anual no programa em 1996, sendo a fonte única de recursos o município de Niterói. Este montante representa cerca de 10% do gasto total dos recursos investidos na rede pública de saúde.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim Não

Por que?

Por um lado, o programa incorpora a questão de gênero, de forma indireta, ao se voltar à problemática da saúde da família, área de preocupação "tradicional" da mulher e objeto de reivindicações de movimentos sociais com forte participação de mulheres. Por outro lado, há metas específicas deste programa que atendem a reivindicações de movimentos de mulheres, como acompanhamento de gestantes e recém-nascidos, tratamento preventivo de câncer ginecológico, planejamento familiar, saúde reprodutiva, DST e AIDS.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

 Sim Não

Por que?

O programa atende a demandas levantadas por movimentos de mulheres no Brasil, ao incluir a atenção à saúde da mulher, envolvendo tanto o cuidado materno-infantil, como medidas preventivas relativas a doenças sexualmente transmissíveis e orientação para o planejamento familiar. Não há, no entanto, de forma explícita, a incorporação das recomendações relativas ao atendimento integral à saúde da mulher.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: CENTRO DE ORIENTAÇÃO E APOIO SOROLÓGICO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria Municipal de Saúde

N.º DE INSCRIÇÃO: 060/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: São José dos Campos

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa voltado para a prevenção da AIDS. Por intermédio do estímulo à realização do teste HIV, busca-se mudar o comportamento da população com comportamento de risco. Uma equipe multiprofissional realiza 400 testes por mês, trabalhando em frentes distintas, desde o diagnóstico até o encaminhamento e apoio aos soropositivos.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível Outro nível *Minsitério da Saúde - Programa Nacional de DST/AIDS*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo corresponde a qualquer pessoa que necessite realizar o teste de HIV. Estima-se em 40.000 pessoas a clientela potencial deste programa.

## 9. RECURSOS

R\$ 164.712,60 de gasto anual o que corresponde a 0,21% da receita da Secretaria Municipal de Saúde. As fontes destes recursos são o Ministério da Saúde com 48,52% e a prefeitura municipal com 51,48%.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

A mulher heterossexual é o grupo social que apresenta uma das maiores estatísticas de crescimento entre os contaminados por HIV. Este fato possui um impacto sobre o exercício da sexualidade e da reprodução por parte das mulheres, O programa introduziu, assim, nas atividades de aconselhamento, conteúdos voltados especificamente às mulheres: a) veiculação do filme "Mancha de Batom" que aborda esta questão de forma simples e direcionada para o público feminino; b) dados mostrando a progressão de incidência de AIDS em mulheres; c) informações sobre as principais formas de transmissão para o grupo feminino; d) ênfase à importância da utilização do preservativo e da negociação sexual com o parceiro. Também busca-se trabalhar a questão da mulher aidética e a maternidade, orientando as mulheres nestas condições para a realização de exames pré-natal, alertando-as para os problemas da contaminação via leite materno.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

O direito pleno à reprodução e à sexualidade constitui uma reivindicação de movimentos organizados de mulheres. Faz parte deste direito o acesso a informações que conscientizem a população. O programa em questão busca suprir esta demanda ao abrir espaço privilegiado para esta discussão junto à população feminina. Não há, no entanto, explicitamente, articulação com a perspectiva do PAISM – de atenção integral à saúde da mulher.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO PRORENDA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento

N.º DE INSCRIÇÃO: 075/97

ÁREA: Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis

MUNICÍPIO: diversos

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa que, por intermédio de uma integração entre Conselho Municipal, organizações de agricultores e universidades, procura promover a viabilidade econômica das pequenas propriedades rurais familiares do Rio Grande do Sul. Isso ocorre após a elaboração de um plano estratégico para a agricultura no município, com a participação de organizações e lideranças locais, que selecionam algumas comunidades de agricultores para participarem do programa. Estas comunidades são visitadas e as famílias que se interessam passam a participar do processo de formulação de diagnósticos, definição de prioridades e elaboração de um plano de ação. Posteriormente, com a ajuda de universidades, estes planos municipais são agregados, facilitando uma coordenação regional. A ênfase do programa consiste na consolidação de uma metodologia participativa de planejamento rural.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Secretaria da Agricultura e Abastecimento*
- Municipal
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *EMATER; Secretaria de Ciência e Tecnologia, Conselhos Regionais de Desenvolvimento; Universidades.*
- Outro nível *30 prefeituras municipais.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *Sociedade Alemã de Cooperação Técnica*
- Setor privado
- Comunidade *Grupos de Agricultores*
- Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1990

## 8. PÚBLICO-ALVO

O programa se dirige à propriedade familiar rural, destinando-se a famílias de agricultores residentes em propriedades de até 50 há. Atualmente são atendidas 3.000 famílias que correspondem a 15% da meta estipulada como clientela potencial. Há ainda um público-alvo indireto: organizações governamentais e não-governamentais que prestam serviço aos agricultores.

## 9. RECURSOS

R\$ 565.000,00 de gasto anual, sendo 42,4% oriundos do estado, 7% da EMATER, 18,6% da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, 23% das prefeituras envolvidas e 8,8% de ONG's.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento sustentável regional e local.

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O programa de forma "marginal" parece procurar integrar a questão de gênero, ao estimular a participação das mulheres nos processos participativos que caracterizam o projeto. As mulheres participam nos Conselhos Municipais (30% de mulheres). O programa, além disto, desenvolveu duas iniciativas diretamente ligadas à questão de gênero: a) encomendou à UFRGS o estudo "Mulheres e jovens trabalhadoras rurais face ao projeto" e b) promoveu em 1995 discussões sobre o tema "O trabalho de mulheres e jovens no projeto" em todos os grupos.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Informações não disponíveis

Por que?

Dentre as reivindicações de gênero no campo das políticas públicas incluem-se as relativas às mulheres trabalhadoras rurais (fixação à terra, apoio à atividade agrícola através de crédito, assistência etc) Não há informações suficientes sobre o programa que permitam afirmar em que medida tais reivindicações são integradas pelo projeto.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA CRIANÇA FORA DA RUA, DENTRO DA ESCOLA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará

N.º DE INSCRIÇÃO: 083/97

ÁREA: Criança e Adolescente

MUNICÍPIO: diversos

ESTADO: Ceará

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este programa objetiva a retirada de meninos e meninas da rua por educadores sociais e a recondução destas crianças à família e à escola. As crianças desenvolvem atividades sócio-educativas e as famílias são atendidas recebendo uma bolsa-aprendizagem, capacitação para o trabalho, financiamento de instrumentos de trabalho e apoio na recuperação de sua moradia, buscando-se uma solução duradoura para este problema social.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará - Secretaria do Trabalho e Ação Social*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Fundação da Ação Social; SINE; Secretaria da Educação do Estado do Ceará; Secretaria de Segurança Pública; Juizado da Infância e da Adolescência; Ministério Público; Conselho Tutelar; Polícia Militar; Delegacia de Combate a Exploração da Criança.* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros Capacitação e treinamento.5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *Conselhos Estadual e Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente; diversas entidades que atuam junta a crianças e adolescentes.* Setor privado *classe empresarial* Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado são as crianças e adolescentes do Ceará com idade entre 0 e 17 anos que vivem em situações de risco social. Até o momento foram efetivamente atendidos 4.062 crianças o que corresponde a 66% da clientela potencial.

## 9. RECURSOS

R\$ 1.301.836,59 gastos no período de maio de 1996 a setembro de 1997, oriundos em sua grande maioria do tesouro estadual e em menor parte da iniciativa privada e da federação.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### (SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Crianças e adolescentes em situação de risco social.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Em Fortaleza, cerca de 23,3% dos domicílios são chefiados por mulheres, percentual que sobe conforme cai a renda das famílias. Dessa forma, dentre as famílias atendidas pelo programa, parte significativa é chefiada por mulheres. Por outro lado, também nas demais famílias, são as mães que assumem a responsabilidade maior pela educação dos filhos, sendo mais diretamente envolvidas pelo programa. Não há, no entanto, na documentação consultada a atribuição explícita às mães da bolsa-aprendizagem, a exemplo do que ocorre no Distrito Federal (Bolsa-Escola). O programa inclui também atividades dirigidas especificamente a mulheres voltadas à capacitação profissional, à conscientização sobre a condição da mulher e sobre a problemática da saúde da mulher.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque atua diretamente junto a crianças e adolescentes e indiretamente junto às mulheres. Este atendimento vai de encontro a reivindicações de movimentos organizados de mulheres, como atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco social, programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho, saúde da mulher, entre outros.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: EDUCANDO E PROFISSIONALIZANDO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

N.º DE INSCRIÇÃO: 121/97

ÁREA: Educação

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: Piauí

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Trata-se de programa desenvolvido junto às comunidades mais pobres de Teresina, por intermédio do qual estas comunidades têm acesso a creches, escolas primárias e escolas técnicas masculinas e femininas, com o objetivo de se diminuir o número de analfabetos, bem como combater a marginalização juvenil e o aumento da população de crianças de rua.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *SEMCAD- Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade *Arquidiocese de Teresina Paróquia Nossa Senhora da Paz* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1991

## 8. PÚBLICO-ALVO

Crianças em situação de risco social na cidade de Teresina. São atendidos nas creches e escolas deste programa cerca de 1.700 crianças.

## 9. RECURSOS

Não há informações suficientes para análises em relação aos recursos gastos.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Atendimento educacional para crianças e adolescentes de rua.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Porque o programa, ao implantar creches em comunidades de baixa renda, possibilita à mulher realizar trabalhos fora de casa. Por outro lado, o programa incorpora a questão de gênero através da criação de uma escola técnica feminina, voltada para meninas de rua.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A construção de creches constitui antiga demanda nos movimentos de mulheres. Por outro lado, a implantação do ensino profissionalizante voltado para mulheres também constitui demanda de entidades e organizações de mulheres.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO  
MUNICÍPIO DE VITÓRIA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

N.º DE INSCRIÇÃO: 128/97

ÁREA: Form. de Mão-de-Obra e Geração de Emprego e Renda

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Trata-se de programa cujo objetivo é estimular a geração de emprego e renda no município de Vitória. Para isso a prefeitura trabalha em várias frentes, capacitando os beneficiários, estimulando a formação de associações e cooperativas, facilitando o acesso ao crédito e treinando técnicos para a identificação de potencialidades e possíveis projetos de investimento nas comunidades. O programa busca incorporar ao mercado de trabalho, formal ou informal, os setores mais pobres da população, através da criação de pequenos negócios, sobretudo em bases associativas.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria de Ação Social*
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível  
 Outro nível *Ministério do Planejamento e Orçamento (PROGER nacional);  
Ministério das Relações Exteriores; Caixa Econômica Federal.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG  
 Setor privado *Companhia Vale do Rio Doce*  
 Comunidade *Entidades Comunitárias; Igrejas.*  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *Instituto de Apoio a Países do Terceiro Mundo; FAO-ONU (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)*.

6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa é a população pobre em situação de risco social do município de Vitória. Foram treinados, até o início de 97, 519 técnicos para atuar junto a este público-alvo. Além disso, até esta data, haviam sido capacitadas cerca de 1250 pessoas nos diversos cursos oferecidos pelo programa.

9. RECURSOS

R\$ 512.602,00 de gasto nas duas primeiras fases deste programa sendo a origem dos recursos a Caixa Econômica Federal (19%), a Companhia Vale do Rio Doce (35%) e a Prefeitura Municipal de Vitória (46%).

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O programa não considerou a questão de gênero em sua concepção. No entanto dentre a clientela do programa, destacam-se as mulheres. Assim, dentre os laboratórios desenvolvidos para capacitação, dois são direcionados para mulheres, o de paneleiras e de desfiadeiras de siri. Além disso, excetuando-se os laboratórios de pesca, as mulheres são maioria em todos os programas de capacitação, representado cerca de 60% dos beneficiados. Até o início de 1997, 631 mulheres haviam recebido treinamento, correspondendo a 61% da clientela atendida. A partir do programa foi constituída a Cooperativa Siri na Lata, dentre outras associações produtivas estimuladas pelo projeto. O programa ainda inclui atividades e cuidados com as crianças, para que as mães possam participar dos cursos.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque busca a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, reivindicação central dos movimentos de mulheres, particularmente no caso das mulheres afetadas pelo processo de pauperização (considerar o processo de pauperização das mulheres).

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PARQUE MUNICIPAL HORTO DE MARUÍPE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

N.º DE INSCRIÇÃO: 134/97

ÁREA: Formas de Gestão e Planejamento

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Implantação e manutenção de unidade de conservação ambiental por intermédio da articulação de diversos atores públicos e privados. O parque foi implantado com recursos da Prefeitura e da Companhia Vale do Rio Doce, sendo mantido através de uma parceria entre a Prefeitura e a Companhia Siderúrgica de Tubarão. O parque constitui espaço de lazer e de convívio social para a região, possibilitando ainda o desenvolvimento da consciência ecológica.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria de Meio Ambiente*
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG (*Pastoral da Igreja Católica*) Setor privado *Vale do Rio Doce; Companhia Siderúrgica de Tubarão.* Comunidade *Associações de bairro, Grupo da Terceira Idade.* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

## 6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

### 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa são os moradores da região da Grande Maruípe, que congrega 11 bairros, 39.731 habitantes e cerca de 19% da população de Vitória.

## 9. RECURSOS

R\$ 1.500.000,00 de gasto para a implantação do parque, com recursos oriundos da prefeitura de Vitória (35%) e da Companhia Vale do Rio Doce (65%). Para a manutenção anual do parque são gastos R\$ 652.400,00, sendo 77% oriundos da prefeitura e 33% da Companhia Siderúrgica de Tubarão, o que corresponde a 0,31% dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Vitória.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Preservação ambiental.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Embora não contemple a questão de gênero em sua concepção, o programa acaba por atender a demanda formulada por movimentos sociais com forte participação de mulheres (relativa a área de lazer para a família). Durante a semana, a maioria dos usuários do parque consiste em mulheres com filhos. Há também atividades promovidas pelo programa cuja clientela é predominantemente feminina, como ginásticas orientadas, yoga, tai-chi-chuan e grupos de encontro para mulheres, mães e para a terceira idade.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Os movimentos de mulheres incluem, desde os anos 70, reivindicações relativas a equipamentos coletivos para crianças, dentre os quais se incluem espaços de lazer e de convívio, como parques. Atividades como ginástica e yoga oferecidas pelo programa, por sua vez, fazem parte da atenção integral à mulher, prevista nas diretrizes do PAISM numa perspectiva preventiva.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: UMA MUDANÇA NO PARADIGMA DE ATENÇÃO À SAÚDE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

N.º DE INSCRIÇÃO: 136/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trabalhando com um conceito de saúde distinto do que prevaleceu no país até recentemente, o programa procura: a) romper com a dependência dos pacientes com relação às práticas "medicalizantes"; b) envolver a comunidade com o serviço de saúde; c) dirigir as ações de saúde para a coletividade e não exclusivamente para o indivíduo; d) voltar o atendimento para a saúde e não para a doença. Procura-se introduzir este novo paradigma através das seguintes medidas: 1) territorialização da unidade básica de saúde; 2) participação dos movimentos organizados e dos funcionários no gerenciamento da unidade; 3) implantação do conceito de qualidade; 4) cadastro familiar, organizando a demanda; 5) implantação dos projetos Escolinha de Futebol e Sexualidade Segura e Consciente, atendendo a adolescentes de 12 a 20 anos.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*  
 Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Secretaria Municipal de Educação; Programa Municipal de Qualidade.*  
 Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade *Movimento Comunitário São Pedro I, II e IV; Movimento Comunitário da Condusa; Mulheres Unidas da Ilha das Caieiras; Cooperativa Siri na Lata; Associação das Desfiadeiras de Siri; Mulheres Unidas de São Pedro, Igreja Presbiteriana; Escolinha de Futebol da Região de São Pedro.* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

#### 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado desta programa são 4.981 pessoas dos bairros de São Pedro I, São Pedro II, São Pedro IV, Ilha das Caieiras e Condusa, na região de São Pedro.

#### 9. RECURSOS

Este programa não possui custo suplementares, os custos são todos advindos do orçamento das unidades de saúde, os quais não foram divulgados.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim Não

Por que?

O programa inclui ações dirigidas especificamente à mulher. De um lado, através do atendimento materno-infantil. De outro, através do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com ações em áreas como: sexualidade, orientação para o planejamento familiar, prevenção de câncer uterino e de mama e orientação relativa ao climatério.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

 Sim Não

Por que?

Porque as atividades desenvolvidas vão de encontro a antigas reivindicações de movimentos de mulheres organizados (atenção à saúde dos filhos e sobretudo a atenção integral à saúde da mulher).

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: TRÂNSITO: CIDADANIA E RESPONSABILIDADE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Departamento Estadual de Trânsito

N.º DE INSCRIÇÃO: 144/97

ÁREA: Trânsito e Vias Públicas

MUNICÍPIO: Diversos

ESTADO: Mato Grosso do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

O programa "Trânsito: cidadania e responsabilidade" pretende diminuir a ocorrência de acidentes de trânsito e assegurar o direito a uma circulação segura e confortável a todos os cidadãos. Inclui três sub-programas - Educação para o trânsito, Engenharia de trânsito e Estatística de trânsito - e envolve os diversos usuários do sistema de trânsito.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Departamento Estadual de Trânsito do Mato Grosso do Sul*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

(SE SIM)

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Ministério Público; Secretarias Estaduais de Educação, Obras Públicas, Saúde, Cultura e Esporte, Meio Ambiente e Segurança Pública.*
- Outro nível *Prefeituras Municipais*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *Rotary*
- Setor privado *Escolas; Comércio .*
- Comunidade *Igrejas; Associação dos Portadores de Deficiências; Associação de Moradores.*
- Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano; Sindicato dos Taxistas*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Todos os usuários do sistema de trânsito do estado (focalizados por subprogramas específicos voltados a escolas, trabalhadores, carvoeiros, empresas, etc.). O programa Educação no Trânsito atendeu, até o início de 1997, 423.987 pessoas (22,53% da população), o programa Engenharia de Trânsito trabalha em 21 municípios e o programa Estatística de Trânsito atua em todos os municípios do estado.

## 9. RECURSOS

R\$ 1.995.850,00 de gasto anual absorvidos em sua quase totalidade pelo próprio DETRAN, o que representa cerca de 8% das receitas totais deste órgão.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Segurança no trânsito.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O programa busca atenuar o preconceito existente em relação à mulher no volante, divulgando estatísticas sobre acidentes de trânsito envolvendo meninas e mulheres. Além disso, procura treinar e capacitar mulheres para a realização de atividades habitualmente ocupadas por homens: motoristas de ônibus urbanos e de taxis, guardas de trânsito e patrulheiras rodoviárias.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque atua em duas vertentes que respondem a antigas reivindicações de movimentos de mulheres organizados: a) combate o preconceito - por intermédio de programas de educação e conscientização e b) abertura de novas oportunidades no mercado de trabalho em áreas tradicionalmente "fechadas" à participação de mulheres.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PRÓ-AVE CAIPIRA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: EMPARN

N.º DE INSCRIÇÃO: 158/97

ÁREA: Abastecimento

MUNICÍPIO: Natal

ESTADO: Rio Grande do Norte

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Este programa consiste no apoio financeiro e operacional para a produção de ovos caipiras em pequenas unidades rurais. Cada produtor recebe 180 fêmeas e 30 machos em três lotes semestrais. Além das aves, são financiadas as instalações e a ração. Após 12 meses o produtor, colhe uma média diária de sete dúzias de ovos, contando sempre com o apoio e a ajuda de entidades parceiras como a EMATER.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte*  
 Municipal  
 Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível Outro nível *EMATER; Secretaria de Trabalho e Ação Social; EMBRAPA; Ministério da Agricultura; Banco do Nordeste; Banco do Brasil; SINE/SENAR.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado *SEBRAE* Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros *Divulgação de projetos e financiamento de publicações.*

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Pequenos produtores rurais do Rio Grande do Norte. Atualmente são beneficiadas 750 famílias que correspondem a 2% da clientela potencial do estado.

## 9. RECURSOS

R\$ 235.000,00 de investimento custeados pelo governo federal e R\$ 150.000,00 custeados pelo governo estadual para a implantação do projeto. o custo de manutenção é de R\$ 114.300,00 para o governo estadual que paga os funcionários envolvidos, as demais despesas operacionais são quitadas pelo próprio programa.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda para pequenas unidades rurais familiares.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Cerca de 23% das unidades favorecidas são comandadas por mulheres que assumem o contrato de financiamento. No entanto, cerca de 85% das pessoas responsáveis pela condução e manejo das aves são mulheres. Isto indica, de um lado, a abertura de frentes de emprego e renda para mulheres e, ao mesmo tempo, a persistência do padrão “homem-cabeça do casal”.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

Obs.: Programa surgiu de iniciativa de técnicos de entidades de pesquisa em agricultura (EMPARN) que buscavam alternativas de produção economicamente viáveis para pequenos produtores do semi-árido nordestino.

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque reponde a antigas reivindicações de movimentos organizados de mulheres que preconizam a criação de oportunidades de trabalho para mulheres. Da agenda recente formulada por entidades ligadas à questão de gênero, destaca-se a recomendação de constituição de políticas públicas que criem oportunidades de geração de emprego e renda para as mulheres rurais e que financiem diretamente iniciativas de mulheres. Ao mesmo tempo, no entanto, o programa reflete a manutenção de um padrão “tradicional” em que o homem é considerado o chefe da família, ao privilegiar o homem na concessão dos financiamentos, mesmo quando é a mulher a responsável pela atividade de criação das aves.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA MIGUILIM

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

N.º DE INSCRIÇÃO: 163/97

ÁREA: Criança e Adolescente

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este programa atende a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com uma história pessoal de trajetória de vida na rua. O objetivo é resgatar e efetivar os direitos destas crianças com atividades educacionais, culturais e de lazer, além de apoio nas áreas de saúde, abrigo e alimentação. Num segundo momento, busca-se a formação e a inserção profissional dos adolescentes. Estas atividades são desenvolvidas por uma rede de entidades públicas e privadas e têm como pano de fundo a reintegração destas crianças ao grupo familiar e sua reinserção na comunidade.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Conselhos Tutelares; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal dos Esportes.* Outro nível *Juizado da Infância e da Juventude; Centro Mineiro de Toxicomania; SOS Criança; Polícia Militar; Governo do Estado.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *Centro de Defesa e Atendimento da Criança e do Adolescente Zilah Spósito;* Setor privado Comunidade *Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Social Estrela Esperança; Associação Irmão Sol; Casa Dom Bosco; Socorro Evangélico da Criança e do Adolescente; Ministério Criança Feliz; Providência Nossa Senhora da Conceição; Pastoral do Menor* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *Comunidade Econômica Européia*

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes de 0-18 anos em situação de risco social e com trajetória de rua na cidade de Belo Horizonte.

## 9. RECURSOS

R\$ 1.133.803,00 de gasto oriundos em sua totalidade do Tesouro Municipal, representando 0,08% do orçamento total da Prefeitura de Belo Horizonte.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Reinserção social e familiar de crianças e adolescentes em situação de risco social e trajetória de vida na rua.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

A temática de gênero está presente no Programa Miguilim que possui, entre suas unidades, um albergue feminino (abrigo para crianças e adolescentes do sexo feminino) e um albergue masculino. O programa conta também com uma unidade de formação profissional - a escola de produção Vereda Profissional - que tem como principais participantes meninas. Nestas e em outras unidades do programa são realizadas palestras e reuniões sobre temas relacionados à questão de gênero, tais como saúde da mulher, sexualidade e violência contra a mulher.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

O programa resulta de mobilização local - tendo sido concebido pela Frente de Defesa da Criança e Adolescentes, inspirado em experiências anteriores (Fortaleza e Goiânia), após a promulgação do ECA. Este movimento incluía a perspectiva de gênero nas reivindicações relativas a crianças e adolescentes.

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A atenção à criança integra a pauta de reivindicações de movimentos com participação de mulheres desde os anos 70. A criação de programas para crianças em situação de risco é, por sua vez, apoiada por entidades de gênero, que enfatizam a necessidade de ações específicas para meninas em situação de risco social e pessoal.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PRESERVAÇÃO DA VIDA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação

N.º DE INSCRIÇÃO: 169/97

ÁREA: Educação

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este programa trabalha na prevenção primária de uso de drogas. Por intermédio de atividades educacionais, busca-se promover uma reflexão permanente acerca das drogas e suas correlações com as DST/AIDS. Para isso, capacitam-se profissionais das áreas de educação, saúde e agentes (líderes comunitários) da comunidade para realizar este trabalho de prevenção com material didático adequado.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Educação*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Escolas Municipais; Região Administrativa; Centros Municipais de Saúde; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao uso de Drogas.* Outro nível *Hospital Estadual Carlos Chagas; Maternidade e Fundação Nacional de Saúde.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado *Escolas Particulares; Pólo Educacional; Pólo Saúde.* Comunidade *Associação de Moradores; Igrejas; Centros Espíritas; Grupos de Escoteiros.* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *Comissão das Comunidade Européia*

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1991

## 8. PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área de educação, da área de saúde e líderes comunitários. Atualmente são abrangidas 74 escolas municipais (70% do público-alvo efetivo), 6 instituições da área de saúde (80%) e 10 instituições comunitárias (20%).

## 9. RECURSOS

R\$ 200.000,00 de gasto orçamentário em três semestres oriundos da Comissão das Comunidades Européias.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Prevenção e combate às drogas.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Porque são desenvolvidas atividades específicas para mulheres: grupos de gestantes, oficina de adolescentes direcionadas, palestras de discussão acerca do papel da mulher no âmbito familiar e "Semana da Mulher" (grupo de reflexão). Dessa forma são incorporadas questões pertinentes à problemática de gênero.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A saúde da mulher constitui um dos temas enfatizados por movimentos e entidades de mulheres desde o final dos anos 70. O programa ao focalizar as DST, inclui módulos que focalizam a problemática das mulheres. Não há, no entanto, aparentemente, articulação com uma perspectiva mais abrangente, de atenção integral à saúde da mulher.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO SAÚDE E ALEGRIA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Fundação da Criança e do Adolescente do Pará

N.º DE INSCRIÇÃO: 171/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: diversos

ESTADO: Pará

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este projeto atua junto a 20.000 pessoas de 17 comunidades, desenvolvendo atividades de desenvolvimento comunitário nas áreas de saúde, meio-ambiente, produção agro-florestal, educação, arte e cultura, organização e gestão comunitária, gênero, crianças e adolescentes, comunicação popular e pesquisa participativa. Contando com recursos disponíveis na própria comunidade, equipes multi-disciplinares utilizam-se do lúdico para a transmissão de mensagens educativas. O principal meio de transmissão de mensagens é o Gran Circo Mocarongo de saúde e alegria.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Fundação da Criança e do Adolescente do Pará*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Fundação de Apoio à Criança e Adolescente do Pará*  
 Outro nível *Secretaria Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Saúde; Fundação Nacional de Saúde; IBAMA.; Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura..*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *Instituto de Manejo Florestal e Agrícola; Grupo de Trabalho Amazônico; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.*  
 Setor privado *Faculdades Integradas do Tapajós; Rádio Rural Católica de Santarém.*  
 Comunidade *Sindicato de Trabalhadores Rurais; Associação Brasileira de Vídeo Popular; Grupo de Mulheres de Urucureá; Associações Comunitárias; Pastoral do Menor; Associação dos Deficientes Físicos; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais; Associação dos Deficientes Visuais do Baixo e Médio Amazonas.*  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *Organização Mundial de Saúde; Rádio Nederlands; Fundação Konrad Adenauer; Unicef.*

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1987

## 8. PÚBLICO-ALVO

Populações tradicionais residentes em 27 comunidades e 94 sub-localidades ribeirinhas extrativistas nos municípios de Santarém e Belterra. São atingidos cerca de 20.000 habitantes o que corresponde a 17,4% do total da população rural destes municípios, ou 7% da população total.

## 9. RECURSOS

R\$ 450.000,00 de gasto anual oriundos da Fundação Konrad Adenauer (40%), Unicef (20%), Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (19%), Ministério da Saúde (15%) e Ministério da Cultura (6%).

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento comunitário.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Porque existe um sub-programa específico para as mulheres, o Mulher Cabocla, que desenvolve atividades de valorização e fortalecimento do papel da mulher junto a instâncias sociais e comunitárias. Isto ocorre via conscientização e treinamento nas áreas de nutrição, saúde da mulher, planejamento familiar, direitos reprodutivos e geração de renda. São treinadas monitoras de nutrição para estimular o uso de alternativas alimentares na comunidade. Na área de geração de emprego e renda há oficinas profissionalizantes, treinamentos em economia doméstica e indústria caseira, incentivo à arte-utilitária e valorização da produção artesanal, incluindo apoio à comercialização.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque as atividades desenvolvidas pelo Mulher Cabocla correspondem a reivindicações tradicionais de movimentos de mulheres, relativas a saúde da mulher, planejamento familiar, direitos reprodutivos e geração de renda. O programa estimula também a participação da mulher nas atividades comunitárias, contribuindo para o “empowerment” da mulher, prioridade dos movimentos ligados à questão de gênero.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO AO IDOSO CRAI

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

N.º DE INSCRIÇÃO: 179/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Trata-se de programa que busca, a partir de uma assistência de caráter multidisciplinar, promover a saúde da população de terceira idade, visando ao bem estar biopsíquico e social das pessoas atendidas. É feito um levantamento epidemiológico, são prestados serviços em domicílio e os familiares recebem apoio e orientação psicológica visando à redução de internações e institucionalizações. Tendo como pano de fundo a preocupação com a saúde, o que o programa pretende é reinserir o idoso no convívio social, melhorando a qualidade de vida, estimulando a sua autonomia e a recuperação de sua auto-estima.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Secretaria Municipal da Ação Social; Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos.* Outro nível *Universidade Federal do Espírito Santo; Ministério da Previdência e Assistência Social; Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *SBGG - ES.* Setor privado Comunidade *Associação de Idosos; Fundação de Aposentados; Conselhos de Saúde.* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa são idosos da região metropolitana de Vitória, dos habitantes com mais de 60 anos (61.988), são atendidos pelo programa 1.754 (2,81%).

## 9. RECURSOS

Os recursos gastos não podem ser discriminados porque fazem parte dos custos globais de manutenção das unidades de saúde.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Atendimento de saúde e reinserção social de idosos.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Tendo as mulheres uma expectativa de vida maior do que os homens no Brasil, parte expressiva da população idosa constitui-se de mulheres. No programa em questão, de 940 atendimentos realizados no último ano, 69% foram prestados a mulheres. O programa incorpora a temática da mulher ao procurar atender esta clientela feminina reconhecendo a especificidade de sua problemática na terceira idade. Através do atendimento integral, procura-se dar-lhe autonomia e garantir a sua auto-estima.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

O CRAI nasceu de reivindicações apresentadas pelos idosos na Semana da Terceira Idade, da qual participaram aproximadamente 400 idosos moradores do município Vitória. Neste encontro ficou claro o desamparo desta população no âmbito do SUS. A presença de mulheres nesta mobilização deve ter sido expressiva, pela tendência a uma maior participação das mulheres em reivindicações ligadas à saúde e à qualidade de vida. O programa resultaria, assim, de movimento social com forte participação de mulheres (as mulheres nos movimentos, segundo Elizabeth Lobo).

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A atenção à saúde da mulher em todas as épocas de sua vida constitui um dos eixos estruturadores do PAISM, cuja criação resultou de mobilização de mulheres. A abordagem integral e multisetorial também é parte integrante de reivindicações de entidades e organizações de mulheres.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO ESCOLA CIDADÃ

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação

N.º DE INSCRIÇÃO: 206/97

ÁREA: Educação

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Programa que busca incorporar a participação da sociedade civil ao planejamento da educação municipal. A discussão com a comunidade se dá em torno de quatro eixos temáticos: gestão da escola; organização curricular; avaliação e princípios de convivência. O programa se propõe a garantir a “equalização e a qualificação” do acesso ao ensino no município.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Educação*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Escolas da rede municipal de ensino*  
 Outro nível *Secretaria da Administração Municipal; Unidades Sanitárias;  
Centros Administrativos Regionais; Conselhos Tutelares.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade *Associações de Moradores e Sociedades Beneficentes*  
 Outros *Orçamento Participativo*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do programa são os alunos da rede municipal (em seus diversos níveis de ensino), cerca de 52.000 alunos em 1996.

## 9. RECURSOS

Recursos provenientes do orçamento municipal, alocados pelo orçamento Participativo.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Educação

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Porque ao reconhecer o estabelecimento das relações homem-mulher a partir de uma noção de subordinação e opressão feminina, este programa busca inverter esta lógica, trabalhando com as crianças de diversas idades para construir uma nova identidade social do feminino. O programa procura, assim, adotar práticas pedagógicas orientadas para relações não discriminatórias.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

O programa atende a reivindicações de mulheres, em primeiro lugar, de forma indireta, ao focalizar a educação, tema tradicional dos movimentos sociais com forte participação de mulheres. Mas, segundo declarações dos responsáveis pelo programa, este procura também introduzir a temática de gênero no conteúdo e nas práticas de educação, reivindicação dos movimentos e entidades ligadas a gênero.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: MICROPONTOS DE APOIO À VARRIÇÃO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte

N.º DE INSCRIÇÃO: 209/97

ÁREA: Limpeza pública e sistemas de coleta, tratamento e destinação final do lixo

MUNICÍPIO: Belo Horizonte

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Os micropontos de apoio à varrição são pequenas cabines do tamanho de uma banca de jornal. Nestes micropontos existe uma série de equipamentos que facilitam a vida do gari como vaso sanitário, ducha higiênica, chuveiro elétrico, lavatório, filtro de água potável, aquecedor de marmitas e armários. O objetivo é proporcionar melhores condições de vida para estes trabalhadores.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Cultura; BHTrans; Secretaria Municipal de Atividades Urbanas.* Outro nível *CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais; COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade Outros

### 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

### 6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

#### 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

### 7. ANO DE INÍCIO

1994

### 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado do programa são os trabalhadores da atividade de varrição de ruas de Belo Horizonte. São atualmente em torno de 520 trabalhadores atendidos, 65% do público alvo potencial de 800 trabalhadores.

### 9. RECURSOS

R\$ 453.068,76 de gasto anual, oriundos do tesouro municipal, do qual representam 0,03%.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Limpeza pública.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O programa atende predominantemente mulheres (75% dos trabalhadores são do sexo feminino). Ao se definirem as características dos micropontos de varrição, foram consideradas também necessidades específicas das trabalhadoras, no que se refere à privacidade e higiene pessoal.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque reivindicações por melhores condições de trabalho para as mulheres constitui-se como uma antiga exigência de movimentos de mulheres organizadas.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: VILA RURAL

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Companhia de Habitação do Paraná

N.º DE INSCRIÇÃO: 213/97

ÁREA: Habitação

MUNICÍPIO: Diversos

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Trata-se de programa habitacional voltado para o meio rural do estado do Paraná, cujo objetivo é criar alternativas de habitação e subsistência para os "bóias-frias", evitando o êxodo rural. Em cada vila existem no máximo 200 casas em lotes de até 5.000 m<sup>2</sup> - servidos por estradas vicinais - sempre acompanhadas de equipamentos públicos como escolas, serviços de saúde e centros de abastecimento.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Companhia de Habitação do Paraná*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Secretaria Especial da Política Habitacional; Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família; EMATER; Secretaria de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho; Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde.* Outro nível *Prefeituras Municipais (28 prefeituras até 1996)*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa é o trabalhador rural, residente no município há mais de quatro anos, com até 55 anos de idade, que não possua qualquer imóvel, tenha filhos, exerça atividade remunerada em caráter temporário e tenha família constituída e que esteja vivendo em subhabitação. Segundo estimativas, a clientela potencial deste programa é de 70.000 famílias, das quais cerca de 7% já estão sendo diretamente beneficiadas (4.900 famílias).

## 9. RECURSOS

R\$ 31.300.175,23 de gasto entre 1995 e 1997, sendo este montante oriundo de prefeituras municipais (18,6%), de recursos estaduais (67,7%), da federação (12,7%) e da iniciativa privada (1,0%).

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Habitação no meio rural.

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Há atividades direcionadas para a mulher nas vilas rurais, como programas de atenção à saúde da mulher e cursos e treinamentos voltados para o público feminino (corte e costura, manicure, empregada doméstica, compotas e temperos caseiros, economia doméstica, processamento e armazenamento de alimentos, etc.). O programa propicia o envolvimento das mulheres em atividades que geram renda, através do apoio à instalação de pequenos “negócios” nas agrovilas. Segundo documentos do programa, há seleção de famílias chefiadas por mulheres.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque o programa contempla reivindicações de movimentos de mulheres relativas a condições de moradia, a equipamentos coletivos que beneficiam a família e sobretudo os filhos (educação e saúde), além de propiciar oportunidades de geração de renda. A maior parte das atividades de capacitação, no entanto, reitera a tradicional divisão de papéis, ao se concentrar em cursos de corte e costura, preparo de alimentos etc...

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROJETO ÔNIBUS-CIDADÃO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Segurança Pública

N.º DE INSCRIÇÃO: 215/97

ÁREA: Participação Popular

MUNICÍPIO: Brasília

ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa que utiliza ônibus e caminhões-palco para fornecer serviços públicos (saúde, educação, justiça, geração de emprego, segurança, serviços de correio e de trânsito, etc.) para a população pobre das cidades- satélites de Brasília. Nestes locais realizam-se também cursos, palestras, atividades de lazer e culturais, com o intuito de combater a exclusão social e facilitar a vida do cidadão.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretaria da Saúde; Fundação Hospitalar; Regionais de Saúde; Corpo de Bombeiros; Polícia Militar; Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia; Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF; Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF; Companhia Energética de Brasília; Companhia de Água e Esgoto de Brasília; Companhia Urbanizadora da Noca Capital do Brasil; Companhia Imobiliária de Brasília; Companhia do Metropolitano de Brasília; Secretaria de Segurança Pública; Polícia Civil; Departamento de Trânsito; Secretaria de Trabalho; Secretaria de Administração; Instituto de Desenvolvimento e Recursos Humanos; Subsecretaria de Defesa do Consumidor; PROCON-DF; Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência; Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária; Secretaria da Agricultura; Sociedade de Abastecimento de Brasília; CEASA; EMATER; Serviço de Limpeza Urbana; Secretaria de Cultura; Fundação Cultural; Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação; Secretaria de Turismo; Fundação Educacional; Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.*

Outro nível *Correios.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *Instituto Candango de Solidariedade*
- Setor privado
- Comunidade
- Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

População da cidade-satélite Samambaia (prevendo-se sua expansão para as demais cidades-satélites). Atualmente é atendida 25% da clientela potencial deste programa.

## 9. RECURSOS

O Projeto não possui dotação orçamentária própria, os recursos sendo oriundos dos gastos correntes das diversas instituições envolvidas, pois ele apenas gerencia e otimiza serviços públicos já oferecidos por tais instituições.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Acesso a serviços públicos

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Porque são fornecidos serviços específicos para a clientela feminina, como orientação pré-natal, prevenção ao câncer de mama e de útero, controle de natalidade e porque existe a partir deste programa um canal de comunicação aberto, para que a mulheres pleiteiem junto ao poder público serviços específicos.

13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque embora a temática de gênero não seja o foco desta política pública, ao incorporar ao serviço de saúde da mulher, este programa atende a reivindicações de movimentos de mulheres organizadas, relativas ao atendimento da saúde da mulher (ainda que de forma parcial: saúde materno-infantil e câncer ginecológico).

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA SÓCIO-AMBIENTAL DE COLETA DE LIXO DE EMBÚ

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

N.º DE INSCRIÇÃO: 218/97

ÁREA: Formas de Gestão e Planejamento

MUNICÍPIO: Embu

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

O programa sócio-ambiental de coleta seletiva de lixo de Embu caracteriza-se pela retirada de catadores da área de disposição final de lixo com sua integração ao programa municipal de coleta seletiva, criando condições para o tratamento ambiental da atual área de depósito. Há também o envolvimento do restante da população municipal com a gestão integrada de resíduos sólidos através da separação do lixo na fonte geradora e a troca de material reciclável por mudas de árvores no viveiro municipal. Há ainda o envolvimento dos vários setores produtivos, ONG e outras associações civis, tendo ocorrido redução da disposição final nos córregos e vias públicas, o que possibilita a melhoria da qualidade de vida em vários níveis.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Escolas Municipais*
- Outro nível *Escolas Estaduais; Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado *Viação Campo Limpo Ltda.; Rede de Supermercados Faixa Azul; Ripasa Papel e Celulose S/A; Cisper Cia. Industrial de São Paulo e Rio S/A; KMP Cabos e Sistemas Especiais; Indeca Indústria e Comércio de Cacau; Minor Indústria e Comércio Ltda.; Kratos Dinamômetros Ltda.; Becker Produtos Fármaco-hospitalares Ltda.; Mary Hill Perfumes Ltda.* Comunidade *Sociedade Amigos de Bairro* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros *Doação de materiais recicláveis.*6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado do programa são os catadores de lixo do município de Embu que sejam associados da cooperativa. Atualmente não existem mais catadores no município: dos 40 catadores inicialmente selecionados, 37,5% estão empregados na cooperativa, 7,5% foram reabsorvidos pelo mercado formal, 2,5% estão incapacitados para quaisquer atividades e os restantes sobrevivem de atividades informais.

## 9. RECURSOS

Os recursos gastos são em sua totalidade oriundos da prefeitura municipal de Embu, o custo total anual é de R\$ 121.985,28, que representam 0,2% do orçamento municipal e 24,4% do orçamento da Secretaria de Meio Ambiente, onde o programa está loteado.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Resíduos sólidos - coleta de lixo.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim Não

Por que?

O programa não contemplou a temática de gênero em sua concepção. Ao se constituir a cooperativa de catadores, no entanto, verificou-se a presença significativa de mulheres (12 em 21, em 97). Criou-se então uma nova atividade no âmbito do programa - a "Roda de Conversas", sobre questões especificamente ligadas à mulher, tais como: divisão sexual do trabalho, inclusive na cooperativa, dupla jornada de trabalho, sexualidade, contracepção e maternidade responsável.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

 Sim Não

Por que?

Porque envolve a geração de emprego e renda para famílias de baixa renda, incluindo mulheres como seu público-alvo, e porque promove a discussão de questões centrais da problemática da mulher.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: CASA FELIZ

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Companhia de Habitação do Paraná

N.º DE INSCRIÇÃO: 228/97

ÁREA: Habitação

MUNICÍPIO: diversos

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Este programa, realizado em parceria com municípios, pretende possibilitar o acesso da população de baixa renda à moradia: a construção de moradias de alvenaria com área média de 44 m<sup>2</sup>, é realizada através do sistema de auto-gestão, com financiamento de cerca de R\$ 4.900,00 oriundos da Companhia de Habitação do Paraná.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Companhia de Habitação do Paraná*
- Municipal
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Secretaria de Estado do Trabalho.*  
 Outro nível *Prefeituras Municipais*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros *Doação do terreno e execução da infra estrutura.*

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo são famílias residentes no meio urbano, com renda de até 3 salários-mínimos mensais, residentes no município há mais de 2 anos e cujo tomador do financiamento tenha idade entre 21 e 60 anos. Conforme a documentação, existem 91.577 famílias nesta condição; deste público-alvo potencial, cerca de 11.000 famílias já foram atendidas (12,12%).

## 9. RECURSOS

R\$ 40.506.722,00 de gasto entre 1995 e 1997, oriundos do governo estadual (17%) e do governo federal (83%).

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Habitação.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim Não

Por que?

A incorporação da questão de gênero se faz sentir em três frentes: 1) uma parcela significativa dos empreendimentos tem como titulares mulheres (solteiras, viúvas ou separadas), que assumem sozinhas o contrato de financiamento. Mesmo mulheres que têm um companheiro (não casadas formalmente) preferem assumir o contrato, como garantia do futuro de filhos e dependentes (45% dos titulares dos financiamentos são mulheres); 2) as prefeituras e a Secretaria do Trabalho ofertam cursos profissionalizantes em áreas de interesse das mulheres, visando à capacitação e à geração de renda; 3) em alguns casos, a prefeitura oferece serviços de saúde específicos para mulheres, com a realização de palestras e cursos, exames preventivos e orientação para o planejamento familiar.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque o direito à habitação é uma reivindicação tradicional de movimentos sociais, em que a presença de mulheres sempre se destacou. Por outro lado, as mulheres - nas modalidades tradicionais de financiamento - tendiam a ficar excluídas, uma vez que eram atendidas apenas famílias "completas", sendo o financiamento concedido a chefes do sexo masculino. O programa, por outro lado, integra outras reivindicações de mulheres, relativas à geração de emprego e renda e à área de saúde.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA CURITIBANA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

N.º DE INSCRIÇÃO: 231/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Curitiba

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este programa tem o objetivo de melhorar o estado de saúde da população de Curitiba. Para isso é realizado um mapeamento geofísico e a identificação dos equipamentos públicos de cunho social. Posteriormente uma equipe de caráter multi-disciplinar de atuação em tempo integral desenvolve o trabalho em unidades de saúde situadas em regiões de elevado risco epidemiológico-social, realizando inclusive visitas domiciliares. Enfatiza-se a prevenção e a promoção da saúde e o atendimento clínico centrado no paciente.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Secretaria Municipal da Criança; Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Abastecimento; Fundação da Ação Social; Fundação Cultural.* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade *Pastoral da Criança; Conselhos Locais de Saúde; Associação de Moradores; Clube das Mães; Comunidades Religiosas; Clubes de Serviços.* Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado é a população de Curitiba. Atualmente são atendidos 230.000 habitantes que correspondem a 15% do público-alvo potencial.

## 9. RECURSOS

R\$ 8.000.000,00 de gasto anual oriundos em sua totalidade da Secretaria Municipal de Saúde, o que significa cerca de 4% do orçamento anual desta secretaria.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Porque são oferecidos serviços específicos para as mulheres como orientação ao planejamento familiar, exame pré-natal, exame preventivo do câncer de colo de útero e de mama etc. Além disso, nos grupos de discussão são abordados assuntos como violência de gênero, mercado de trabalho para mulheres e relação conjugal.

#### 13. Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque integra diversos temas incluídos na agenda dos movimentos de mulheres organizadas no Brasil e no exterior, tais como atendimento integral à saúde da mulher, violência contra as mulheres e mercado de trabalho.

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA VARJÃO COMUNIDADE CIDADÃ

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Administração Regional do Lago Norte

N.º DE INSCRIÇÃO: 239/97

ÁREA: Cidadania e Direitos Humanos

MUNICÍPIO: Brasília

ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Este programa objetiva o desenvolvimento da cidadania na comunidade de Varjão, caracterizado por altos índices de violência, uso e tráfico de drogas e pela desestruturação familiar. Para isso procura-se articular as atividades de entidades governamentais e não governamentais em seis frentes distintas de atuação: melhoria das condições da Creche Comunitária; orientação sócio-educativa para crianças e adolescentes em situação de risco; educação profissional para adultos desempregados e organização de cooperativa de trabalho; alfabetização de adultos; e apoio ao grupo da terceira idade e a excepcionais.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Administração Regional do Lago Norte*
- Municipal
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Centro de Desenvolvimento Social - DF; Centro de Saúde do Lago Norte; Escola Classe do Varjão; Instituto Candango de Solidariedade.*
- Outro nível *Marinha.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *Lyons Clube do Lago Norte*
- Setor privado *Banco do Brasil; empresários.*
- Comunidade *Associação dos Moradores do Varjão; Associação Cristã do Lago Norte; trabalhadores voluntários.*
- Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa são moradores, com renda mensal de até 3 salários mínimos, da Vila Varjão, região administrativa do Lago Norte em Brasília. Atualmente são atendidos 578 beneficiários que correspondem a 15% do público-alvo potencial.

## 9. RECURSOS

R\$ 207.881,00 de gasto anual captados junto ao Centro de Desenvolvimento Social de Brasília (81%), Administração Regional do Lago Norte (4%), Lyons (1%), Instituto Candango de Solidariedade (4%) e empresários (10%).

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento da cidadania - incluindo acesso a serviços públicos.

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Ao favorecer a melhoria e a ampliação de creches este programa incorpora a questão de gênero possibilitando a inserção das mulheres no mercado de trabalho fora de casa. O programa ainda inclui, de forma aparentemente marginal, em encontros e palestras que promove, a discussão da questão da violência contra a mulher.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Porque a existência de creches e outros equipamentos públicos que favoreçam a vida da mulher e facilitem sua inserção no mercado de trabalho é uma antiga reivindicação de movimentos de mulheres organizadas. Não há, de forma explícita, a incorporação de outras reivindicações vindas de organizações de mulheres (a temática da violência parece ser tratada de forma ainda periférica).

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: ASSOCIATIVISMO RURAL E URBANO: A EXPERIÊNCIA DE VÁRZEA DA ROÇA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A

N.º DE INSCRIÇÃO: 244/97

ÁREA: Abastecimento

MUNICÍPIO: Várzea da Roça

ESTADO: Bahia

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Com o objetivo de promover o desenvolvimento sócio-econômico do município de Várzea da Roça, o programa estimula o associativismo participativo, a organização comunitária, o desenvolvimento de parcerias, a transferência de tecnologias e o desenvolvimento integrado do município.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/*
- Municipal
- Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

(SE SIM)

4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Companhia de Desenvolvimento e Ação regional; Secretaria Estadual da Agricultura*  
 Outro nível *Banco do Nordeste; Prefeituras.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG *União das Associações de Várzea da Roça e suas Filiadas.*  
 Setor privado  
 Comunidade *Diocese Rui Barbosa.*  
 Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa são trabalhadores do meio rural, na região de Várzea da Roça. Existem cerca de 2.000 atendidos, que correspondem a 25% do público-alvo potencial.

## 9. RECURSOS

R\$ 1.850.000,00 de investimentos já realizados, oriundos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (27%), do Banco do Nordeste (70%), da Igreja Católica (1%), da Prefeitura (1%) e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (1%).

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento sustentável.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O programa, de forma indireta, incorpora a questão de gênero. Ao favorecer o associativismo, o programa abre espaço para associações de mulheres e para a participação de mulheres em associações. O programa registra uma associação de mulheres (costureiras) e a presença de seis mulheres presidentes de associações.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

O desenvolvimento regional em bases sustentáveis, uma reivindicação de grupos ecológicos e ambientalistas, tem sido também “bandeira” de entidades e movimentos de mulheres. O programa estimula, além disto, a geração de emprego e renda, também reivindicação de movimentos de mulheres. A participação das mulheres na vida pública também é estimulada pelo programa (há seis mulheres presidentes de associações).

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA MALA DO LIVRO - BIBLIOTECAS DOMICILIARES

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Cultura e Esporte do Governo do Distrito Federal

N.º DE INSCRIÇÃO: 245/97

ÁREA: Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico

MUNICÍPIO: Brasília

ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Programa que consiste na instalação de mini-bibliotecas em residências de voluntários, os quais se constituem em agentes comunitários. Através desta iniciativa procura-se estimular o hábito da leitura e democratizar o acesso ao livro. Os livros são doados pela população do Distrito Federal e as malas construídas pela população penitenciária de Brasília.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Secretaria de Cultura e Esporte*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Bibliotecas Públicas; Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal; Companhia Energética de Brasília.* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros Doação de materiais.5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *Instituto Candango de Solidariedade* Setor privado Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros Doação de cestas básicas.

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado é a população do Distrito Federal. São beneficiados 6.840 leitores inscritos, que correspondem a 2% do público-alvo potencial estimado de 300.000 pessoas beneficiadas.

## 9. RECURSOS

R\$ 30.000,00 de gasto anual oriundos do governo do Distrito Federal utilizados para a fabricação das malas. Para 1998 está prevista uma rubrica orçamentária para este programa.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento da cultura e da cidadania.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O acervo das bibliotecas domiciliares inclui publicações sobre direitos da mulher, material sobre a violência de gênero e sobre a exploração sexual, além de publicações de apoio a atividades cotidianas e sobre cuidados com a saúde e a beleza da mulher. Na Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência do Distrito Federal foi instalada uma Biblioteca Domiciliar e todos agentes comunitários de leitura foram capacitados por um programa desenvolvido em conjunto com a UNICEF sobre o "Combate à Exploração Sexual no Distrito Federal". Além disto, a maior parte das responsáveis pelas bibliotecas domiciliares são mulheres que exercem assim um papel ativo em suas comunidades.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

O programa inclui material sobre a questão de gênero que pode contribuir à conscientização das mulheres sobre a discriminação, sobre a violência, etc. Atende assim a uma das principais recomendações de entidades de gênero – que esta dimensão seja incorporada a políticas de todas as áreas. Além disto, o programa contribui para uma participação ativa das mulheres no espaço público.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO - PORTOSOL

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional

N.º DE INSCRIÇÃO: 246/97

ÁREA: Form. de Mão-de-Obra e Geração de Emprego e Renda

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Programa de microcrédito, criado por iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre, mas que assumiu a conformação de uma associação civil sem fins lucrativos, o que lhe confere autonomia administrativa e gerencial. Seu objetivo é conceder crédito a pequenos e micro-empresários excluídos do mercado financeiro convencional, estejam eles no mercado formal ou informal. O programa procura assim gerar emprego e renda e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos e Cooperação Internacional*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível Outro nível *Governo do Estado; BNDES.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado *FEDERASUL; Associação dos Jovens Empresários; SEBRAE.* Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *GTZ; Fundação Interamericana dos Estados Unidos*

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste programa são micro e pequenos empresários de Porto Alegre, preferencialmente mulheres, sem acesso ao crédito convencional, com até 10 empregados no máximo e com patrimônio não superior à R\$ 50.000,00.

## 9. RECURSOS

O Portosol possui um fundo para empréstimos de R\$ 4.000.000,00 oriundos de repasses a fundo perdido da prefeitura de Porto Alegre (17%), do governo do estado do Rio Grande do Sul (9%), GTZ (9%), Fundação Interamericana dos Estados Unidos (5%) e de empréstimos do SEBRAE (15%) e do BNDES (45%).

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Microcrédito e geração de emprego e renda

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

O programa foi concebido desde seu início de forma a incluir mulheres entre as beneficiárias do crédito, definindo-se estas como o foco privilegiado do programa. Em documento oficial do programa, define-se como cliente potencial: “pessoas de baixa renda, *preferencialmente mulheres*, com dificuldades de acesso ao mercado creditício formal...”. Esta ênfase articulava-se, de forma explícita, ao propósito de “*colocar em prática ações que atendam às necessidades das mulheres, diminuindo as desigualdades de gênero*”. (TEIXEIRA, Marco Antonio. Relatório de visita de campo. *Programa Gestão Pública e Cidadania*, 1997).

Até junho de 1997, 55% da clientela efetivamente atendida pelo programa eram mulheres, as quais haviam recebido 50% dos recursos concedidos.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Por que a geração de emprego e renda e o acesso a crédito constitui um dos itens da pauta de reivindicações de entidades feministas e movimentos de mulheres nos anos 80, refletindo um diagnóstico relativo à dificuldade que estas encontram de inserção do mercado de crédito e no mercado de trabalho e ao processo de crescente pauperização das mulheres.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: AÇÃO INTEGRADA NOS BOLSÕES DE POBREZA URBANA

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Planejamento

N.º DE INSCRIÇÃO: 251/97

ÁREA: Habitação

MUNICÍPIO: Ipatinga

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Trata-se de programa que estimula a construção de habitações populares por intermédio de mutirões, em bolsões de pobreza do município. Além disso, o programa inclui um projeto social, através do qual procura-se reduzir de forma sistemática as principais carências da população-alvo, através de ações integradas nas áreas de saúde, meio-ambiente, saneamento, cultura e geração de emprego e renda. Para realizar seus objetivos, este programa promove uma parceria com o movimento organizado dos sem-teto do município.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Secretaria Municipal de Planejamento*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Departamento de Habitação; Departamento de Contabilidade; Secretaria de Obras; Secretaria de Saúde; Secretaria de Serviços Urbanos; Secretaria de Administração; Secretaria de Educação.* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros *Prestação de serviços.*5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG *AHI - Associação Habitacional de Ipatinga.* Setor privado *Pedreira Um Valemix.* Comunidade *Movimento Social Organizado dos Sem Casa* Outros *Cartório de Registro de Imóveis*

### 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros Desenvolvimento de tecnologias.

### 6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

#### 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

### 7. ANO DE INÍCIO

1991

### 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo privilegiado deste programa são famílias de renda familiar até três salários-mínimos por mês, o que compreende as famílias filiadas ao Movimento Social Organizado dos Sem Casa e as famílias residentes em área de risco. Do público-alvo potencial de 3.000 famílias foram atendidas 808 famílias (27%) até 1997.

### 9. RECURSOS

R\$ 3.499.300,00 de gasto anual orçamentário previsto para o ano de 1998 que representam 2,9% do gasto orçamentário total do município.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Habitação

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Segundo registros do próprio programa, do total de participantes em mutirões 80% são mulheres (das quais, cerca de 5% chefiam famílias). Isto fez com que se desenvolvessem adaptações do programa para atender necessidades específicas de mulheres, tais como a instalação de creches no canteiro de obras e a realização de palestras com foco na temática de gênero, além da montagem de cursos voltados à profissionalização da mulher (salgadeiras, manicure, ceramista, etc.).

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

Obs. Embora não pareça ter resultado de movimentos de mulheres, provavelmente, as mulheres são parte importante do Movimento dos Sem Casa, que participa do programa. Além disto, o programa incorporou, ao longo de seu desenvolvimento, demandas das diretamente envolvidas na construção de moradias, como a construção de creches para as crianças durante o processo e a organização de discussões sobre temas ligados à condição feminina.

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

Dentre as reivindicações de movimentos sociais, desde a década de 70, em que a presença de mulheres é significativa, a questão da moradia se destaca.

O programa, além disto, incorporou outras demandas de movimentos de mulheres, tais como a abertura de creches próximas à moradia, além de promover palestras ligadas à questão de gênero e cursos de capacitação. Nesta área, as atividades focalizadas pelos cursos, no entanto, ainda são as "tradicionalmente" femininas (talvez no contexto em que se insere o programa, sejam as que efetivamente oferecem melhores perspectivas).

# GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

## FICHA ANALÍTICA

### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO EM REGIME DE MUTIRÃO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Companhia de Habitação do Piauí - COHAB/PI

N.º DE INSCRIÇÃO: 259/97

ÁREA: Habitação

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: Piauí

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

#### 1. RESUMO

Trata-se de programa de mutirão para construção de moradias populares, inseridas na malha urbana, para famílias de renda mensal de até três salários- mínimos. O programa inclui também atividades de capacitação profissional, educação ambiental, reforço alimentar e ações preventivas na área de saúde.

#### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual *Companhia de Habitação do Piauí*

Municipal

Outros

#### 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4.  GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Serviço Social do Estado; Secretaria do Trabalho e da Ação Social; Secretaria Estadual da Saúde; Companhia Energética do Piauí; Águas e Esgotos do Piauí; Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí.*

Outro nível *Prefeitura Municipal de Teresina; Secretaria Municipal de Meio Ambient; Ministério do Trabalho.*

4.1. Tipo de participação governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros (FAT)

Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

ONG

Setor privado

Comunidade *Associações de Moradores; Conselhos Comunitários; Clube de Mães.*

Outros

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1996

## 8. PÚBLICO ALVO

Famílias residentes em Teresina com renda mensal de até 3 salários-mínimos. Estima-se que existam 20.000 famílias com potencial de atendimento pelas diversas frentes de ação deste programa.

## 9. RECURSOS

R\$ 6.961.560,00 de gasto anual orçados em sua totalidade do governo estadual. Também existe uma verba no orçamento da união de R\$ 5.584.400,00 prevista para o ano de 1997 que porém não foi liberada.

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Habitação

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim Não

Por que?

A maioria dos trabalhadores nos canteiros de obra dos mutirões é mulher. A incorporação da questão de gênero se dá também pela constituição do vínculo formal de propriedade em nome da mulher, para que seja preservada a posse do imóvel em caso de separação.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

 Sim Não

Por que?

Porque a criação de programas habitacionais é uma reivindicação característica de movimento de mulheres (as **mulheres nos movimentos**) organizados em torno da luta pela moradia. O reconhecimento da situação da mulher como responsável pelos filhos e pela família - e de seus direitos no plano do acesso à propriedade - também faz parte da agenda do movimento de gênero.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: PROGRAMA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO  
- PAEC

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

N.º DE INSCRIÇÃO: 273/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Itacarambi

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Este programa busca inverter o modelo tradicional de prestação de serviços de saúde, voltado para a atuação de médicos e com ênfase curativa. O PAEC procura realizar ações de prevenção e promoção da saúde por intermédio de auxiliares de enfermagem que atuam em área restrita, atendendo a cerca de 250 famílias, através de visitas domiciliares.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual

Municipal *Prefeitura Municipal*

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS Mesmo nível *Programa de Saúde da Família* Outro nível *Governo Federal*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

População do município (15.966 habitantes) distribuída por nove bairros da zona urbana, cinco ilhas do São Francisco e vinte povoados da zona rural.

## 9. RECURSOS

R\$ 96.200,00 de gasto anual oriundos em sua totalidade dos governos estadual e federal (SUS).

## III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

Dentre os grupos de risco que o programa procura atingir, incluem-se crianças e gestantes. O programa inclui também exames preventivos de câncer de cólo de útero e de mama. Além disso o auxiliar de enfermagem é treinado para prestar atendimento integral à mulher.

## 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A atenção à saúde constitui item das reivindicações de movimentos sociais (com forte participação das mulheres) desde os anos 70. Por outro lado, o atendimento *integral* à saúde da mulher é uma reivindicação de movimentos e entidades de mulheres desde os anos 80.

## GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FICHA ANALÍTICA

#### I – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: ASSISTÊNCIA MÃE CANGURU

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Instituto Materno-Infantil De Pernambuco - IMIP

N.º DE INSCRIÇÃO: 285/97

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Recife

ESTADO: Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

#### II – CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

##### 1. RESUMO

Programa cujo objetivo é proporcionar a recém-nascidos prematuros contato com a mãe, reduzindo sua permanência em incubadoras. Com isso pretende-se propiciar o reestabelecimento do vínculo afetivo mãe-filho e substituir o calor mecânico da incubadora, diminuindo os riscos de hipo e hipertermia. Procura-se também diminuir o tempo de internação e os riscos de infecção hospitalar, além de promover o aleitamento materno. A mãe recebe informações sobre cuidados com o bebê, questões de higiene sobre planejamento familiar.

##### 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Estadual Através do *Instituto-Materno Infantil de Pernambuco (Filantrópico, com recursos do SUS)*

Municipal

Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

 Sim Não**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS  Mesmo nível *Hospitais Regionais de Pernambuco (seis)* Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros5.  DA SOCIEDADE CIVIL ONG Setor privado *SESI* Comunidade Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

 Formulação/decisão Implementação/execução Controle Recursos financeiros Outros

## 6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

### 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo são os bebês prematuros e de baixo peso do estado de Pernambuco, o que representa 18% dos bebês nascidos vivos no IMIP. Desde sua implantação já foram atendidos 930 bebês.

## 9. RECURSOS

R\$ 1.100.000,00 é o orçamento mensal do IMIP, sendo que 98% desta receita provém do Sistema Único de Saúde (SUS) e os 2% restantes são provenientes de serviços prestados a pacientes e convênios particulares. O custo específico do programa gira em torno de R\$ 69.268,26 ao ano e o custo da unidade intermediária para atendimento a prematuros no próprio IMIP está em torno de R\$ 751.988,32 anuais.

### III – INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

#### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde .

#### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Não

Por que?

A mulher é atingida diretamente como mãe, beneficiando-se da atenção dada a seu filho prematuro. O programa depende de sua participação intensiva, sendo a mãe o principal agente da recuperação da saúde dos bebês. Além disto, nas atividades dirigidas à mãe em seu período de permanência no hospital, incluem-se palestras e discussões sobre questões relativas não apenas ao cuidados com os filhos, mas também ao planejamento familiar.

#### 13. O Programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

Por que?

A atenção à saúde dos filhos constitui item das reivindicações de movimentos sociais (com forte participação das mulheres) desde os anos 70. Por outro lado, o programa inclui informações e discussão com as mães sobre tema priorizado pelos movimentos e entidades de mulheres - orientação sobre planejamento familiar.